

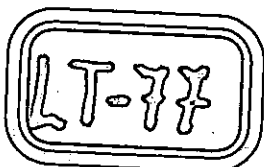
LT77

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS

ANÁLISE DE DISCURSO NO EDITORIAL DO PERIÓDICO "DOMINGO"
NO PERÍODO DE 1994 E A SUA RELAÇÃO COM O ESTATUTO EDITORIAL

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE LICENCIATURA

SAMIMA AMADE PATEL
1995



ANÁLISE DE DISCURSO NO EDITORIAL DO PERIÓDICO "DOMINGO"
NO PERÍODO DE 1994 E A SUA RELAÇÃO COM O ESTATUTO EDITORIAL

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos
requisitos exigidos para o grau de licenciatura em linguística
da Universidade Eduardo Mondlane por Samima Amade Patel.

DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS
FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
MAPUTO-MOÇAMBIQUE

81'322.5
P295a d
F. LETRAS U.E.M.
R. E. 24738
DATA 18/ Janeiro 1996
AQUISICÃO m. t. a.
COTA A.T-77

Supervisor: Prof. Doutor Lourenço do Rosário
Maputo, Dezembro de 1995

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada, na sua essência, para a obtenção de qualquer grau, e que ela constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes que utilizei.

Agradecimentos

Gostaria de expressar aqui a minha gratidão a todos aqueles que, directa ou indirectamente, tudo fizeram para tornar possível este trabalho.

Ao Prof. Doutor Lourenço do Rosário, meu supervisor que, muito gentilmente e de forma desinteressada, dedicou muito do seu tempo e saber neste estudo; apoiando-me na orientação teórica e análises críticas, bibliografia e sua selecção e, muito particularmente, encorajando-me sempre a prosseguir com o trabalho, por forma a que se levasse a bom termo.

Ao Ministério da Educação por me ter concedido uma bolsa para estudar a tempo inteiro.

Aos meus professores do Curso de Linguística por todos os seus ensinamentos.

Aos colegas de turma do Curso de Linguística.

Ao Jornal "Domingo" e muito particularmente ao Mabunda e ao Sr. Mondlane, pelo apoio na recolha dos editoriais.

Ao Franque pela sua amizade e oferecimento para impressão final do trabalho.

À Benilde pelo seu apoio na correcção do trabalho e principalmente pela sua amizade e encorajamento no prosseguimento deste trabalho.

Ao Carlos pelo apoio bibliográfico e correcção do trabalho.

À Fátima que muito deu do seu tempo para digitar o trabalho.

Às famílias Martins e Vaz pelo carinho e encorajamento no prosseguimento do trabalho.

Aos meus pais e irmãos pelo apoio e carinho que sempre me dedicaram.

E, finalmente, ao meu marido e meus filhos pela paciência e carinho que sempre me dedicaram.

SUMÁRIO

O presente estudo tem como objectivo principal avaliar se o periódico "Domingo", através do editorial, consegue ou não manter coerência da sua orientação ideológica em conformidade com o momento histórico .

Para tal, vamos fazer uma análise de discurso do Editorial do "Domingo", para estabelecer a sua relação com o Estatuto Editorial.

No nosso estudo vamos trabalhar com 49 textos editoriais produzidos no período de 1994 e com o Estatuto Editorial do semanário.

Este estudo compreende quatro capítulos:

Capítulo I, destinado à Introdução, apresentação da tese e do quadro de investigação.

Capítulo II, faz-se a revisão bibliográfica, onde se apresentam os pressupostos teóricos ligados aos estudos de Semântica, Análise de Discurso e Comunicação Social.

Capítulo III, introduz-se o Corpus e procede-se à sua análise e discussão.

Capítulo IV, destina-se às conclusões e recomendações.

ABREVIATURAS MAIS FREQUENTES

AGP	Acordo Geral de Paz
CI	Comunidade Internacional
EEd.	Estatuto Editorial
ed	Editorial
GUN	Governo de Unidade Nacional
MCS	Meios de Comunicação Social
PP	Processo de Paz

ÍNDICE

Sumário

Abreviaturas mais frequentes

Índice

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

1.0.	Introdução.....	1
1.1.	Apresentação do quadro de investigação.....	3
1.2.	Procedimentos de análise.....	5

CAPÍTULO II - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1.	A noção de Semântica.....	6
2.2.	Distinção competência / performance.....	11
2.3.	O conceito de Semiótica e a teoria do Signo linguístico.....	12
2.4.	Análise de discurso e Análise de texto.....	15
2.4.1.	Conceito de texto.....	17
2.4.2.	Conceito de macroestrutura.....	18
2.4.3.	Coesão.....	19
2.4.4.	Coerência.....	21
2.4.5.	Referência.....	22
2.4.6.	Pressuposição.....	23
2.4.7.	Contexto de situação.....	24
2.4.8.	Informação explícita / Informação implícita / Inferência.....	25
2.5.	Estrutura temática.....	26
2.5.1.	A estrutura temática e a dicotomia Tema - Rema.....	27
2.6.	Comunicação social.....	28
2.6.1.	A função dos meios de comunicação social.....	29
2.6.2.	A emergência da opinião pública.....	30
2.6.3.	O editorial.....	31

CAPÍTULO III - ANÁLISE DE DADOS

3.1.	Processo de paz (explícito e implícito).....	35
	Acordo geral de paz (explícito e implícito).....	35
3.2.	Direito à Informação / Direitos dos Cidadãos.....	38
3.3.	Governo de Unidade Nacional - GUN.....	41
3.4.	Ingerência nos assuntos internos.....	43
3.5.	Soberania nacional / Patriotismo.....	45
3.6.	Reconciliação nacional / Repúdio à violência.....	47
3.7.	Papel da Oposição / Estatuto da Oposição.....	48
3.8.	Democracia / Eleições / Assembleia da República.....	50
3.9.	Críticas / Louvores à actuação da Renamo.....	53
3.10.	Críticas / Louvores à actuação do Governo.....	55
3.11.	Crítica ao funcionamento de instituições públicas.....	58
3.12.	Datas comemorativas nacionais e internacionais.....	61
3.13.	Outros.....	64
3.14.	Síntese da análise.....	66

CAPÍTULO IV - SÍNTESE DAS CONCLUSÕES

4.1.	Conclusões.....	69
4.2.	Recomendações.....	72

BIBLIOGRAFIA

ANEXOS

CAPÍTULO I

1. INTRODUÇÃO

A comunicação social desempenha um papel importante em qualquer sociedade moderna. Os meios de Comunicação social (daqui em diante MCS) têm a função de *informar, transmitir a herança cultural, oferecer opção de lazer e fazer denúncia social*.

"No âmbito da imprensa, o direito à informação significa a faculdade de cada cidadão se informar e ser informado de factos e opiniões relevantes a nível nacional e internacional, bem como o direito de cada cidadão divulgar informação, opiniões e ideias através da imprensa".

(In Lei de Imprensa, Lei nº 18/91).

O jornalismo faz escolhas e no desempenho das suas funções os MCS devem, em princípio, ser coerentes com as escolhas que fazem. As escolhas que os MCS fazem apresentam-se em forma de um estatuto editorial (daqui em diante EEd.), seu compromisso com o público.

"Cada órgão de informação tem o seu estatuto editorial, que define a sua orientação e objectivos e no qual se declara o respeito pelos princípios deontológicos de comunicação social e a ética profissional dos jornalistas".

(In Lei de Imprensa, Lei nº 18/91)

Assim, acreditamos que seria pertinente fazer uma investigação que permita avaliar até que ponto é que os órgãos de comunicação social, neste caso o semanário "Domingo" é coerente com as escolhas que fez. → *com princípios*

Pareceu-nos assim, que o melhor procedimento a seguir seria fazer uma análise do discurso do editorial do "Domingo" e estabelecer a sua relação com o seu EEd.

Moçambique está vivendo um período de transição da sua vida social, económica e política. De uma situação de guerra passou para uma situação de paz em simultâneo com a transição de mono para o multipartidarismo.

Foi também a primeira vez que se elegeu por sufrágio universal o Presidente da República e os deputados da Assembleia da República.

É neste âmbito que a Comunicação Social, através dos seus órgãos informativos, desempenha um papel importante porque para além de manter o cidadão devidamente informado, tem uma função educativa.

"A imprensa contribui, dentre outros, para os seguintes objectivos:

- a) A consolidação da unidade nacional e defesa dos interesses nacionais;
- b) a promoção da democracia e da justiça social;
- c) o desenvolvimento científico, económico, social e cultural;
- d) a elevação do nível de consciência social, educacional e cultural dos cidadãos;
- e) o acesso atempado dos cidadãos a factos, informações e opiniões;
- f) a educação dos cidadãos sobre os seus direitos e deveres;
- g) a promoção do diálogo entre os poderes públicos e os cidadãos
- h) a promoção do diálogo entre as culturas do mundo"

(Lei de Imprensa, Lei nº 18/91)

É, por isso, fundamental, que os órgãos de comunicação social sejam regidos por uma ética que permita observar os objectivos acima mencionados, pois, só mediante a observação dos mesmos é que se garantirá que a mensagem chegue devidamente ao destinatário.

Perante este quadro e tendo como pano de fundo a realidade actual do país, pretendemos **avaliar se através do editorial, o "Domingo" consegue ou não manter coerência da orientação ideológica em conformidade com o momento histórico.** Este é o objectivo principal do nosso trabalho.

Outro objectivo a atingir é avaliar se a temática do editorial está ou não de acordo com a realidade e com o período histórico que se está a viver.

Estes objectivos vão ser conseguidos através de uma análise do discurso do editorial do semanário "Domingo".

Escolhemos o **editorial** e a **análise de discurso** como objectos principais do estudo que pretendemos realizar, primeiro porque qualquer órgão de informação se guia por um EEd., segundo porque a análise do discurso dos textos editoriais permitirá identificar a temática abordada nos mesmos e se esta é ou não coerente com aquilo que o EEd. preconiza.

Motivou-nos a escolha deste tema, o pressuposto de que o jornalismo faz as suas escolhas e que estas se traduzem por um EEd. Se assim é, interessamo-nos avaliar até que ponto é que os MCS, neste caso o periódico "Domingo" é coerente com as escolhas que fez.

Escolhemos o jornal "Domingo" para o nosso estudo porque pareceu-nos um periódico com uma linha mais ou menos definida, o que serviria melhor os propósitos que pretendíamos levar a cabo.

1.1. Quadro de Investigação

O corpus é constituído por quarenta e nove editoriais do período de 1994.

Na análise de dados vamos usar o conceito de **Estrutura Temática** e sua dicotomia **Tema / Rema**, tendo em conta, principalmente, o quadro teórico de Halliday (1985)¹ e Brown & Yule (1983)², que, a este respeito, dizem que o **Tema** é aquilo que chama a nossa atenção sobre o que se está a dizer e, o **Rema** é o desenvolvimento daquilo que se diz do **Tema**.

Vamos usar, também, os conceitos **Análise de Discurso**, **Coerência** e **coesão**, tendo em conta o quadro teórico de Halliday (1985), Brown & Yule

¹ M. A. K. Halliday (1985): *An Introduction to Functional Grammar*. Edward Arnold.

² G. Brown & Yule (1983): *Discourses Analysis*. Cambridge University Press.

(1983) e van Dijk (1977)³, que apresentam, mais ou menos, o mesmo ponto de vista sobre estes conceitos.

De uma forma geral, estes autores consideram que uma frase ou um texto são coerentes quando a mensagem não fere os princípios adequados ao nível formal (interno-gramatical) e ao nível funcional (mundo supra-segmental). Uma frase ou um texto coeso devem ser formalmente apropriados, isto é, não devem violar as regras de organização textual.

Quando ao conceito de **Análise de Discurso**, também, são unânimes em considerar esta como uma análise ao nível macrolinguístico. E aqui entraria também o conceito de macroestrutura.

A análise de dados terá, igualmente em conta, conceitos como: **conhecimento do mundo, pressuposição, inferência, contexto de situação, informação explícita e implícita**, conceitos necessários para uma análise eficaz de discurso.

Com efeito, o que acabamos de dizer consubstancia-se naquilo que Fonseca (1992:47) refere:

"A re-elaboração do sentido... não se faz apenas na base do conteúdo vazado nas expressões que realizam o texto, mesmo incluindo nesse conteúdo as **inferências** e as **assumpções**, disponíveis directamente a partir da organização semântico-lexical e semântico-sintáctica da língua em que o contexto se materializa. Nessa **re-elaboração do sentido** intervêm poderosamente o **universo do conhecimento** do receptor... imediatamente sobre a situação de comunicação e o tema do texto, mas também sobre o mundo em geral..."⁴

Foi, pois tendo em conta os aspectos que aqui referimos que se fez a análise de dados.

³ T. A. van Dijk (1977): **Test and Contexte. Explorations in the Semantics and Programatics of Discourse**; Longman Group Ltd. New York.

⁴ J. Fonseca (1992): **Linguística e Texto/Discurso: Teoria, Descrição, Aplicação**. ICALP: Divisão de Publicações, Lisboa, p.47.

1.2. Procedimentos de análise

A análise de dados teve duas fases.

Primeiro fez-se o levantamento temático e remático dos editoriais para efeitos de verificação da ocorrência e frequência da temática abordada no período histórico de 1994, pelo semanário "Domingo". O levantamento foi acompanhado por uma breve análise para efeitos de verificação da coerência discursiva.

O levantamento temático e remático dos editoriais permitiu que se elaborasse um quadro síntese de ocorrência e frequência temática. (vide anexo XXIV).

Este levantamento permitiu constatar que os editoriais apresentavam, de uma forma geral, um discurso coerente apesar de nalguns casos mostrarem aspectos dispersos.

A coerência discursiva resultava de uma progressão temática, isto é, o tema abordado era constantemente retomado, ao longo do texto, o que, por sua vez, permitiu que se descobrisse a temática nele abordada.

Numa segunda fase, encontrada a temática abordada pelo jornal, no período referido, procedeu-se à sua análise para verificar se havia alguma relação entre a mesma e o **E. Ed.**

Esta análise permitiu que se tirassem as seguintes conclusões:

A temática abordada pelo jornal no período histórico de 1994, **está de acordo com o seu E. Ed.; está em conformidade com a realidade vigente no país e, está de acordo com o momento histórico que se estava a viver.**

Capítulo II

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Este capítulo fará uma apreciação crítica da bibliografia relacionada com a problemática da análise do discurso. Serão objecto de revisão aspectos relativos a:

- Noção de semântica
- O conceito de semiótica e a teoria de signo linguístico.
- Análise de discurso e análise de texto
- Coerência e coesão
- Estrutura temática.

A revisão bibliográfica tem em vista uma familiarização com estudos relacionados com o tema central do nosso trabalho, os quais fornecerão elementos úteis e uma base teórica à nossa discussão e análise.

E porque o objecto da nossa análise é um texto jornalístico- o editorial do jornal "Domingo" - faremos, também, apreciação da bibliografia relacionada com a Comunicação social.

2.1. A Noção de Semântica

A **semântica** é um dos domínios da linguagem que tem apresentado sérias dificuldades para a investigação científica. As dificuldades estão ligadas, principalmente, à amplitude e à complexidade inerentes aos fenómenos relativos ao significado e decorrem do tipo de tratamento que a semântica tem recebido nos estudos linguísticos.

O conceito **semântica**, quando apareceu, não foi usado em relação ao significado, mas sim à sua evolução - que mais tarde se chamaria "semântica histórica".

A primeira vez que o tema apareceu ligado à Ciência do Significado foi em 1900, com a publicação do livro "A Semântica: Estudos sobre a Ciência do Significado". Contudo, o conceito **Semântica** só se impõe muito mais tarde com a publicação do livro "The meaning of meaning" de Ogden e Richard, em 1923.

Como referimos anteriormente, não há consenso sobre os estudos relativos à **semântica**.

Face a esta falta de consenso, há autores que defendem que a única saída para esta situação seria mostrar parte da sua heterogeneidade.

Isto significaria, portanto, fazer um historial sobre o que se tem feito em relação aos estudos semânticos, o que não nos parece muito viável. Sem querermos tirar o mérito que um estudo deste tipo merece, pensamos, no entanto, que, os estudos linguísticos não progrediriam muito pois quanto a nós, não passaria de mais um levantamento sobre questões relativas à **semântica**.

O mais viável é que os estudos semânticos estejam virados para a **ciência do significado** porque um estudo deste tipo é muito mais útil para a investigação na área da linguagem nomeadamente para análise ao nível micro e macrolinguístico; análise e interpretação de unidades mínimas como a frase à análise e interpretação de unidades maiores que a frase, como o texto e o discurso.

Contudo, como já referimos, a literatura existente nesta área indica que não há consenso entre os estudiosos, relativamente a uma definição de semântica e à delimitação do que seria o objecto de estudo da mesma.

Em trabalhos sobre a **semântica** têm aparecido definições como: "semântica é o estudo do significado", "semântica é a disciplina linguística que estuda o sentido dos elementos formais da língua", ou, ainda, "semântica é o estudo da significação das formas linguísticas".

Palmer (1973) considera que **semântica** é o termo técnico usado para designar o estudo do *significado*. Porém, o termo *significado*, "abrange múltiplos aspectos da linguagem e não se chegou por enquanto a qualquer

acordo acerca do que *significado* realmente é, nem acerca da maneira como deveria ser descrito"¹

Este ponto de vista é secundado por Lyons (1977), que, a este respeito, diz:

" A semântica é geralmente definida como o estudo do significado... vem sendo hábito os semânticos acentuarem o facto de que o nome significado tem muitos significados diferenciáveis entre si".²

Na mesma linha, temos os autores Hurford & Heasley (1983), para os quais a **semântica** é o estudo do *significado* na língua.

Estes estudiosos consideram que existem dois tipos de significado: *significado do falante* - é o que o falante quer dizer (qual a sua intenção) ao usar a língua (palavra); *significado da frase ou palavra* - é o que a palavra ou frase querem dizer, isto é, o seu equivalente na língua.³

Assim, a palavra *significa* pode ser aplicada aos falantes, aproximadamente no sentido de *ter a intenção de*; e pode ser aplicada a palavras e frases no sentido de *ser equivalente a*.

Ainda para estes autores, para se trabalhar devidamente na teoria do *significado*, é necessário reconhecer e manter distinções claras: se se está a falar do significado que os falantes atribuem às palavras, ou o que as palavras e frases significam independentemente do falante.

As tentativas de definição de *significado* aqui apresentadas, demonstram, de facto, a dificuldade de abordagem do conceito **semântica**, contudo, têm o mérito de ver o *significado* sob dois aspectos: significado como o **sentido** que os falantes atribuem às palavras ou frases; ou o que as palavras e frases significam independentemente do falante.

O ponto de vista que acabamos de apresentar tem uma certa relação com a teoria dos actos de fala, estudada, primeiramente, por Austin (1962) e retomada por Searle (1965).

A teoria dos actos de fala reivindica que, enquanto as **frases** podem, em geral, ser usadas para descrever um estado de coisas, os **enunciados** das

¹ F. R. Palmer, (1976): **A Semântica**. Ed. 70, Lisboa, p. 11

² John. Lyons, (1977): **Semântica** - 1. Ed. Presença. Lisboa, pp 11-12

³ J. R. Hurford; B. Heasley, (1983): **Semantics a Coursebook**, Cambridge University Press.

frases, podem, em circunstâncias específicas, serem tratados como a realização de um acto.

Chomsky (1975) não concorda com este ponto de vista argumentando que uma teoria dos actos de fala pode ajudar a analisar uma comunicação bem sucedida e tem conduzido a descobertas interessantes sobre as propriedades semânticas dos actos linguísticos. Porém, na óptica deste autor, a teoria dos actos de fala não dá a possibilidade de escapar à órbita do espaço conceptual que inclui conceitos como o de *significado linguístico*. Sem tal intromissão a teoria apenas expõe afirmações falsas sobre o significado. Este autor considera que

“em circunstâncias numerosas e normais - investigação, conversa descontraída, etc. - a linguagem é utilizada convenientemente, as frases têm um significado restrito, as pessoas pretendem dizer exactamente o que dizem ou escrevem, embora não haja intenção de fazer despertar no receptor (não se imaginando que este existe, em certos casos) determinados sentimentos ou levá-lo a agir de certo modo.”⁴

Concordamos parcialmente com Chomsky (1975) quando ele refere que as frases têm significado restrito, e que “as pessoas pretendem dizer exactamente o que dizem” sem que haja uma intenção de provocar uma determinada reacção no receptor.

As frases usadas, por exemplo, em publicidade são um exemplo de que se pode provocar certas reacções no receptor. Aliás, a teoria dos actos de fala aborda um determinado tipo de frases e não todos os tipos de frases possíveis numa língua. Porque, de facto, há frases que querem dizer exactamente o dizem, e neste ponto concordamos com Chomsky (1975).

Para Campos e Xavier (1991), a **semântica** tem uma relação estreita com a sintaxe. Do seu ponto de vista, as duas componentes só constituem domínios distintos devido a factores metodológicos. No trabalho sobre as línguas naturais os dois domínios interpenetram-se: “... o objecto de estudo...

⁴ N. Chomsky, (1975): **Reflexões sobre a linguagem**. Edições 70. Lisboa, p 69.

da cadeira de sintaxe e semântica é a sequência linguística subjacente a qual se encontra pelo menos uma proposição. " ⁵

São por exemplo, factores de ordem sintáctica e semântica que determinam que com a proposição " comprar, rapaz, livro" resulte, entre muitas outras, a sequência: "o rapaz comprou o livro", mas não a sequência "um livro comprou rapaz".

De acordo com Galmiche (1975), o método da gramática generativa não englobava o **sentido** nos seus estudos. Segundo este autor, é com a teoria semântica de Katz e Fodor (1963) que se inicia uma viragem decisiva na evolução da linguística transformacional⁶. É na sequência dos estudos destes autores que se começa a perceber que a investigação semântica não pode continuar dissociada dos projectos das teorias gramaticais. Com efeito, se antes Chomsky (1965) considerava a gramática como um sistema capaz de gerar um conjunto infinito de frases da língua, munidas de uma descrição estrutural e de uma interpretação fonética, as propostas de Katz e Fodor levaram-no, progressivamente, a nela incorporar uma componente de interpretação semântica. É, também neste âmbito, que a frase surge como o objecto fundamental da descrição semântica.

Perante o que acabamos de apresentar é possível verificar que o conceito de **semântica** não é muito claro. Os estudos generativistas, por exemplo, não incluíam a componente semântica nas suas abordagens, passando a fazê-lo a partir das propostas de Katz e Fodor (1963).

Autoras como Campos e Xavier (1991) defendem que, tanto a componente sintáctica, como a semântica, não devem ser dissociadas e nós concordamos com este ponto de vista, sobretudo em relação ao estudo de unidades como a frase e a palavra. Não obstante julgamos que estudos de unidades maiores que a frase, por exemplo, uma análise de texto ou análise de discurso, poderem englobar as duas componentes - sintáctica e semântica, não nos parece, contudo, que tal seja viável. O presente trabalho, por exemplo, tem como objecto de estudo a análise de discurso, privilegia a análise semântica.

⁵ M. H. C. Campos, e M. F. Xavier, (1991): **Sintaxe e Semântica do Português**. Universidade Aberta. Lisboa, p.31

⁶ M. Galmiche, (1975): **Semântica Generativa**, Editorial Presença. Lisboa, p 12

Agora vamos ver um conceito importante, ligado à interpretação semântica, que é a distinção *competência-performance*.

2.2. A distinção competência-performance

A dicotomia *competência-performance* tem tradição nos estudos de Saussure (1916), que estabelece a distinção "langue" - "parole", (língua / fala). Para este estudioso, a **língua** é um produto social, um conjunto de convenções, sistema de signos (código) potencial, que permite aos indivíduos o exercício da faculdade da linguagem; **a fala** é o uso individual, momentâneo concreto da linguagem.⁷

Para explicar a dicotomia *competência-performance*, Galmiche (1975) socorre-se em Katz e Fodor (1963) que defendem que a *competência* e a *performance* têm a ver com o aspecto criativo da linguagem, dado novo, relativamente à definição de Saussure(1916). Com efeito, para Katz e Fodor (1963), a investigação linguística deve dar conta do aspecto criativo da linguagem, dos conhecimentos que permitem ao locutor utilizar e compreender qualquer frase da sua língua; esta tarefa consiste em descrever a competência subjacente dos locutores. Para estes estudiosos, mesmo que apenas se disponha de fragmentos de *performance*, é preciso a partir destes conjuntos de manifestações empíricas mais ou menos acidentais, postular as regras subjacentes que lhes presidem. A definição de *competência* e *performance* de Katz e Fodor é do tipo semântico e na óptica dos autores, uma teoria semântica deve explicar fenómenos como: *ambiguidade*, *anomalias semânticas* e *paráfrase*.⁸

Campos e Xavier (1991), consideram que a gramática de uma língua é um *conhecimento global* abrangendo diversos domínios, nomeadamente a **fonologia**, a **morfologia**, a **sintaxe** e a **semântica**. O conhecimento nos

⁷ F. de Saussure, (1971): *Curso de Linguística geral*. Dom Quixote, Lisboa. Ed. Original (1916).

⁸ M. Galmiche, (1975), op cit, pp 14-21.

diversos domínios converge para a produção e reconhecimento de sequências gramaticais - isto é, expressões bem formadas da língua. Este conhecimento global é a *competência gramatical* ou *competência linguística* dos falantes - ouvintes de uma determinada língua; **performance** - é a utilização efectiva da **competência** linguística. Estas autoras consideram que há factores de natureza extralinguística que interagem com a competência na determinação da performance, tais como *limitações de memória, distrações, desvios de atenção e interesse, erros* (acidentais ou característicos).⁹

De notar que a definição de competência e performance de Campos e Xavier (1991) tem algumas semelhanças com ao conceito "langue/parole" de Saussure (1916).

2.3. O conceito de Semiótica e a Teoria do Signo Linguístico.

A **Semiótica** é a ciência dos signos. A semiótica moderna é consequência de estudos realizados por Peirce (1839-1914) e por Saussure (1857-1913).

À semelhança do que vimos relativamente à semântica, a abordagem à semiótica também não tem sido pacífica, sobretudo, pela incerteza quanto aos princípios e conceitos fundamentais, particularmente o de **signo linguístico e não linguístico**.

É importante referir aqui, que não interessa muito ao nosso trabalho, as considerações que se têm feito à volta do conceito de **semiótica** e, consequentemente, do **signo**. Interessa-nos, sim, aquilo que ECO (1976), chama de **Teoria dos Códigos e Teoria da produção signica**.¹

Acreditamos que a abordagem de tais conceitos lançará algumas luzes à análise de sentido que pretendemos realizar, daí que julgamos que não seria

⁹ M. H. C. Campos; M. F. Xavier, (1991), op. cit. pp 22-26

¹ U. Eco, (1976): **Tratado Geral de Semiótica**. Editora Perspectiva. São Paulo, pp. 1-2

pertinente fazer uma abordagem exaustiva dos conceitos **semiótica e signo linguístico e não linguístico**.

Peirce(1931) propôs o termo **semiótica** como sinónimo da palavra lógica. A lógica deveria, segundo Peirce, estudar como o homem raciocina. A hipótese fundamental da doutrina peirciana é a de que os raciocínio se executam através de signos. Para este estudioso, semiótica. "... é a doutrina de cada semiose possível"²

No seu entender, *semiose* é uma acção que co-envolve uma cooperação de três sujeitos: um **signo**, o seu **objecto** e o seu **interpretante**. Esta influência tripartida não é passível de resolução numa acção entre duplas.

A relação entre os três elementos faz-se nos sistemas simbólicos e serve a uma das mais conhecidas distinções dos tipos de signo: **símbolos, ícones e índices**. O conceito de **signo** de Peirce (1931) serviu de ponto de partida para uma concepção igualmente triádica do signo, assim como tem origem, também, em ideias de Peirce a subdivisão da teoria dos signos em **semântica, sintaxe e pragmática**.

À **semântica** caberia o estudo das relações entre os signos e os objectos a que se associam; à **sintaxe**, o estudo das relações formais que se estabelecem entre os signos; a **pragmática** ocupar-se-ia do estudo dos signos, explicitando as circunstâncias, condições e efeitos de seu emprego em relação aos falantes.

Ao contrário de Peirce (1931) que define o signo como uma entidade tripartida, Saussure (1916) define o **signo linguístico** como uma entidade psíquica de dupla face: **significado** e **significante**. Considera-se que foi a partir da sua definição que se despertou para uma consciência semiótica. Para alguns autores, porém, Saussure não definia claramente o **significado** deixando-o entre *imagem mental, um conceito e uma realidade psicológica*.

Em compensação, sublinhou o facto de o **significado** ser algo relacionado com a actividade mental do indivíduo, no seio da sociedade.

O que é importante reter é que, para Saussure (1916), o **signo** é implicitamente considerado **artifício comunicativo** de dois seres humanos

² C.. S. Peirce, (1931): **Semiótica e Filosofia**. Editora Cultrix Ltd. São Paulo, pp 93-94

comunicando-se e exprimindo algo e deve ser emitido **intencionalmente** e produzido **artificialmente**.³

A diferença entre Saussure (1916) e Peirce (1931) é que, enquanto para o primeiro a **semiótica** é uma teoria de **actos comunicativos**, cuja condição necessária é que o **signo** seja emitido *intencionalmente* e produzido *artificialmente*; os sujeitos da **semiose** peirciana não são necessariamente sujeitos humanos mas, antes, três entidades semióticas abstractas. A tríade peirciana pode ser aplicada a fenómenos sem emitente humano, embora tenham um destinatário humano, como por exemplo, *sinais meteorológicos*.

Como já foi dito relativamente à abordagem do conceito de semiótica e a teoria do signo linguístico, vamos privilegiar os estudos de Eco, (1973) (1976) por razões já explicadas.

De acordo com Eco (1973) "A semiótica é a disciplina que estuda as relações entre código e mensagem, e entre o signo e discurso".⁴

Eco (1976) considera que um projecto de semiótica geral compreende uma **Teoria dos Códigos** e uma **Teoria de Produção**. Este autor distingue entre **semiótica de significação** - que se desenvolve a partir da teoria dos **códigos**; e **semiótica da comunicação** que diz respeito à teoria da produção sígnica. Assim, uma teoria do código compreende três sistemas:

(i) um **sistema semiótico** (sinais regulados por leis combinatórias internas);
(ii) um **sistema semântico** (série de conteúdos de uma possível comunicação); (iii) uma série de possíveis **respostas comportamentais** por parte do destinatário e finalmente, (iv) uma regra que associa alguns elementos dos sistemas entre si.⁵

No que diz respeito ao sistema semântico temos que: "...usualmente, um único significante veicula conteúdos diversos e interligados, e, portanto, aquilo a que se chama mensagem constitui, o mais das vezes, o **Texto** cujo conteúdo é um **Discurso** em diversos níveis".⁶

³ F. Saussure, de (1971), op. cit., p. 123 e segs.

⁴ U. Eco, (1973): **O Signo**. Ed. Presença, Lisboa, p. 19.

⁵ U. Eco, (1976), op. cit., pp 47-48.

⁶ U. Eco, (1976), op. cit., p 48

Este aspecto interessa-nos, particularmente, dada a natureza da nossa investigação.

Existe um paralelismo entre o que se declara na citação acima e o nosso trabalho pois, uma análise de discurso pressupõe "pôr em acção uma pluralidade vertical de códigos ou subcódigos", ou seja, o **tema** (conceito com o qual iremos trabalhar) também veicula vários conteúdos - os **remas**; portanto, é o mesmo que dizer, vários discursos.

Daquilo que foi apresentado até agora, é possível constatar que há algumas diferenças na abordagem de **semiótica** e da teoria do **signo linguístico**. Em relação a este, é importante referir que vários autores concordam com a forma tripartida de apresentar o signo, o mesmo não acontecendo com o nome a dar a cada **polo**.

2.4. A Análise de Discurso e Análise de Texto

O presente estudo tem por objectivo fazer uma análise de discurso do editorial do semanário "Domingo", como já se referiu anteriormente. Até agora vimos alguns conceitos também necessários ao nosso trabalho, nomeadamente, a **semântica** e, aliada a esta, a dicotomia **competência-performance**; vimos também outro conceito não menos importante para uma abordagem como a que pretendemos levar a cabo; a **semiótica** e outro a ela associada, o **signo** e a problemática que este conceito transporta consigo.

Agora vamos abordar alguns conceitos inerentes à **análise de discurso**, instrumento básico deste trabalho.

Durante muito tempo, os estudos linguísticos privilegiaram, principalmente, a frase e unidade menores que esta. Contudo, investigações mais recentes têm valorizado os estudos concernentes à existência de uma unidade superior à **frase** designada por **texto**.

A preocupação em valorizar os estudos linguísticos de unidades superiores à frase, faz com que se mude o enfoque da pesquisa; a atenção mudou do **código** para o **processo de comunicação**.

É neste contexto que James (1980) introduz a noção de **macrolinguística**; esta tinha em vista duas áreas de investigação: uma área que se ocupa de unidades superiores à frase, e outra que se preocupa com aspectos de ordem sócio-cultural e de ordem cognitiva.¹

A primeira abordagem diz respeito a aspectos formais da língua e trata da questão de como as frases se organizam em unidades supra-frasais ou textos; a segunda diz respeito a aspecto funcionais e trata da forma como os utentes utilizam a língua.

Uma análise no âmbito da primeira área é uma **análise de texto**, uma análise no âmbito da segunda é uma **análise de discurso**,

De notar que, muitas vezes, os dois conceitos se confundem, havendo quem atribua a **análise de texto** à tradição europeia e a **análise de discurso** à tradição anglo-americana, para fazer a mesma coisa. Existe uma terceira abordagem que consiste em vê-las como complementares.

Inclinamo-nos mais pela terceira abordagem porque a distinção entre a **análise de discurso**, por um lado, e a **análise de texto**, por outro, têm um propósito meramente metodológico; na verdade, as duas complementam-se.

Uma análise de texto, por exemplo, para além de ter em conta os aspectos formais da língua, deveria, igualmente, ter em conta, os aspectos funcionais, pois, a compreensão de texto passa pela compreensão dos vários discurso que o texto possa englobar; do mesmo modo que a análise de discurso passa pela forma, daí a nossa preferência pela terceira abordagem.

Para explicarmos este ponto de vista, recorremos a Fonseca (1992) que refere: "... a *totalidade de significação intendida* pelo locutor (ou, mais uma vez, que no *termo da interpretação do texto se reconhece ser intendida* pelo locutor representa o grande princípio ordenador da construção do texto, porque ela *funda o universo de discurso a manifestar*".²

O que pode acontecer, e realmente acontece, é que devido a natureza de um determinado trabalho, a análise incida mais, ou sobre a **análise de texto** ou então, sobre a **análise de discurso**.

¹ C. James, (1980): **Contrastive Analysis**. Longman Group Ltd. London, pp 100-102

² J. Fonseca, (1992): **Linguística e Texto/Discurso**: Teoria, Descrição, Aplicação. ICALP: Divisão de Publicações, Lisboa, p.41

O objecto do nosso trabalho é a análise de discurso, mas isto não significa que vamos perder de vista os aspectos relativos à forma.

2.4.1. Conceito de texto

Para JAMES (1980), uma análise de texto preocupa-se com os dispositivos formais usados para estabelecer ligações inter-frásicas e as unidades supra-frasais. Uma análise de discurso é vista como manejando considerações de uso.³

A este propósito, van Dijk (1977) considera como **texto**, tanto os *textos falados* como os *textos escritos* (impressos). Considera também os textos como formas particulares de *enunciado da linguagem*.

Para este autor, o critério mais importante para definir uma unidade de texto (enunciados textuais) é o conteúdo, o que significa que, para o texto formar uma unidade, deve ser **coerente**.⁴

Halliday & Hasan (1976), definem o texto como qualquer sequência, falada ou escrita, de qualquer extensão, que forme um texto unificado"⁵

Posteriormente, Halliday (1978), considerou o texto como "uma unidade semântica, que não é composta de frases, mas é realizada em frases".⁶

Para este autor, um **texto** é para o **sistema semântico** aquilo que uma **proposição** é para o **sistema lexicogramatical** e a **sílaba** para o **sistema fonológico**.

Analisando os três conceitos de texto que aqui vimos, podemos dizer que estamos perante três conceitos de texto diferentes, mas que apresentam um aspecto que lhes é comum; em cada definição de texto, está implícito o aspecto semântico.

³ C. James, (1980), op. cit, p.102.

⁴ Teun. A. van Dijk, (1977), **Teste and Context: explorations in the Semantics and Pragmatics of Discourse**, Longman Group Ltd. New York.

⁵ M. A. K. Halliday; R. Hasan, (1976): **Cohesion in English**. Longman Group Ltd, London, p.1

⁶ Halliday, M. A. K. (1978): **Language as Social Semiotic**. The social interpretation of language and meaning, Edward Arnold Ltd, London, p. 135.

2.4.2. Conceito de Macroestrutura

A noção de **Macroestrutura** é vista por van Dijk (1977), como uma análise de texto a um nível mais **global**. O **sentido global** pode ser o **tema** ou o **assunto** de um texto. Ele considera que, como qualquer estrutura semântica, a macroestrutura também é composta por proposições. As proposições de uma macroestrutura - as **macro-proposições** - dão conta dos mesmos factos a um nível *superior, mais abstracto, mais global*. Portanto, para van Dijk, (1977) uma macroestrutura é um nível mais global da descrição semântica. É justamente ao nível macroestrutural que se coloca o problema da **coerência global do texto**.⁷

Uma macroestrutura está ligada às proposições expressas pelas frases do texto, através daquilo a que van Dijk (1977) chama de macro-regras mais importantes: **supressão** (ou selecção), **generalização e construção**. Ao serem accionadas, estas seleccionam, generalizam e integram numa representação hiperonímica os significados locais de **microestruturas**. Fonseca (1992) considera que a(s) microestrutura(s) são os diversos enunciados que realizam o texto e que entre as microestrutura(s) e a macroestrutura do texto há um movimento de interacção contínuo.⁸

Van Dijk (1977) sublinha que há argumentos empíricos que atestam a existência das **macroestruturas** textuais. Um dos argumentos é a possibilidade de se resumir um texto, um resumo capaz de produzir uma síntese equivalente ao sentido global do texto. Segundo este autor, se uma sequência não pode ser sumarizada é porque não possui macroestruturas, o que significa que a sequência não possui carácter discursivo.⁹

O conceito de **macroestrutura** é muito importante para a análise que pretendemos levar a cabo. Como já foi dito, a análise de discurso é o objecto

⁷ T. van Dijk, A. (1977), op. Cit. p. 156-157.

⁸ J. Fonseca (1992), op. cit., pp 40-41

⁹ T. A. van Dijk. (1977), op. cit ; p. 157

d

central do nosso trabalho que consiste em analisar de 49 textos editoriais do "Domingo", para descobrirmos a temática abordada pelo periódico. Assim, vamos fazer uma *análise global* de cada editorial, de modo a descobrir aquilo que van Dijk chama de *sentido global* que pode ser *tema* ou *assunto* do texto.

Relacionado com o conceito de **macroestrutura**, temos o conceito de **coerência**, pois, como se referiu é ao nível macroestrutural que se coloca o problema de **coerência global** do texto. E porque julgamos que a **coesão** não deve ser dissociada da **coerência** em análises de discurso vamos também fazer uma breve abordagem ao conceito de coesão, apesar de a nossa análise não focar aspectos relativos à **coesão**, como tal; contudo, não se exclui a possibilidade de fazermos menção à mesma, quando tal for necessário.

2.4.3. A Coerência

A **Coerência** tem a ver com as relações que se estabelecem ao nível funcional. Uma frase ou um texto são coerentes quando a mensagem não fere os princípios adequados ao nível formal (interno-gramatical) e ao nível funcional (mundo supra-segmental).

Fonseca (1992), apresenta o conceito de **coerência** sob dois ângulos:

"do locutor ... suscitando uma intenção comunicativa global que, afinal, só nos é dada, só se nos torna disponível, como se sabe, no e pelo texto; **do receptor** ... que atende ao modo como este interpreta o texto, ou seja, reconstrói (quase sempre aproximativamente) a intenção comunicativa global manifestada no e pelo texto.¹⁰

Esta colocação possui, o mérito de abordar este conceito do ponto de vista do locutor e do receptor, o que o torna mais abrangente.

Uma análise de discurso deve ter presente que a interpretação de texto é um processo interactivo e, Fonseca (1992), ao abordar o conceito de coerência tendo em conta o **locutor** (a entidade que comunica), e o **receptor** (a

¹⁰ FONSECA, J. (1992), op. Cit., p. 31.

entidade que interpreta) está a ter em conta, também, que a leitura / interpretação de um texto é um processo interactivo.

Para Mateus et al (1989), a **coerência textual** é o mesmo que **conectividade conceptual**. Esta autora apresenta a conectividade conceptual - como um factor de textualidade que resulta da interacção entre os elementos cognitivos apresentados pelas ocorrências textuais e o nosso conhecimento do mundo. Assim, uma condição cognitiva da **coerência** de um texto é a suposição de **normalidade** do (s) mundo (s) criado(s) por esse texto:

“um texto é coerente se os elementos / esquemas cognitivos activados pelas expressões linguísticas forem conformes àquilo que sabemos ser (i) a estrutura dos estados, processos e eventos; (ii) as relações lógicas entre estados e coisas; (iii) as propriedades características dos objectos de um mundo normal.”¹¹

Das abordagens sobre a coerência apresentadas é de realçar os seguintes aspectos: (i) observância de relações lógico-semânticas entre os elementos apresentados pelas ocorrências textuais; (ii) activação de condições cognitivas gerais (iii) o nosso conhecimento do mundo; (iv) ter presente que a leitura de um texto e interpretação do seu discurso é um processo interactivo que envolve um locutor e um receptor.

Só mediante a observação destes aspectos é que se garantirá que uma análise de discurso seja bem sucedida.

Há autores que defendem que as relações coesivas não são necessárias para a obtenção da coerência, desde que exista, numa frase, ou num texto, um desenvolvimento coerente de ideias.

Concordamos parcialmente com este ponto de vista porque, há casos em que as relações coesivas não são, realmente, necessárias para a obtenção da coerência; mas, há casos em que se cria incoerência discursiva devido a uma incoesão.

¹¹ MATEUS et al (1989), *Gramática da Língua Portuguesa*. Ed. Caminho, Lisboa, 3ª ed., p. 146.

O exemplo que se segue, extraído do ed. Nº 48 ilustra este facto.

“... Ao proceder daquela maneira, Joaquim Chissano deu mais uma mensagem ao mundo: a predisposição dos moçambicanos de, junto, em harmonia, em paz, viverem, a despeito das suas diferenças. Mas, mais do que uma simples mensagem com profundo significado, **embora** é mais uma lição que os moçambicanos deram ao mundo... [sic]

Neste excerto discursivo há uma incoerência resultante de um aspecto formal, que é o emprego impróprio da conjunção concessiva **embora**.

2.4.4 A Coesão

O conceito de coesão é semântico, refere-se às relações de significado que existem no texto e que o definem como tal.

A **Coesão** ocorre quando a interpretação de algum elemento no discurso é dependente da interpretação de outro.

Um pressupõe o outro, no sentido de que não pode ser efectivamente decodificado excepto recorrendo-se ao outro. Quando isso acontece a relação de coesão é estabelecida, considera Coulthard (1977), que acrescenta que, os dois elementos, o **pressuponente** e o **pressuposto** são assim, pelo menos, potencialmente integrados no texto.

A coesão pode ser gramatical ou lexical e, a este respeito, Coulthard (1977) refere o seguinte:

“É importante vincar que quando falamos da coesão como sendo *coesão gramatical* ou *lexical*, não estamos a querer dizer que é uma pura relação formal na qual o significado não está envolvido. Coesão é uma relação semântica mas como todas as componentes dum sistema semântico é realizado através do sistema léxico gramatical.”¹²

¹² M. Coulthard (1977): *An Introduction to Discourse Analysis*. Longman Group Ltd, p.6.

Mateus et al (1989) abordam o conceito de **coesão** sob ponto de vista da **conectividade**. Para a autora, coesão é o mesmo que **conectividade sequencial**. "... todos os processos de sequencialização que asseguram uma ligação significativa - nos diversos níveis de análise são instrumentos de coesão."¹³

As citações acima, apresentam dois pontos de vista sobre o conceito de coesão.

De facto, enquanto o primeiro ponto de vista considera que a **coesão** ocorre quando há um **pressuponente** e um **pressuposto**, o segundo privilegia a **conectividade** e a **sequencialização** para fazer o mesmo.

São duas abordagens diferentes, como referimos, mas que servem o mesmo propósito; achar os elementos que contribuem para que um texto seja coeso.

Ao se proceder a uma análise de discurso deve-se ter em conta conceitos como **referência**, **pressuposição** e **contexto de situação** pois, a interpretação e compreensão do discurso passa pela apreensão destes conceitos, pelo analista de discurso.

2.4.5. A Referência

Brown & Yule (1983) socorrem-se em Lyons (1968/1973) e Strawson (1950) para a abordagem deste conceito. Numa primeira fase, ao apresentar a visão semântica de **referência**, Lyons defendia que a relação existente entre palavras e coisas era uma **relação de referência**. Numa comunicação mais recente, Lyons (1977), apresenta outro ponto de vista sobre a natureza da **referência**: *é o falante quem refere*; ele investe na expressão fazendo referência através do acto de referir.

¹³ Mateus et al (1989): **Gramática da Língua Portuguesa**. Ed. Caminho, Lisboa, 3ª ed. p.135.

Sobre o mesmo assunto, Strawson (1950) reivindica que referir ou fazer referência não é algo que uma expressão possa fazer; é alguma coisa que alguém pode *usar uma expressão para fazer*.¹⁴

O que importa reter é que na análise de discurso a referência é tratada como uma acção da parte do falante / escritor.

2.4.6. Pressuposição

A noção de **pressuposição** na análise do discurso, deve ser definida em termos de *pressupostos* que o emissor coloca e que espera que receptor aceite sem dificuldades; para que isso aconteça, é necessário que o receptor tenha em conta a noção de **conhecimento comum**. É esta noção de conhecimento comum que vai possibilitar que não haja mal entendidos na interpretação do discurso, e que o receptor aceite sem muitas dificuldades as pressuposições colocadas pelo emissor.

Em relação a este aspecto Lopes (1987), aponta que no contexto de processamento do discurso se devem considerar dois pressupostos:

Primeiro, o facto de que o escritor [emissor] está preocupado em fazer um esforço no sentido de ser entendido pelo leitor [receptor] porque se o não fizer, não haverá aderência da audiência; segundo, o escritor [emissor] deve assumir o papel do leitor [receptor] e deve também considerar que a leitura é um processo interactivo. O leitor [receptor] chega à compreensão de como o escritor [emissor] elabora o seu discurso através do **conhecimento do mundo** e dos **conhecimentos linguísticos** por que já passou. Por isso, para Lopes (1987) uma das tarefas do analista do discurso é verificar: (i) até que ponto o escritor [emissor] processa a informação em termos de sequência; (ii) como é que mostra que o escritor compreende e assumia o valor e o mundo cognitivo

¹⁴ G. Brown & G. Yul (1983): *Discourse Analysis*. Cambridge University Press, p. 28.

pertença do leitor [receptor]; (iii) como é que mostra que o escritor [emissor] comunica directamente com o leitor [receptor].¹⁵

Estamos de acordo com o ponto de vista apresentado por Lopes (1987) relativamente ao conceito de **pressuposição**. Consideramos, também, que a leitura e interpretação de um texto é um processo interactivo, em que deve existir uma cooperação entre o emissor e o receptor. Esta cooperação passa pela noção de **conhecimento comum**. Efectivamente no contexto do processamento do discurso o emissor parte da **pressuposição** de que o seu receptor possui conhecimentos acerca daquilo que ele quer transmitir. Por sua vez, o receptor deve *cooperar* para entender o que lhe está a ser transmitido.

2.4.7. Contexto de Situação

Nos últimos anos os linguistas têm-se apercebido da importância do contexto na interpretação de frases. O mesmo se aplica a uma análise de texto ou de discurso.

Brown & Yule (1983)¹⁶ valem-se de Fillmore (1977) e de Hymes (1964) para explicar algumas particularidades sobre o contexto de situação.

Fillmore (1977) defende que a tarefa do analista de discurso é determinar o que se pode saber acerca do **significado** e do **contexto** de um enunciado, tendo em conta, somente, o conhecimento de que o enunciado ocorreu. Face a uma situação destas, o analista de discurso deve interrogar-se sempre o que significaria se o **contexto** fosse um bocado diferente.

Por sua vez, Hymes (1962) vê o papel do **contexto** na interpretação, por um lado, como limitando a gama de possibilidades de interpretação e, por outro, como apoiando a pretendida interpretação. Segundo este estudioso, o uso de uma forma linguística identifica uma série de significados. Um contexto pode apoiar uma série de significados. Quando uma forma é usada num

¹⁵ A. J. Lopes, (1987): "The Role of Prior Language on Target Language Discourse Processing". Comunicação à Conferência da LASU, (Linguistic Association for SADC Universities), Harare, Zimbabwe. Sumário publicado em **The Second Conference Report**.

¹⁶ G. Brown & G. Yul (1983): op cit., p. 35.

contexto elimina os possíveis significados a esse contexto do que aqueles que a forma pode transmitir.

Outro factor a ter em conta para a especificação do contexto e que pode ser relevante para a identificação do tipo de discurso, é a participação das pessoas num determinado evento discursivo. De facto, o conhecimento, tanto do destinador como do destinatário num dado evento comunicativo possibilita ao analista de discurso, imaginar o que os indivíduos em causa poderão dizer. E isto restringe as expectativas do analista de discurso.

Outras noções a ter em conta, numa análise de discurso é: **informação implícita e informação explícita e inferência.**

2.4.8. Informação explícita / Informação implícita / Inferência.

van Dijk (1977) considera que o discurso da linguagem natural não é totalmente explícito. Isto é, há proposições que não são directamente expressas mas que podem ser inferidas de outras proposições expressas.

Às proposições implícitas que devem ser introduzidas para o estabelecimento de interpretações coerentes, o autor designa de **ligações em falta**.¹⁷

Presumimos que as **ligações em falta** deverão ser inferidas pelo receptor para completar o discurso, de modo a torná-lo coerente.

Os conceitos que acabamos de descrever, nomeadamente **referência, pressuposição, contexto de situação, informação explícita e implícita e inferência, conhecimento comum**, são conceitos a ter em conta para uma análise de discurso bem sucedida porque esta pressupõe a leitura de texto. Ora, ler um texto, é um exercício de interpretação, é um exercício de reconstrução do sentido do texto. E reconstruir o sentido de um texto é *fazer inferências, é referir, é fazer pressuposições*. Reconstruir é ter em conta o

¹⁷ T. A. van Dijk, (1977), op. Cit., p.

contexto do processamento do discurso e ter presente que o sentido global de texto é resultante do *explícito* e do *implícito*.

2.5. Estrutura Temática

Estrutura Temática é um conceito importante na análise de discurso. O seu estudo reveste-se de extrema importância porque, para além de possibilitar uma melhor apreensão dos conteúdos discursivos, é susceptível de aplicação em análises de discurso e de texto.

A abordagem deste conceito não tem sido pacífica uma vez que, paralelamente, ao conceito de **Estrutura Temática** existem outros conceitos como, **Estrutura de Informação** e **Estrutura de Tópico e Comentário** que, aparentemente, são a mesma coisa, porém, a análise de cada um destes conceitos demonstra o contrário.

Queríamos aqui referir, que, dado o facto de o nosso trabalho basear-se na **Estrutura Temática**, não iremos abordar aqui as restantes estruturas já referidas, pelo que só faremos uma breve menção das mesmas.

Cada uma das estruturas aqui referidas é composta por uma dicotomia. Assim, temos:

- a) **Estrutura Temática** - dicotomia - **tema-rema**
- b) **Estrutura de Informação** - dicotomia - **dado-novo**
- c) **Estrutura do Tópico e Comentário** - dicotomia - **tópico-comentário**

2.5.1. A Estrutura Temática: Tema-Rema

A noção de **Tema** e **Rema** tem tradição nos estudos da Escola de Praga. Durante algum tempo, linguistas checoslovacos interessaram-se muito por problemas que em checo chamaram de **Artuální Běneni Vetrné** e que em inglês foi denominado "**Functional Sentence Perspective**" - **F.S.P.**. Além de

chamarem **F.S.P.** também chamaram **Organização Contextual da Frase, Tema - Rema** ou **Estrutura de Tópico e Comentário**.¹

De acordo com Firbas em Danes (1974), o trabalho pioneiro na área de F.S.P. foi desenvolvido por Henry Weil que descobriu que as línguas modernas têm a tendência de fazer um **sujeito gramatical** exprimir o ponto de partida; constatou que a ordem inversa (primeiro o alvo do discurso, depois a noção inicial) também ocorre e acha que esta ordem inversa veicula uma emoção.

Mathesius, estudioso checoslovaco, em Danes (1974), confirma as ideias de Weil ao comparar o inglês com o checo e com o alemão. Verificou a tendência de fazer o *sujeito* exprimir o **tema**, e notou que a ordem **sujeito - predicado** se adapta à sequência **Tema - Rema**.

O **Dinamismo Comunicativo - C. D.**, é outro conceito que aparece com os estudos da Escola de Praga. Mathesius define o grau de **dinamismo comunicativo - C. D.**, de que um elemento linguístico é portador, como a amplitude em que o elemento contribui para o desenvolvimento da comunicação. Assim, em termos de **C. D.**, o *sujeito* transporta o nível mais alto, o *elemento adverbial* o grau mais baixo e o *verbo* situa-se entre eles.

Uma das características principais do desenvolvimento das ideias de Mathesius foi o reconhecimento do papel importante desempenhado pela **estrutura semântica** ao determinar o F. S. P. e a ordem das palavras.

O **contexto** e a **estrutura semântica** operam ou na mesma direcção ou em sentido inverso para a distribuição básica de **C. D.**.

Portanto, para os pragueiros, **Tema** é o elemento que transporta o menor grau de **C. D.**; **Rema** é o elemento que transporta o grau mais elevado de **C. D.** - informação mais importante.

Ainda à luz dos estudos da Escola de Praga, além da perspectiva funcional de uma frase simples ou complexa, há também perspectivas funcionais de oração, de parágrafo, de capítulos, etc. Este aspecto é importante para o nosso estudo porque a **análise de discurso** é uma análise

¹ J. Firbas, (1974) "Some Aspects of the Czechoslovak approach to Problem of F.S.P." Papers on Functional Sentence Perspective - edited by DANES, F. (1974), Academia Mouton, Paris.

macro; e o facto de haver perspectivas funcionais de unidades supra-frasais é indicativo de que podemos aplicar a **dicotomia tema-rema** à nossa análise.

Halliday (1985) considera que é a **estrutura temática** que dá à proposição o seu carácter de mensagem.

Assim, considera que o **tema** é o elemento que serve como ponto de partida da mensagem e o **rema** é o desenvolvimento da restante mensagem.

O que importa reter relativamente ao conceito de **tema-rema**, de Halliday é que o **tema** é o elemento que chama a nossa atenção sobre o que se pretende dizer. A nossa análise de dados vai ter em conta este pressuposto.²

2.6. Comunicação Social

Apresentada a bibliografia relativa às questões linguísticas, faremos agora uma breve apreciação da bibliografia relacionada com a questão da **comunicação social**, uma vez que o objecto de nossa análise é um texto jornalístico - o editorial do "**Domingo**".

A **comunicação social** é considerada por algumas pessoas como a causa de todos os males, por outras como força capaz de mudar de repente as mentalidades e os comportamentos, e até mesmo como um poder capaz de fazer cair governos. Contudo, a **Comunicação Social** é muito mais do que isso.

Muitos programas educativos nomeadamente a alfabetização, campanhas de vacinação, entre outros, têm usado os meios de comunicação social (daqui em diante MCS).

Os MCS ocupam, sobretudo nas grandes cidades, uma parte considerável do tempo dos cidadãos, contrariamente às zonas do interior (zonas rurais e outras), onde o acesso aos MCS não é fácil. Moçambique não escapa a este fenómeno. Isto faz com que se crie um fosso muito grande entre as cidades e as zonas do interior, em termos de desenvolvimento.

² M. A. K. Halliday (1985): **An Introduction to Funcional Grammar**. Edward Arnold Ltd, pp 37-38.

É visível a preocupação de Rodrigues (s/d), ao apresentar a seguinte questão: "Serão instrumentos de progresso e desenvolvimento das zonas do país mais carenciadas, ou antes, factores de um cada vez maior fosso entre as regiões desenvolvidas, mais abertas ao intercâmbio cultural, com maiores possibilidades, e as regiões do interior, mais fechadas sobre si mesmas?"¹

É importante referir que o fosso verifica-se, igualmente, entre os países desenvolvidos e os países menos desenvolvidos. Com efeito, o acesso aos **media**, é sinónimo de desenvolvimento.

2.6.1. A Função dos Meios de Comunicação Social

Os estudiosos dos MCS têm dito que as funções destes são: *informar, transmitir a herança cultural e oferecer opção de lazer.*

A *denúncia social* não consta entre as funções atribuídas aos MCS, pelo menos, explicitamente.

De acordo com Crato (1992), "todo o jornalismo faz escolhas, e toda a comunicação social está influenciada por um conjunto de condicionantes económicas, políticos, culturais e ideológicos".²

Concordamos com o ponto de vista expresso por Crato (1992) porque de facto, o jornalismo faz escolhas; é entre as escolhas que faz pode constar ou não a *denúncia social*.

Um MCS que tenha como objectivo principal a salvaguarda dos interesses da classe dominante (governo, patronato e outros), provavelmente, evitará fazer *denúncia social*. Se o fizer poderá estar manipulando, pois a *denúncia* também pode ser *manipulação*. "Mesmo quando aponta desmandos e corrupções, a imprensa poderá estar servindo outros interesses que não os populares".³

¹ A. Rodrigues, (s/d). "A Comunicação Social". Ed. Conhecer, Lisboa, p. 4

² N. Crato, (1992): **Comunicação Social - A IMPRENSA**. Ed. Presença, Lisboa, p. 89.

³ I. O. Soares, (1989), (org.). "Para uma leitura crítica dos jornais". Ed. Paulinas, São Paulo, p. 33

Há contudo, MCS que procuram servir os seus leitores fazendo *denúncias*, formando, assim, uma *opinião pública* capaz de pressionar as autoridades a tomar providências, em casos específicos.

Apesar de o nosso estudo não se debruçar sobre a opinião pública, achamos que seria pertinente abordar aqui alguns aspectos relativos à mesma, uma vez que o jornal pode contribuir para a formação de opinião pública.

2.6.2. A Emergência da Opinião Pública

O público é um factor determinante. De facto, os MCS relatam aquilo que se pressupõe que interessa a um dado público, em dada época.

No decorrer do século XV, à medida que a burguesia assumia um papel determinante na organização social, surgia uma nova ordem, a do mercado. É neste novo contexto que emerge a ideia de Estado como entidade organizadora do mercantilismo, que surge a necessidade de tornar público, de dar a conhecer tanto os produtos disponíveis e os seus valores monetários, como as regras que regem a sua circulação.

Se antes predominava o controlo e a dependência em relação ao soberano, no novo sistema, com a burguesia à frente,

"a privacidade converte-se, pela primeira vez, num direito que assiste ao cidadão livre, o de assegurar a defesa da sua autonomia perante a ingerência do Estado soberano, tanto no domínio das suas ideias, como na esfera da vida doméstica, na defesa político-ideológica como na esfera económica".⁴

É, neste contexto, nos finais do século XVII que nasce a imprensa periódica. A expressão da opinião livre do cidadão, dá origem ao aparecimento da categoria *opinião pública*, e à sua relativa institucionalização como campo autónomo de legitimidade.

Através da *opinião pública* nascente constitui-se o direito inalienável de formação de correntes pluralistas autónomas. É nas sociedades, nos clubes

⁴ A. D. Rodrigues, (1990). *Estratégias da Comunicação*. Ed. Presença, Lisboa, p. 38

privados e, mais tarde, nos cafés, que as correntes de opinião se formam a partir, nomeadamente, da discussão de opiniões controversas.

É neste âmbito que surge a reivindicação da transferência dos actos do poder perante o julgamento da *opinião pública* em tribunal de recurso.

Ainda em relação à dinâmica que gera a formação de uma *opinião pública* Wolf (1985), vale-se de Lazarsfeld et al para falar de *líderes de opinião*.¹

Os *líderes de opinião* são cidadãos muito informados e com uma capacidade grande de absorção dos *media*. São pessoas portadoras de bom senso com muita influência e crédito na comunidade.

No caso de Moçambique, em zonas rurais, onde o acesso aos MCS é difícil, o *líder de opinião*, geralmente, pode ser o professor da aldeia, o enfermeiro ou outras entidades influentes. Estes têm um papel preponderante para a formação de uma *opinião pública*.

2.6.3. O Editorial

O **Editorial** é um texto curto que reflecte, geralmente, as inclinações do MCS.

Quando a direcção de um MCS pretende exprimir a sua opinião sobre a actualidade recorre aos editoriais. Em alguns MCS os editoriais estão sempre presentes e chegam a constituir um atractivo de peso quando exprimem frontalmente posições próprias.

O texto editorial apresenta a seguinte estrutura:

(i) **Introdução**, apresenta-se um facto ou uma situação actual, com detalhes para explicar e, às vezes, com alguns exemplos concretos; (ii) **análise**, problematiza-se o facto, explica-se, dá-se o contexto, contraste-se e revela-se a contradição ou se apresentam as causas e possíveis consequências do facto; (iii) **Conclusão**, o desenlace, é uma síntese, ou uma

¹ M. Wolf, (1987); *Teorias da Comunicação*. Ed. Presença, Lisboa, p. 44

pista para reflexão e acção. Às vezes, retoma-se o que se disse na introdução.²

Tendo em conta que o editorial exprime a opinião do MCS sobre algum facto actual, é necessário assegurar o seu valor educativo.

Hohenberg (1962) considera que: "uma página editorial bem escrita deve ser algo mais do que a voz do jornal, ou o veículo da defesa dos interesses subalternos do proprietário ou dos preconceitos do redactor. Para que signifique alguma coisa, deve ser a própria voz da comunidade".³

Concordamos com este ponto de vista porque, só assim, é que o editorial pode contribuir para a formação de uma opinião pública capaz de pôr em causa a ordem vigente, quando esta não vai ao encontro dos interesses dos cidadãos.

Ainda segundo Hohenberg (1962), há nas páginas editoriais provas suficientes de que os redactores podem transformar-se em forças poderosas nas suas comunidades, se dispõem de material e liberdade de usá-lo em benefício do bem público.⁴

Daquilo que vimos sobre a **Comunicação Social**, é de realçar os seguintes aspectos:

Os **MCS** têm como função *informar, transmitir herança cultural, oferecer opção de lazer e fazer denúncia social*. No entanto, a última função nem sempre é optada pelos **MCS** porque o jornalismo faz escolhas e entre estas pode ou não constar a denúncia social. Os **MCS** podem contribuir para a formação da opinião pública. O editorial pode ser um instrumento poderoso ao serviço do público.

Feita a apreciação bibliográfica relativa às questões linguísticas e à Comunicação Social, importa agora, ver qual é a relação que se pode estabelecer entre ambas e o nosso estudo.

² A. Geerts, (1987). "O Noticiário Popular", Manual de comunicação nº 6. Edições Paulinas, São Paulo, p.37

³ J. Hohenberg. (1962): **Manual de Jornalismo**. Ed. Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, p.503.

⁴ J. Hohenberg. (1962), Op. Cit, p. 503.

A nossa preocupação situa-se ao nível da coerência discursiva a qual permitirá analisar se o discurso dos editoriais está de acordo ou não com o EEd. do periódico.

Para tal vamos proceder a uma análise de discurso.

Vimos que a análise de discurso é uma abordagem macroestrutural ora a interpretação global dos textos editoriais só pode ser conseguida através de uma abordagem macroestrutural.

CAPÍTULO III - ANÁLISE DE DADOS

ANÁLISE DA TEMÁTICA ABORDADA NO PERÍODO DE 1994 E SUA RELAÇÃO COM O ESTATUTO EDITORIAL

3. Depois de termos encontrado os temas abordados nos editoriais de 1994, como se pode verificar pelo quadro síntese da ocorrência e frequência temática, importa agora ver a relação entre os temas encontrados e o EEd. do periódico uma vez que este é o compromisso do jornal com o seu público.

O objectivo principal do nosso trabalho é **avaliar se através do editorial, o periódico, consegue ou não manter coerência da sua orientação ideológica, em conformidade com o momento histórico.**

Pareceu-nos, assim, que o melhor procedimento a seguir seria analisar a relação entre a temática dos editoriais e o EEd. do periódico.

A nossa análise obedecerá aos seguintes critérios:

- progressão temática
- coerência discursiva
- relação entre a temática e o EEd.

As razões da adopção destes critérios têm a ver com a natureza do próprio trabalho. Este baseia-se, essencialmente, na análise do discurso. Na primeira fase da análise de dados, fizemos um levantamento temático e remático dos editoriais para efeitos de verificação da progressão temática. Este levantamento foi acompanhado de uma breve análise do discurso de cada editorial, para efeitos de verificação da coerência discursiva.

Encontrada a temática abordada pelo semanário, no período de 1994, julgamos que seria pertinente proceder, agora, a uma análise mais profunda de cada tema encontrado, para vermos a relação entre a temática abordada pelo jornal, no período histórico de 1994 e seu EEd., pois, só assim, será possível atingirmos o objectivo principal do nosso trabalho.

3.1. Processo de Paz - PP (explícito e implícito)

Acordo Geral de Paz - AGP (explícito e implícito)

Esta temática foi abordada de uma forma implícita em vinte e quatro editoriais e de forma explícita em doze.

Os temas ora em análise foram sistematicamente abordados ao longo de 1994, tanto explicitamente como implicitamente tendo merecido muita atenção dos editorialistas do periódico, como é possível verificar através do levantamento temático e remático dos editoriais, assim como através do quadro síntese da ocorrência e frequência temática. Ainda neste âmbito, é de salientar que, temática como **GUN**, **Reconciliação Nacional**, **Democracia**, **Soberania Nacional**, **Patriotismo**, **Ingerência nos Assuntos Internos**, **Direito à Informação**, etc, aparece na sequência da temática neste momento em análise. É, pois, neste contexto, que referimos que a temática **AGP** e **PP**, também, foi abordada de uma forma implícita.

Voltando agora à temática em análise, o periódico criticou, principalmente, a actuação do Governo e da Renamo por não observarem devidamente aquilo que foi recomendado pelo **AGP**, correndo-se o risco de se pôr em causa todo o **PP**.

Relativamente a este assunto, criticou-se a pretensão de renegociação do **AGP**, particularmente, a criação de um **GUN** em Moçambique e, a criação de um "Conselho Económico e Social (CES)", preconizado pela Renamo e, ainda, em relação ao efectivo que deveria constituir o novo exército.

" Uma questão que se julgava encerrada volta novamente à mesa de negociações... Trata-se do Conselho Económico e Social (CES) ... A proposta do CES... tem como objectivo Controlar a utilização dos fundos do Estado, para evitar que o dinheiro que entra para a reconstrução do país seja investido na campanha da Frelimo... A fase de negociações já está ultrapassada, a que vivemos é de implementação do que ficou acordado... Nenhuma parte deve fugir do essencial: a implementação do **AGP**."

(In ed 2, [30.01.94]).

O excerto discursivo que acabamos de citar demonstra a pretensão de renegociação do **AGP**, mais particularmente em relação à criação de um **CES**, preconizado pela Renamo.

Ainda em relação a este assunto, o periódico criticou, igualmente, a pretensão de criação de um **GUN**, em Moçambique.

“Quando, em 1990, o Governo promoveu um debate sobre a possível introdução do multipartidarismo no país, o muito que se disse foi que era necessário introduzir o sistema. Isto é, tinha que haver mais partidos políticos, mais liberdades individuais, mais liberdade de expressão e de circulação, entre outras... Mas, surpreendentemente, hoje aparecem muitas vezes a clamar por um tal Governo de Unidade Nacional... O que surpreende é que mesmo a Renamo aparece a secundá-la... Há que haver uma certa coerência no que se pensa, se diz e se julga, com o que a realidade é. Se somos pela democracia multipartidária, que preconiza eleições em que há vencedores e vencidos, vamos até ao fim do que defendemos.”

(In ed 4, [02.09.94]).

Pela citação acima é possível inferir que estamos perante mais um caso de renegociação do **AGP** que “Domingo” é contra o mesmo.

Contudo, foi em relação a questões militares que o periódico mais criticou a não observância do **AGP** tanto pela Renamo como pelo Governo, nomeadamente, no tocante ao acantonamento e desmobilização, devido à desconfiança entre os principais intervenientes do **PP**.

“ O que neste momento devia preocupar todos os intervenientes devia ser o acantonamento que se está a efectuar muito lentamente... Devia ser a desmobilização das tropas que devia ter começado já, mas que nem sinais...”

(In ed 3, [30.01.94]).

“ Dois factos políticos ocorreram nos últimos dias no nosso país... Referimo-nos às acusações do general Mateus Ngonhano, da Renamo, de que o Governo, através do antigo Comissário Político FAM/FPLM, Eduardo da Silva Nihia, estaria a preparar, militarmente, mil homens em Nampula; e outro, com uma série de novos dados em torno da disputadíssima localidade de Salamanga, distrito de Matutuine... O país agradeceria, tanto ao Governo, assim como à Renamo, que o barulho em volta de Salamanga pudesse terminar rapidamente, sem vencidos nem vencedores.”

(In ed 6, [20.02.94]).

" Apesar de todas e muitas garantias políticas e militares que o Governo deu à Renamo e esta ao Governo e apesar da evolução da situação na região que aparenta ter por encerrado o ciclo de violência, determinadas atitudes fazem-nos acordar para a triste realidade que vivemos... As desconfianças entre o Governo e a Renamo estão longe de terem chegado fim... Porque será que alguma das partes - ou ambas - procuram arrastar a posse de homens armados e do próprio armamento o mais possível?... Basta de desconfianças". [sic]

(In ed 17, [08.05.94]).

As citações acima referidas demonstram mais um caso de não observância do **AGP**, e a postura de "Domingo" perante o mesmo é de condenação.

No entanto, não foram só críticas que o periódico fez, em torno da temática em análise; o "Domingo" louvou por exemplo, a tomada de consciência da Renamo e do Governo, pelo cumprimento do **AGP**.

" O primeiro grande acontecimento que vale a pena referir é o entendimento a que chegaram, finalmente, o Governo e a Renamo quanto ao número de tropas do executivo a acantonar e desmobilizar... O segundo grande acontecimento a merecer registo é o facto de o Governo ter recomeçado com a desmobilização. Este é mais um passo importante que se dá em torno do processo, determina em grande medida que se ultrapassem desconfianças... Mais estimulante e agradável é que se tenha chegado... a consenso sobre a data - limite - 15 de Agosto - da desmobilização... Outro facto que não merece registo subalterno é o estabelecimento, pela Comissão do Cessar Fogo, do calendário das suas actividades até às eleições, em Outubro... Dois outros factos que nos apraz registar, igualmente, é que 80 oficiais para o Comando Superior das Forças Armadas de Defesa de Moçambique tenham tomado posse. É claramente um gesto que demonstra que afinal o caminho que se segue é para frente."

(In ed 23, [19.06.94]).

A partir da citação acima, pode-se inferir que o periódico, criticou quando não se cumpria com o acordado no **AGP**, e elogiou quando se cumpria.

Como referimos no início da nossa análise, a temática **AGP** e **PP** foi abordada de forma implícita e explícita, pelos editorialistas. Ora, esta constatação foi possível devido à coerência com que o discurso foi apresentado. Os textos que abordam esta temática apresentam um fio

condutor que permite fazer a reconstrução semântica do discurso, de modo a descobrir que os temas principais que estavam a ser abordados eram **AGP** e **PP** e que eram abordados implícita e explicitamente.

A coerência discursiva é, também, sustentada por uma progressão temática constante, isto é, os temas são retomados constantemente, e isto contribui para que se construa um discurso coerente.

A análise dos temas **PP** e **AGP** demonstrou que os mesmos têm uma relação com o EEd., de uma forma geral, pois são temas muito abrangentes; contudo, a relação é mais específica com os pontos 3. 4. 7. e 9. do "Domingo"

" 3. Impomo-nos como dever, a consolidação e dinamização da democracia pluripartidária num quadro de estabilidade social."

4. Trabalharemos pela reconciliação nacional e pela paz, que para nós só se obtém no desenvolvimento integrado e harmonioso do país."

7. Reprovamos a confrontação violenta como forma de resolver contenciosos."

9. Pugnaremos pela educação da população na defesa dos seus direitos e interesses, contra toda a forma de injustiças."

(In EEd. de "Domingo").

Com efeito, quando, por exemplo, o periódico denuncia o não cumprimento do **AGP**, pela Renamo e pelo Governo, está a demonstrar preocupação pelo futuro da nação, um futuro sem guerra; neste caso, estaria a observar os pontos 4. 7. e 9. do EEd.

Ao fazer um apelo aos principais intervenientes no **PP** para que parem com as desconfianças e dialoguem mais para pôr termo aos conflitos, o periódico está a ser coerente com os pontos 4. e 7. do EEd.

Ao não aceitar a criação de um GUN em Moçambique, o periódico está, de certa forma, a ser coerente com o ponto 3. do EEd., pois os argumentos apresentados são, de certo modo, válidos¹.

É, assim, que nos permitimos dizer que em relação à temática **AGP** e **PP**, o "Domingo" é coerente com a sua orientação ideológica.

¹ Este assunto vai ser mais aprofundado no ponto 2.3. da nossa análise, o ponto em que se analisa o tema GUN

3.2. Direito à Informação Direitos dos Cidadãos

A temática presente mereceu atenção especial dos editorialistas tendo sido abordada em cinco editoriais.

É de salientar que esta temática surge na sequência de outra anteriormente analisada: **AGP e PP**.

Os editoriais que abordam os temas em análise, entre outros assuntos, criticam a *violação dos direitos dos cidadãos, a violação da Constituição da República, a violação da Lei de Imprensa*, tanto pelo Governo como pela Renamo, e, em algumas ocasiões, por outros partidos políticos.

“ Seja quais forem as dificuldades que existam no processo, quer da parte da Renamo, quer da parte do Governo, é obrigatoriedade dos intervenientes apontar publicamente as razões concretas. Manter-se no silêncio, enquanto as coisas não andam, além de pôr em perigo o processo na sua globalidade, viola o fundamental da Lei de Imprensa e da Constituição: privar o povo do direito de saber o que se passa no seu país.”

(In ed 10, [23.01.94]).

“ ... Há várias evidências para se chegar à triste conclusão de que estamos a enganar-nos uns aos outros e, por conseguinte, a enganar o povo... elementos da segurança da Renamo detiveram, em Inhaminga, um jornalista... Por princípios somos contra a detenção de jornalistas. Mas não se trata apenas dos nossos princípios que foram violados. Houve violação da Lei de Imprensa. Houve violação da Constituição... A Lei de Imprensa é muito clara neste aspecto: no exercício da sua função o jornalista goza do direito de não ser detido, afastado ou por qualquer forma impedido de desempenhar a respectiva missão no local onde seja necessária a sua presença como profissional da informação, nos limites, previstos na lei... A constituição é igualmente clara neste aspecto: todos os cidadãos são livres de circular no interior e para o exterior do território nacional, excepto os judicialmente privados desse direito.”

(In ed 10, [20.03.94]).

“ ... A Renamo, demonstrando não ter esquecido uma velha prática do tempo da guerra, sequestra mais de quinhentas pessoas, entre velhos, senhoras e crianças e cidadãos estrangeiros... Por muito justas que sejam as reivindicações dos amotinados da Renamo não há nada, mas absolutamente nada, que justifique o caminho tomado pelos homens de Afonso Dlakama.”

(In ed 27, [11.07.94]).

" Um jornalista, detido durante cinco dias, foi finalmente posto em liberdade, em Nampula. A única culpa... foi ter tornado públicas opiniões de alguns cidadãos através dos microfones da Rádio Moçambique... Mas o pretexto para a sua detenção foi que difamou a Polícia em Nampula... Não há dúvidas nenhuma de que se trata de flagrante violação de tudo. Da Lei de Imprensa, do Código Civil, da Constituição da República... Pare-se com a detenção dos jornalistas - seja o Governo, Renamo, etc.."

(In ed 18, [15.05.94]).

As citações acima referidas, demonstram, cada uma delas, situações em que há violação ou da *Lei de Imprensa*, ou da *Constituição da República* ou ainda do *Código Civil*. Demonstram, também, que a postura de "Domingo", perante as mesmas, é de repúdio.

Para além de criticar a violação dos direitos dos cidadãos, o periódico faz, também, reflexões sobre *princípios* e *convenções*; os políticos que defendem os *princípios democráticos*, *liberdade de expressão* e outros direitos dos cidadãos estão constantemente a violar aquilo que defendem, revelando, assim, incoerência entre aquilo que defendem e aquilo que realmente fazem.

Do ponto de vista da análise do discurso, foi possível encontrar um fio condutor que permitiu fazer a reconstrução semântica do discurso, de modo a encontrar a temática, neste momento, em análise. O discurso revela uma coerência discursiva conseguida através de uma sequência na abordagem temática e seu desenvolvimento.

A relação entre a temática: **Direito dos Cidadãos / Direito à Informação**, e o EEd., encontra-se nos pontos 1. 8. 9. e 10 do Eed.

" 1. Somos um jornal independente, isto é, sujeito apenas à deontologia jornalística, às normas que regulam a profissão, à Lei de Imprensa, à metodologia universalmente aceite para este sector de actividade."

"8. A pessoa é para nós o supremo valor, radicalmente igual, sujeita de direitos e obrigações."

"9. Pugnaremos pela educação da população na defesa dos seus direitos e interesses, contra toda a forma de injustiças."

"10. Promoveremos o Estado de Direito."

(In EEd. de "Domingo").

Ao denunciar as arbitrariedades praticadas pelo Governo, Renamo e outras entidades, o periódico está a ser coerente com os seus princípios, pois está a observar os pontos 8. e 9. do seu EEd.

O ponto 1., entre outras afirmações, refere-se à **Lei de Imprensa**. Esta lei preconiza o direito do cidadão à informação e, pela nossa análise, é possível verificar que este assunto é abordado nos editoriais.

Por outras palavras, ao não se observar os direitos dos cidadãos põe-se em causa o Estado de Direito e, ao abordar aspectos desta natureza, como vimos pela análise feita até agora, o periódico está a observar o ponto 10. do seu EEd.

São estas constatações que nos levam a afirmar, que em relação à temática **Direitos dos Cidadãos / Direitos à Informação**, o "Domingo" é coerente com a sua orientação ideológica.

3.3. Governo de Unidade Nacional - GUN

Esta temática foi tratada em seis editoriais, tendo sido alvo de muita atenção do jornal. O tema foi abordado de uma forma persistente, revelando o periódico, sempre o mesmo ponto de vista - **não a um GUN**.

Surge então uma pergunta: O que seria um **GUN** em Moçambique?

" Governo de Unidade Nacional será aquele que engloba elementos do Governo/Frelimo e elementos da Renamo?... Ou será aquele que reúne membros dos partidos políticos existentes no país registados ou não?... Ou ainda;... será aquele que for constituído por membros de todas as etnias do país..."

(In ed 11, [27.03.94]).

Em relação a este assunto, o periódico criticou a Renamo pela falta de clareza em relação ao que seria em **GUN**, em Moçambique, para além de a sua criação não ter sido discutida aquando das negociações sobre o **AGP**, representando por isso, uma renegociação do **AGP**, assunto criticado pelo periódico, como vimos no ponto 3.1, da nossa análise. Outro argumento contra

um GUN, apresentado pelo periódico, é que este enfraqueceria a **Oposição**, tão necessária ao exercício eficaz da democracia.

“ Importa sublinhar que os governos, no actual ordenamento constitucional, assentam nos partidos... Governo de Unidade Nacional, significa por conseguinte, que todos os partidos, independentemente do seu programa, fazem parte do Executivo... Por outras palavras, o Governo de Unidade Nacional corre o risco de se transformar em Frente Nacional, com o desaparecimento da Oposição, já que todos devem apoiar o Executivo...”

Do ponto de vista do discurso, há a referir que, no geral, o mesmo foi apresentado de uma forma coerente, o que permitiu que fosse possível fazer uma reconstrução semântica do mesmo, de modo a encontrar o tema ora em análise, tanto em relação a cada texto individualmente, como no seu conjunto.

A coerência com que o discurso é construído, permitiu, também, inferir que o Governo era contra a criação de um GUN; que a Renamo e alguns Partidos Políticos eram a favor da formação de um GUN; que a Comunidade Internacional (daqui em diante, CI) em geral, embora de forma velada, era a favor da formação de um GUN.

“ Tem-se falado muito, entre nós, em Governo de Unidade Nacional: são alguns partidos políticos da Oposição, com destaque para a Renamo, são dirigentes de alguns países da Comunidade Internacional e até Boutros Ghali já foi levado a dar a sua opinião, metendo, claramente, a foice em seara alheia... Não se tem feito a pedagogia da Oposição enaltecendo a sua importância. Desde o Cardeal D. Alexandre a Afonso Dhlakama, passando pelos mentores internacionais directamente ligados ao processo, fazem entender que a não entrada para o Governo envolve humilhação e vencido...[sic] “Domingo” nunca teve este entendimento, nem nunca favoreceu semelhante maneira de pensar.”

(In ed 36, [18.09.94]).

A citação acima é mais uma evidência do que referimos anteriormente. Por um lado, os argumentos apresentados podem ser considerados válidos, se se tiver em conta que um GUN poderia, realmente, enfraquecer a Oposição, tão necessária ao exercício eficaz da democracia. Por outro lado, o ponto de

vista dos editorialistas em relação a este assunto pode ser questionado, se se tiver em conta que para um país recém-saído da guerra, sem nenhuma tradição democrática (nos moldes em que se quer estabelecer em Moçambique), talvez fosse mais viável um **GUN**, porque este talvez acelerasse o processo de reconciliação nacional, criando maior estabilidade social.

A relação da temática em análise, encontra-se nos seguintes pontos do EEd.

" 3. Impomo-nos como dever, a consolidação e dinamização da democracia pluripartidária num quadro de estabilidade social."

"4. Trabalharemos pela reconciliação nacional e pela paz, que para nós só se obtém no desenvolvimento integrado e harmonioso do país."

(In EEd. de "Domingo").

Com efeito, a posição de "Domingo" relativamente a um **GUN**, em Moçambique demonstra uma certa coerência com o ponto 3. do EEd. porque, como já foi dito, um **GUN** pode realmente pôr em causa o exercício pleno da democracia, nos moldes em que ela está a ser estabelecida no país, por um lado. Por outro lado, a falta de clareza em relação ao que seria um **GUN**, em Moçambique, cria algumas reservas em relação ao mesmo.

É assim que nos permitimos dizer que em relação ao tema **GUN**, o periódico "Domingo" demonstra ser é coerente com a sua orientação ideológica.

3.4. Ingerência nos Assuntos Internos

Este tema, abordado em seis editoriais, à semelhança do tema **GUN**, foi muito debatido pelos editorialistas.

A forma como a CI (diplomatas e outras entidades e em algumas ocasiões a própria ONU), interferia em assuntos internos foi alvo de críticas por parte do jornal.

A ingerência manifestou-se uma vez de forma velada e outras de forma aberta. De referir que o próprio jornal reconhece que, em algumas ocasiões, a

ingerência era feita com boas intenções; noutras era feita com intenções aparentemente desestabilizadoras, de modo a beneficiar algum(s) partido(s) político(s).

A **Ingerência nos Assuntos Internos** manifestou-se concretamente na área militar, relativamente ao número de efectivos que deveriam incorporar o novo exército; de salientar que esta questão foi objecto de muita controvérsia. Na opinião da CI e da Renamo, 7.500 homens seriam suficientes para garantir a defesa da Soberania Nacional, contrariamente aos 30.000 homens acordados aquando da assinatura do **AGP**.

A opinião de "Domingo" em relação a este assunto é a seguinte:

" Considerar que 7.500 homens são suficientes para defender Moçambique é, no mínimo, algo imperceptível. É difícil entender as bases em que se fundamenta a proposta. Até os 30.000 que se fala, só servem para tornar frágil e muito vulnerável o Estado moçambicano."

(In ed 15, [24.04.94]).

A argumentação apresentada pelo "Domingo" é de que 7.500 homens não seriam suficientes para defender a Soberania Nacional, dando como exemplo as constantes violações à fronteira moçambicana.

" Moçambique tem uma extensão de fronteira muito grande com diferentes países: África do Sul, Swazilândia, Zimbabwe, Zâmbia, Malawi e Tanzania. Não é de afastar, completamente, a hipótese de no futuro, mais um destes Estados tomar atitudes como estas, ou de maior gravidade. Lembremos de que o caso dos "Young Pioneers" ainda não teve desfecho." [sic]

(In ed 15, [24.04.94]).

Foi, porém, relativamente à formação de um GUN em Moçambique, logo após as eleições, onde se salientou mais a **Ingerência nos Assuntos Internos**. O jornal, diversas vezes questionou a ingerência da CI (ONU, diplomatas de países ocidentais e outras entidades), em relação à formação de um GUN.

A questão da ingerência chegou a provocar confrontos abertos entre o jornal e algumas entidades.

" A ajuda que os Estados Unidos vêm prestando a Moçambique, apreciável e meritória, não dá direito ao seu embaixador de se ingerir nos negócios internos deste país, como o faz constantemente o Sr. Dennis Jett."

(In ed 45, [20.11.94]).

Quanto aos textos que abordam o tema em análise, foi possível encontrar neles um fio condutor lógico que permitiu descobrir a temática **Ingerência nos Assuntos Internos**. Isto foi possível graças, também, a uma progressão temática constante, tanto dentro dos próprios textos, como no conjunto dos textos que abordam o tema.

Isto permite dizer que, de um modo geral, os textos apresentam um discurso coerente, pois a não se verificar, não seria possível fazer uma reconstrução semântica, de modo a encontrar a temática tratada.

A relação entre a temática em análise e o EEd. encontra-se no ponto 1.2. do mesmo.

" 1.2. As notícias são o que são, incompatíveis com interferências alheias, e, quanto à opinião, somos um jornal plural."

(In EEd. De "Domingo").

3.5. Soberania Nacional/Patriotismo

Os dois temas abordados em quatro editoriais são analisados em conjunto, devido à forma como foram tratados. A questão da **Soberania Nacional** aparece, em algumas ocasiões, relacionada com a questão do **Patriotismo**. No ed. nº 30 de 07.08.94, por exemplo, critica-se a atitude de um político - Dr. Palange, vice-presidente do Palmo, pela sua atitude pouco patriótica:

" ... Dr. António Palange, proferiu um discurso que, no mínimo nada tinha de patriótico. Disse ele... que a situação em que vivemos agora resulta da falta de capacidade de nos governarmos nós os moçambicanos. Foi mais longe ao dizer que quando Portugal esteve prestes a entregar o poder dizia que os moçambicanos não eram capazes de se governar e o que vivemos é a confirmação dessa convicção."

(In ed 30, [30.07.94]).

A atitude do Dr. Palange, para além de revelar um espírito pouco patriótico, põe em causa a **Soberania Nacional**, uma vez que põe em causa a capacidade dos moçambicanos, de governarem o país.

Relacionado com este aspecto, o jornal faz uma crítica à prática de pedir dinheiro indiscriminadamente à CI. Esta prática, para além de pôr em causa a dignidade dos moçambicanos, revela uma atitude pouco patriótica, porque, muitas vezes, pede-se dinheiro tendo em vista interesses particulares e não os interesses da nação. Esta prática agrava-se pelo facto de que pedir dinheiro, significa maior dependência em relação à CI, o que pode pôr em causa a **Soberania Nacional**. É assim que estes temas foram analisados em conjunto.

Exemplo de patriotismo é atribuído às FPLM, pelos serviços prestados à pátria, desde a independência do país até à altura da assinatura do **AGP**.

A **Soberania Nacional** foi vista, também, sob o ponto de vista militar, em que "**Domingo**" contesta que 7.500 homens não seriam suficientes para garantir a defesa da **Soberania Nacional**, alegando as violações constantes à fronteira moçambicana. Recorde-se que este aspecto foi visto anteriormente, aquando da análise do tema **Ingerência nos Assuntos Internos**.

A ingerência por parte da CI (ONU, diplomacia e outras entidades), põe em causa a **Soberania Nacional** do país, mesmo que se tratasse de uma ingerência bem intencionada, como era em algumas ocasiões.

Do ponto de vista do discurso, é de salientar que os textos que abordam os temas em análise apresentam um discurso coerente, tanto individualmente como no seu conjunto. Havia uma sequência na abordagem temática, daí que tenha sido possível descobrir a temática agora em análise e relacioná-la com o EEd.

Vejamos, pois, o ponto 10. do Eed.

"10. Promovemos o Estado de Direito."

A declaração do jornal em 10., demonstra, na nossa opinião, uma atitude patriótica e de defesa da **Soberania Nacional**, pois ao promover-se o Estado

de Direito, está-se a defender os interesses dos cidadãos, os interesses da nação; o que significa que se está a defender a **Soberania Nacional** e isto revela uma atitude patriótica.

É assim, que nos permitimos dizer que relativamente aos temas **Patriotismo** e **Soberania Nacional**, o periódico é coerente com o seu EEd.

3.6. Reconciliação Nacional / Repúdio à Violência

A temática acima referida foi tratada em cinco editoriais e vai ser analisada em conjunto porque há uma relação entre os temas, isto é, a **Reconciliação Nacional** pressupõe o **Repúdio à Violência**; daí que tenhamos achado que seria pertinente, uma abordagem conjunta dos mesmos.

De referir, também, que a temática ora em análise, aparece na sequência da temática **AGP/PP** pois o **AGP** e o **PP** em si, tinham em vista a **Reconciliação Nacional** e, para que esta se efective, é necessário que se pare com a violência.

A questão da **Reconciliação Nacional** aparece, também, ligada ao **GUN**. Há entidades que defendiam que a condição necessária para uma reconciliação eficaz, era que houvesse um período mais longo de transição para a democracia, e que durante o mesmo, se devia optar por um **GUN**. É de salientar que este ponto de vista era defendido pela Oposição e pela CI. A opinião de "Domingo" em relação a este aspecto é:

" Reconciliação Nacional não é conferir a pasta de vice presidência ao meu opositor nas eleições ou incluir no meu Governo membros dos partidos de oposição ou das etnias. Reconciliação Nacional é aceitar que o meu irmão, irmã... tenha opiniões contrárias às minhas e vivermos juntos, em harmonia sem violência física, com as nossas diferenças de pensamentos."

(In ed 4, [06.02.94]).

Relativamente ao tema **Repúdio à Violência**, salienta-se que o jornal, através do seu editorial, condenou sempre o recurso à violência como forma

de resolver conflitos. Em relação a este aspecto, o periódico condenou, principalmente, a Renamo e o Governo devido à sua actuação: detenções arbitrárias, sequestros, confrontos físicos entre militantes e/ou simpatizantes de partidos diferentes, e outras formas de violência.

Os temas ora em análise foram tratados de uma forma coerente apesar de sua abordagem ocorrer em simultâneo com outros temas, como é possível verificar através do levantamento temático e remático dos editoriais.

O facto de se dar uma continuidade aos temas em cinco editoriais criou uma progressão temática que, por sua vez, criou um discurso, de uma forma geral, coerente.

A relação entre os temas, **Reconciliação Nacional / Repúdio à Violência**, e o EEd é encontrada através dos seus pontos 4. e 7.

“ 4. Trabalharemos pela reconciliação nacional e pela paz, que para nós só se obtém no desenvolvimento integrado e harmonioso do país.”

“7. Reprovamos a confrontação violenta como forma de resolver contenciosos.”

(In EEd. de “Domingo”).

Com efeito, os pontos do EEd. acima referidos demonstram que há uma coerência entre o discurso dos editoriais e o EEd.

A partir do discurso dos editoriais e, também, da temática abordada, é possível constatar que o periódico é a favor da **Reconciliação Nacional** e que repudia qualquer tipo de violência. Esta foi a postura assumida pelo jornal, ao longo de 1994.

3.7. Papel da Oposição / Estatuto da Oposição / Coligações Políticas

Temas abordados em cinco editoriais, mereceram atenção especial dos editorialistas, devido ao período histórico que se estava a viver - período de transição de um regime monopartidário para um regime pluripartidário.

No que diz respeito ao tema: **Papel da Oposição** (Renamo e outros Partidos políticos)¹ o jornal sempre sustentou a existência de uma Oposição forte, uma Oposição capaz de julgar e fiscalizar devidamente as actividades do governo. Este, por sua vez, deve criar todas as condições necessárias, de modo a que a Oposição se fortaleça.

" ... Todos os partidos têm o direito e necessitam de meios para se desenvolverem e estruturarem, devendo o partido no poder... criar condições para tal..."

(In ed 13, [10.04.94]).

À Oposição exigia-se que apresentasse programas de governação claros e distintos. Os programas apresentados foram criticados por não apresentarem algo que os distinguisse uns dos outros.

Relacionado com este aspecto criticou-se, também, o facto de alguns partidos da oposição estarem mais interessados em interesses partidários que em benefícios para a nação.

Ainda neste âmbito, o jornal discutiu o **Estatuto da oposição**, tendo feito apelo para que se pensasse com seriedade no "estatuto da oposição", principalmente, a Oposição com representação parlamentar. "Domingo" defendia, ainda a criação do cargo de "Chefe da Oposição", que seria ocupado pelo segundo candidato mais votado:

" O estatuto da Oposição está directamente ligado à manutenção da paz em clima democrático. A Oposição ou Oposições necessita de sentir que tem condições de segurança e tranquilidade." [sic]

(In ed 40, [16.10.94]).

Quanto ao tema: **Coligações Políticas**, há a referir que o jornal concorda com as mesmas, sustentando, porém, que se deviam criar coligações sérias, com o intuito de fortalecer a Oposição e não com o intuito de derrubar o partido no poder.

¹ Muitas vezes, a Renamo, mesmo pertencendo à Oposição, aparece com um estatuto especial, devido a factores históricos, daí a nossa distinção.



"... Mais do que simples coligações, o que importa é que se reflita com frieza, no significado destas coligações... O que importa é que, ao invés de se coligarem apenas para derrubar a Frelimo no poder, é que se coliguem, para, de facto, resolverem os problemas reais do povo."

(In ed 30, [07.08.94]).

Relativamente ao discurso, há a referir que, de uma forma geral, os textos que abordam os temas neste momento em análise, apresentam um discurso coerente, devidamente estruturado; só assim é que foi possível fazer a sua reconstrução semântica de modo a descobrir os temas abordados: **Papel da Oposição / Estatuto da Oposição / Coligações Políticas** e a relação que existe entre os mesmos.

A relação entre esta temática e o EEd., pode-se encontrar no seguinte ponto do Eed.

"3. Impomo-nos como dever, a consolidação e dinamização da democracia pluripartidária num quadro de estabilidade social."

Quando o periódico aborda questões relacionadas com a **Oposição**, **Estatuto da Oposição** bem como as **Coligações Políticas**, está a observar o ponto 3. do seu EEd., o que demonstra há uma coerência entre o discurso editorial e os princípios que o periódico defende.

3.8. Democracia / Eleições / Assembleia da República

Os presentes temas foram assim agrupados porque têm relação uns com os outros, isto devido à forma como foram abordados pelos editorialistas. Pode-se considerar também, que estes temas representam o resultado de todo o **PP** e do **AGP**, encontrando-se intrinsecamente ligados. Com efeito, as

Eleições e Assembleia da República são o culminar de todo um processo democrático.

O tema **Democracia** não foi tratado de uma forma directa e exaustiva, isto é, não se fez reflexão sobre o conceito de democracia e o que ela significa em Moçambique. Limitou-se a falar sobre democracia quando se abordavam outros temas como GUN, Papel da Oposição, etc.

Reflexão mais séria sobre o tema democracia, ocorreu quando de uma chamada de atenção sobre a importação de modelos democráticos ocidentais para África, mais particularmente para Moçambique.

“ O que está a passar-se em Moçambique, o que se passou em Angola lança dúvidas sobre a possibilidade de implantar em África modelos democráticos semelhantes aos que funcionam no Ocidente... Como pretender que, de um dia para outro - por força de uma coisa tão estranha chamada “eleições” - , aceitem passar a ser governados pelos próprios adversários que ontem combatiam de armas na mão?”

(In ed 43, [06.11.94]).

No excerto discursivo acima transcrito é possível verificar que o periódico questiona o estabelecimento de modelos democráticos ocidentais em África muitas vezes bem intencionados mas porque não se enquadram na realidade africana, podem provocar situações imprevisíveis.

Relativamente ao tema **Eleições**, o jornal debruçou-se sobre a fase da campanha eleitoral, sobre a fase das eleições propriamente ditas e sobre os resultados eleitorais, tendo sido crítico em relação à maneira como os partidos políticos dirigiam a sua campanha eleitoral.

“ Nota negativa vai, indubitavelmente, para os simpatizantes ou militantes do Partido Frelimo e da Frente da Acção Patriótica que, pelas suas próprias mãos, tentaram resolver aquilo que lhes pareceu uma provocação.”

(In ed 37, [25.09.94]).

Os editorialistas condenaram também, atitudes pouco abonatórias de alguns líderes de partidos políticos, atitudes que poderiam pôr em causa todo

o processo democrático. É o caso, por exemplo, do líder da Renamo, que se retirou do processo eleitoral violando, assim, a lei eleitoral.

O jornal apelou à calma e ao civismo quando se enunciavam os resultados eleitorais e criticou àqueles que sempre puseram em causa os resultados eleitorais, retirando, à partida, a credibilidade ao acto eleitoral.

Quanto ao tema: **Assembleia da República**, os editorialistas foram muito críticos; o balanço do funcionamento da Assembleia foi considerado negativo: muitos gastos e pouco trabalho, o que revela falta de consideração para com os eleitores e contribuintes.

“ Ao fim de 13 dias, temos 910 milhões de meticais que foram gastos pelos deputados... Trata-se de uma factura demasiado pesada para o cidadão/contribuinte anónimo.”

(In ed 50, [25.12.94]).

A este propósito, criticou-se, igualmente, a atitude da Oposição com representação parlamentar, ao abandonar a sessão da Assembleia para mostrar discordância pela escolha do Presidente da Assembleia da República.

“ Os deputados... têm que saber que quem sofre as consequências de uma tal atitude não são apenas os membros da Frelimo. São, sobretudo, os cidadãos anónimos, de Tete, de Nampula, de Maqueze, que nem sequer sabem o que é uma Assembleia da República.”

(In ed 50, [25.12.94]).

A coerência com que os temas aqui analisados foram tratados permitiu, por um lado, relacioná-los uns com os outros, de modo a analisá-los em conjunto, como fizemos. Por outro lado, permitiu fazer uma reconstrução semântica do discurso, de modo a relacioná-lo com o EEd. de “Domingo.”

“ 3. Impomo-nos como dever, a consolidação e dinamização da democracia pluripartidária num quadro de estabilidade social.

(In EEd. de “Domingo”).

Ao questionar o estabelecimento de modelos democráticos ocidentais em Moçambique, ao criticar o comportamento dos partidos políticos e de alguns líderes durante a campanha eleitoral, ao criticar o funcionamento da Assembleia da República, o periódico está a observar o ponto 3. do seu EEd.

3.9. Críticas/ Louvores à actuação da Renamo

A actuação da Renamo foi alvo de críticas em doze editoriais e louvada em dois ¹. A Renamo foi acusada de querer renegociar o **AGP**, foi acusada de violar constantemente o **PP**; foi ainda acusada de secundar a ideia de criação de um GUN em Moçambique, independentemente dos resultados eleitorais.

Em relação a este aspecto, o jornal considera que a atitude da Renamo não é muito coerente, pois, é um partido que sempre defendeu a realização de eleições livres e justas e ao propôr a criação de um GUN não estaria a ser coerente com os seus princípios.

" ... Hoje aparecem muitas vozes a chamar por um tal Governo de Unidade Nacional. O que surpreende é que mesmo a Renamo aparece a secundá-la. Aquela Renamo que afirma ter lutado pela democracia multipartidária, aquela Renamo que até há pouco tempo era por eleições o mais breve possível...."

(In ed 4, [06.02.94]).

A Renamo foi também, acusada de fazer jogo político, como forma de ganhar vantagens eleitorais. No ed. 38, por exemplo, critica-se a atitude do líder da Renamo por fazer declarações com tom belicista; no ed. 42 critica-se a sua atitude, ao abandonar o processo eleitoral numa fase decisiva - período eleitoral; no ed. 50 criticou-se os deputados da Renamo e da restante Oposição por abandonarem a Assembleia da República, como forma de demonstrar o seu descontentamento, o que, na opinião do jornal revela falta de respeito para com o eleitorado.

¹ Recorde-se que a Renamo é um dos principais intervenientes do AGP, e que é tido como o partido mais forte da Oposição.

A Renamo foi elogiada nos editoriais 22 e 23. No primeiro por permitir que as pessoas circulassem livremente em zonas sob seu controlo, não obstante o ter feito, aparentemente, sob pressão dos EUA, e não por consciência própria.

“O desejável é que as populações que se encontram nessas zonas da Renamo possam, sempre que o desejarem, deslocar-se para outras zonas quaisquer, sem que tenham que pedir guias de marcha. E que as populações, no interior dessas zonas, possam movimentar-se livremente... O que há é que agradecer, talvez, aos americanos por haverem transmitido ao líder da Renamo a sua preocupação pelo facto de, em Moçambique... não haver liberdade de circulação.”

No ed. 23, a Renamo é felicitado pelo início do seu entendimento com o Governo e por cumprir com o que foi preconizado pelo **AGP**.

No que diz respeito ao discurso, há a referir que os textos em que os temas em análise foram tratados, apresentam um discurso, de uma forma geral, coerente, daí que tenha sido possível inferir quando é que se criticava e quando é que se louvava a Renamo. Os texto possuem um fio condutor que permitiu fazer uma reconstrução semântica do discurso, de modo a descobrir a temática ora em análise e estabelecer a sua relação com o EEd. Com efeito, a relação entre a temática em análise e o EEd. verifica-se principalmente através dos seguintes pontos do Eed.

“4. Trabalharemos pela reconciliação nacional e pela paz, que para nós só se obtém no desenvolvimento integrado e harmonioso do país.”

“7. Reprovamos a confrontação violenta como forma de resolver contenciosos.”

“11. Denunciaremos a arbitrariedade, a discriminação e a corrupção.”

(In EEd. de “Domingo”)

Relativamente ao ponto 4. do EEd., é de salientar que o mesmo demonstra que há realmente uma relação entre o discurso dos editoriais e do EEd., pois, as críticas ou louvores à Renamo, tinham em vista a reconciliação nacional e a paz.

O excerto discursivo que se segue revela a preocupação do jornal em relação à actuação da Renamo, actuação esta que poderia pôr em risco o AGP e o PP.

"Dhlakama é inequívoco: quer um Governo de Unidade Nacional... Há que encarar esta nova abordagem do problema de uma forma mais séria. Está em jogo todo um processo que dura fazem quatro anos - as conversações entre o Governo e a Renamo; está em jogo o destino de milhões de pessoas - os moçambicanos."

Este é, pois, um indício de que o periódico é coerente com a sua orientação ideológica e esta coerência manifesta-se através da relação entre o discurso do editorial e o EEd., como já referimos.

3.10. Críticas / Louvores à actuação do Governo

A actuação do Governo², à semelhança da Renamo, também mereceu a atenção dos editorialistas do periódico "Domingo." O Governo foi criticado em dez editoriais e louvado em um.

O Governo, foi criticado, principalmente, por não observar o AGP e o PP. Em relação a este aspecto, foi acusado de morosidade no processo de desmobilização e acantonamento das forças governamentais.

" O processo de paz conheceu... um desenvolvimento em nada desejável, no mínimo, e com um certo perigo para a pacificação do país. É que de 1 a 16 de Janeiro, o Governo mandou para os centros de acantonamento apenas 66 homens. Este facto, estranho, traz-nos à memória que o executivo devia ter acantonado mais, se tivermos em conta que tem que acantonar 60 mil soldados. Até agora, passado que foi mês e meio desde que o processo começou, apenas mandou 9.367 militares para o acantonamento."

(in ed. 2, [23.01.94]).

O Governo foi, igualmente acusado de violar a Constituição da República e a Lei de Imprensa, pelo secretismo em que mantinha as suas actividades,

² Recorde-se que o Governo, à semelhança da Renamo, é um dos principais intervenientes do AGP.

principalmente, em relação à utilização dos fundos do Estado na sua campanha eleitoral.

“ É necessário que se saiba, de facto, se o Governo está ou não a usar os fundos do Estado (doados é certo) para a campanha da Frelimo e de Chissano. Fundos públicos são fundos públicos e não devem ser utilizados para outros fins.”

(in ed. 3, [30.01.94]).

É importante referir que a crítica expressa na citação acima, é feita pela Renamo e foi secundada por “Domingo.”

O Governo, foi igualmente criticado por desenvolver a prática de pedir dinheiro, indiscriminadamente, à CI. Segundo os editorialistas, esta prática põe em causa a dignidade dos moçambicanos, para além de se gastar mais tempo e energia a pensar como pedir dinheiro do que como trabalhar para se ter um nível de vida melhor, sob todos os aspectos.

Outra crítica que se faz ao Governo, é o facto de não tratar os problemas do país com a devida seriedade, permitindo que a corrupção se generalize, sem tomar nenhuma atitude firme contra a mesma.

É possível constatar o que acabamos de dizer, no ed. 20.

“ Os cidadãos já se aperceberam que o Governo está demissionário das suas responsabilidades; da fraqueza (ou ineficácia, inexistência mesmo) das nossas instituições; da ausência do poder (ou do quão na rua ele deve estar) e cada um passou a tratar de si da forma como muito bem entende... O Governo, porque está no exercício do poder devia ser o primeiro a empenhar o martelo, para moralizar a sociedade. Basta de fingimento.”

(in ed. 20, [29.05.94]).

De facto, a partir do excerto discursivo acima citado, é possível verificar que “Domingo” faz uma crítica ao Governo devido à sua apatia perante os problemas da nação.

O Governo foi louvado pelo seu empenhamento em cumprir com o preconizado no **AGP**, e pelo início de entendimento com a Renamo.

“ O primeiro grande acontecimento que vale a pena referir é o entendimento a que chegaram, finalmente, o Governo e a Renamo quanto ao número de tropas do Executivo a acantonar e a

principalmente, em relação à utilização dos fundos do Estado na sua campanha eleitoral.

“ É necessário que se saiba, de facto, se o Governo está ou não a usar os fundos do Estado (doados é certo) para a campanha da Frelimo e de Chissano. Fundos públicos são fundos públicos e não devem ser utilizados para outros fins.”

(in ed. 3, [30.01.94]).

É importante referir que a crítica expressa na citação acima, é feita pela Renamo e foi secundada por “Domingo.”

O Governo, foi igualmente criticado por desenvolver a prática de pedir dinheiro, indiscriminadamente, à Cl. Segundo os editorialistas, esta prática põe em causa a dignidade dos moçambicanos, para além de se gastar mais tempo e energia a pensar como pedir dinheiro do que como trabalhar para se ter um nível de vida melhor, sob todos os aspectos.

Outra crítica que se faz ao Governo, é o facto de não tratar os problemas do país com a devida seriedade, permitindo que a corrupção se generalize, sem tomar nenhuma atitude firme contra a mesma.

É possível constatar o que acabamos de dizer, no ed. 20.

“ Os cidadãos já se aperceberam que o Governo está demissionário das suas responsabilidades; da fraqueza (ou ineficácia, inexistência mesmo) das nossas instituições; da ausência do poder (ou do quão na rua ele deve estar) e cada um passou a tratar de si da forma como muito bem entende... O Governo, porque está no exercício do poder devia ser o primeiro a empenhar o martelo, para moralizar a sociedade. Basta de fingimento.”

(in ed. 20, [29.05.94]).

De facto, a partir do excerto discursivo acima citado, é possível verificar que “Domingo” faz uma crítica ao Governo devido à sua apatia perante os problemas da nação.

O Governo foi louvado pelo seu empenhamento em cumprir com o preconizado no **AGP**, e pelo início de entendimento com a Renamo.

“ O primeiro grande acontecimento que vale a pena referir é o entendimento a que chegaram, finalmente, o Governo e a Renamo quanto ao número de tropas do Executivo a acantonar e a

desmobilizar... O segundo grande acontecimento... é o facto de o Governo ter recomeçado com a desmobilização."

(in ed. 23, [19.06.94]).

Os editoriais que abordam o tema em análise - **Crítica / Louvor à Actuação do Governo** , apresentam um discurso coerente, isto é, há uma progressão temática, há um retomar constante do tema tanto em relação aos textos, individualmente, como no seu conjunto. A progressão temática a que nos referimos, é que possibilitou que se encontrasse um fio condutor lógico, de modo a que fosse possível reconstruir semanticamente o discurso, além de descobrir a temática ora em análise. É, pois, esta constatação que nos permite dizer, que há coerência discursiva, em relação à abordagem temática.

A relação entre o tema referido e o EEd., encontra-se nos seguintes pontos do Eed.

"3. Impomo-nos como dever, a consolidação e dinamização da democracia pluripartidária num quadro de estabilidade social."

"4. Trabalharemos pela reconciliação nacional e pela paz, que para nós só se obtém no desenvolvimento integrado e harmonioso do país."

"11. Denunciaremos a arbitrariedade, a discriminação e a corrupção."

"13. Nada do que for humano nos deixará indiferentes."

(In Eed. de "Domingo")

Ao denunciar a apatia do Governo perante a corrupção generalizada em todos os sectores de actividade do país, está-se a observar o ponto 11. do EEd., logo, está-se a ser coerente com os princípios do jornal.

O que acabamos de dizer, também é válido para o ponto 13. do EEd., pois a apatia, a inoperância do Governo perante os problemas do país é, de certo modo, uma atitude desumana do mesmo, em relação aos cidadãos.

Quando "Domingo" critica o Governo por não cumprir cabalmente com o que foi estabelecido no **AGP**, está a ser coerente com o seu EEd., pois, está a observar o ponto 4. do mesmo.

E, assim, voltamos a afirmar que o periódico é coerente com a sua orientação ideológica.

3.11. Crítica ao funcionamento de Instituições Públicas / Administração Pública / Corrupção.

Até agora estivemos a referir temas ligados às actividades políticas do país, mais concretamente, temas relacionados com o **AGP** e com o **PP**. Contudo, temas como os que vamos agora analisar também mereceram atenção dos editorialistas, pois são temas da actualidade e com interesse para a vida pública.

Os temas acima referenciados vão ser analisados em conjunto pois têm relação uns com os outros, como veremos pela análise que se segue.

Quanto ao **Funcionamento de Instituições Públicas**, criticou-se sobretudo, o estado em que se encontra o ensino/educação em Moçambique, mais particularmente o ensino universitário, e a actuação da Polícia da República.

Em relação ao ensino, o jornal, através do editorial, denunciou a corrupção praticada nas escolas públicas, o ensino sem qualidade, as fraudes na obtenção de diplomas, males estes, que se reflectem no ensino universitário.

" O "Domingo" vem publicando um conjunto de reportagens que radiografam as nossas faculdades. O panorama não é brilhante: ensino sem qualidade e fraudes na obtenção de diplomas, de matrículas, e de passagem de ano..."

(in ed. 14, [17.04.94]).

O jornal foi muito crítico, em relação a esta questão, tendo sugerido que se elabore um programa de austeridade nos serviços públicos e se invista mais no ensino/educação.

" Porque não lançar um programa de austeridade nos serviços públicos e canalizar essa poupança para a escola?... É tempo de fazer uma revisão geral do ensino secundário, da capacidade dos professores, das verbas necessárias para o funcionamento das escolas... tendo em conta que é preferível subsidiar livros a subsidiar metralhadoras, subsidiar equipamentos indispensáveis ao ensino a subsidiar Mercedes para os dirigentes... subsidiar meios de comunicação social a pagar bilhetes de primeira classe aos dirigentes que necessitam de se deslocar em serviço, etc.."

(in ed.14, [17.04.94]).

A citação acima referida demonstra a preocupação do jornal para com a vida económica e social do país, como já mencionamos.

A Polícia foi criticada devido à sua actuação pouco convencional, como efectuar prisões arbitrárias, fazer justiça por próprias mãos e outras irregularidades.

A polícia foi criticada por prender arbitrariamente um jornalista por este ter tornado públicas as opiniões de alguns cidadãos que denunciavam a actuação da polícia em Nampula. Ora, esta detenção demonstra uma violação da *Lei de Imprensa*, do *Código Civil* e da *Constituição da República*.

A polícia foi acusada de "fazer justiça por próprias mãos", ao expulsar homens das suas fileiras, sem que os mesmos fossem julgados pelos seus crimes. Segundo os editorialistas, ao tomar uma atitude destas, a polícia estaria a agir com incoerência porque, ao tomar por si a decisão de expulsar elementos das suas fileiras sem julgamento, está a infringir a Lei, que a Polícia deve defender, daí a atitude incoerente da mesma.

" A polícia não pode é reprimir que o povo faça justiça por próprias mãos, enquanto ela outorga-se esse direito."

(in ed. 8, [06.03.94]).

No que diz respeito à **Administração Pública**, esta foi criticada devido à sua ineficácia. A má administração em sectores públicos, cria situações

absurdas e inexplicáveis, como o corte do fornecimento de energia a hospitais, escolas e outros sectores públicos.

“ Como é que hospitais, ministérios e outras instituições chegam a dever somas e somas à EDM (Electricidade de Moçambique), quando despesas como energia, água, telefone, estão previstas no orçamento que lhes é destinado, dentro do Orçamento Geral do Estado?”

(in ed. 25, [03.07.94]).

Relativamente ao tema **Corrupção**, denunciou-se a corrupção, sem precedentes, que tem atingido quase todos os sectores da vida pública, e os cidadãos que, de certa forma, são cúmplices, pois aceitam esta situação.

O ed. 19 ilustra perfeitamente este facto:

“ São os professores que comem onde estão amarrados, são os enfermeiros que comem onde estão amarrados, são os instrutores das escolas de condução que comem onde estão amarrados, são os funcionários de repartições públicas que comem onde estão amarrados. Ninguém fica atrás.”

(in ed. 19, [22.05.94]).

Em relação a este aspecto, “Domingo” criticou a apatia do Governo perante a corrupção, acusando-o, também, de seguir esta prática.

“ Parece que o Governo também está a comer onde está amarrado; ou, se não está a comer, pelo menos está a dormir onde está amarrado... O que não se pode adivinhar é se dorme porque comeu muito e já não pode mais, ou se não lhe apetece comer....”

(in ed. 19, [22.05.94]).

Face a esta situação, o periódico faz um apelo para que se faça uma “Moralização da sociedade”, que começaria pelo próprio Governo, que é acusado de não tomar uma atitude firme perante a corrupção.

De uma forma geral, a leitura dos editoriais que abordam a temática agora em análise permite dizer que os mesmos apresentam um discurso coerente. A nossa afirmação baseia-se no facto, de que foi possível encontrar um fio condutor que permitiu fazer uma reconstrução semântica cujo núcleo é o tema do texto; neste caso, os temas encontrados foram: **Críticas ao**

Funcionamento de Instituições Públicas, Administração Pública e Corrupção.

Estes temas, demonstram a sua relação com o EEd., através dos seguintes pontos:

"6. Lutaremos pela transparência nos negócios, em particular nos negócios públicos."

"11. Denunciaremos a arbitrariedade, a discriminação e a corrupção."

(in EEd. de "Domingo").

Ao criticar o **Funcionamento de Instituições Públicas**, ao denunciar a **Corrupção** generalizada e sem precedentes em todos os sectores de actividade do país, ao criticar a **Administração Pública**, o periódico, está a ser coerente com o seu EEd.

3.12. Datas Comemorativas, Nacionais e Internacionais

Quatro datas comemorativas merecem atenção dos editorialistas, nomeadamente, **1º de Maio**, dia Internacional do Trabalhador; **25 de Junho**, dia da Independência de Moçambique; **25 de Setembro**, dia do início da luta armada; **25 de Dezembro**, Natal.

Relativamente às datas acima mencionadas, para além de se evocar a data e o que ela representa para os moçambicanos, o periódico faz reflexões com elas relacionadas e com os acontecimentos que se estavam a viver, na altura.

Em relação ao **1º de Maio**, por exemplo, o jornal manifesta a sua solidariedade para com os trabalhadores; mostra preocupação pelo estado actual do sindicalismo em Moçambique, mais precisamente, por os sindicatos existentes no país não possuírem um programa da acção comum, o que só prejudica os trabalhadores.

" Independentemente das razões que estejam por detrás desta divisão, o que parece mais importante é saber a quem é que beneficia. Ao trabalhador, naturalmente que não. O trabalhador precisa é de ser uma frente única, unida, coesa, que aja em bloco. Beneficia, sim, e adversário. O Governo, que nos momentos em que

há contradições dentro da sua contraparte, vai ganhando tempo... Para a tomada de decisões importantes para a vida do trabalhador comum.”

(in ed. 16, [01.05.94]).

A este propósito, o periódico, condenou a tomada de atitudes extremistas na resolução de conflitos, apelando ao diálogo como forma de os resolver.

“ ... Não concordamos com grandes extremismos nas negociações... Exigir que o ministro das Finanças e o primeiro ministro sejam demitidos jamais serão posições de negociação... Se há impasses nas negociações encontrem-se alternativas; até que se avance.”

(in ed. 16, [01.05.94]).

Segundo a nossa análise, a atitude assumida pelo jornal revela coerência e maturidade porque, num país com uma economia precária, como é o caso de Moçambique, atitudes extremistas não resolvem realmente nada como podem agravar mais ainda a situação. O facto de abordar questões como a realização de feiras como a FACIM, cooperação inter-regional, formação de quadros, é um indício de que “Domingo” está atento ao que acontece no país, mais propriamente em relação às actividades económicas desenvolvidas no país, como já referimos.

O facto de o periódico levantar questões relativas ao trabalhador e ao sindicato revela preocupação pelas condições sociais do trabalhador, maior vítima da actual conjuntura económico-social e, aqui pode-se estabelecer uma relação com o ponto 13. do EEd.: “Nada do que for humano nos deixará indiferentes.”

Assim parece acertado dizer que “Domingo” é coerente com a sua orientação ideológica.

Quanto ao **25 de Junho**, o periódico faz uma leitura do ocorrido, desde a independência, em 1975, até ao momento - 25 de Junho de 1994. “Domingo” considera que até a altura (1994), o país não estava “verdadeiramente independente, por causa das guerras que viveu, desde então”: guerra de Ian Smith, que começou logo após a independência, até 1981 e, uma vez terminada esta, começa uma outra, de rebelião, mais longa e cruel.

Assinala-se, também, o facto de o **25 de Junho** de 1994, para além de ser celebrado num clima de paz, em Moçambique, se celebrou igualmente, sem o "apartheid" como instituição.

Ainda em relação a esta data, o periódico fez um apelo para que se reflecta sobre a sua importância e valor, para os moçambicanos.

No que diz respeito ao **25 de Setembro**, o jornal faz uma reflexão sobre o significado desta data para o país, apelando ao sentimento patriótico dos moçambicanos, porque, na sua óptica, o acto que teve lugar em Chai, a 25 de Setembro de 1964, situa-se acima de todos os interesses e ideologias de qualquer moçambicano.

Em relação ao **25 de Dezembro**, o periódico não faz uma reflexão sobre a data, como tal. Faz um balanço sobre as actividades da Assembleia da República, um balanço considerado negativo: muitos gastos e pouco trabalho, revelando pouco respeito dos deputados para com o eleitorado. A este propósito, "Domingo" criticou a atitude da Oposição, de abandonar a Assembleia da República, como forma de mostrar a sua discordância pela eleição do presidente da Assembleia da República, considerando que a atitude da Oposição na Assembleia, poderia ensombrar o Natal.

Quanto ao discurso, há a referir que de uma forma geral se apresenta devidamente estruturado. Os textos possuem um fio condutor que, permitiu descobrir, que para além de se abordar as datas mencionadas, outros temas foram, também, tratados como se pode constatar pela análise feita.

Contrariamente a outros temas anteriormente analisados, em relação ao presente tema: **Datas Comemorativas Nacionais e Internacionais**, não foi possível ver a progressão temática porque trata-se de uma abordagem pontual. Contudo, como referimos anteriormente, paralelamente ao tema em análise, outros foram abordados, o que revela uma sequência na abordagem dos temas e seu desenvolvimento; isto porque os temas que foram abordados em simultâneo com a temática ora em análise, já foram tratados em outros editoriais.

A relação entre a temática em análise e o EEd. não se estabelece da mesma forma que a temática anteriormente analisada, devido à característica

peculiar do tema: abordagem única como já referimos. Contudo, como foi dito, paralelamente a reflexões sobre as datas, foram-se fazendo outras reflexões de carácter político, económico e social. É importante referir que, o facto de as reflexões terem uma relação estreita com a temática em análise, reforça a ideia de uma coerência.

Com efeito, quando o jornal manifesta solidariedade para com a causa dos trabalhadores, está a observar o ponto 9. do EEd.

“ 9. Pugnaremos pela educação da população na defesa dos seus direitos e interesses, contra toda a forma de injustiças.”

(in EEd. de “Domingo”)

O facto de o periódico demonstrar interesse por datas nacionais e internacionais, e tendo em conta o carácter das mesmas, é um indício de que se preocupa com questões culturais, patrióticas e universais.

Neste caso, estaria a observar o seguinte ponto do EEd.

“ 2. Concebemos informação como acto de cultura.”

(in EEd. de “Domingo”).

3.13. Outros:

Também foram objecto de atenção dos editorialistas os temas **Reconstrução Nacional / Economia Nacional / Louvor à UEM / Consolidação da Política Regional e Internacional.**

A sua abordagem demonstra a preocupação do jornal por questões relativas às actividades sócio-económicas do país.

No que à **Economia Nacional e Reconstrução Nacional** diz respeito, os editoriais apresentam questões como o baixo nível de vida da maioria dos trabalhadores moçambicanos, incluindo os quadros com formação média e superior, devido aos salários auferidos.

Em relação a este aspecto, "Domingo" mostrou-se solidário para com a luta dos trabalhadores, e fez um apelo às forças sindicais para que se unam em defesa dos interesses dos trabalhadores.

" No essencial, naquilo que constituem os princípios básicos universais, somos solidários com os trabalhadores na luta que travam. É nossa luta também. Somos por melhores condições do trabalhador; somos pela justiça para com o trabalhador; somos por uma melhor e aceitável remuneração ao trabalhador."

(in ed. 16, [01.05.94]).

Ainda em relação aos temas: **Reconstrução Nacional e Economia Nacional**, os editorialistas evidenciaram a debilidade da economia nacional e a importância da realização de uma Feira Agro-Comercial e Industrial - **FACIM**, para futuros investimentos em Moçambique, donde se deduz que a realização de eventos como a FACIM, é importante para a reconstrução da economia nacional.

É, também, neste âmbito que "Domingo" congratula a Universidade Eduardo Mondlane - **UEM**, pelos quadros que tem formado, tão necessários ao país, lamentando-se, porém, o facto de o número de estudantes graduados no fim de cada período académico, ser muito reduzido, em relação ao número de estudantes que frequentam a UEM.

No que se refere ao tema: **Consolidação da Política Regional e Internacional**, o mesmo é abordado aquando da visita de Nelson Mandela, presidente da África do Sul, a Moçambique. A sua visita é vista como um catalisador das relações económicas entre ambos os países.

" O que importa é que se intensifique a convivência entre os povos, é que trabalhem juntos, é que juntos enfrentemos os desafios do futuro. Desafios que não são poucos nem minúsculos. Há ainda que enfrentar a batalha económica, principal "handicap" para a autonomia plena das nações."

(in ed. 28, [24.07.94]).

É, pois, possível constatar através da citação acima, que há uma preocupação e um desejo, para que se estabeleçam laços económicos muito fortes entre ambos os países porque tal só os beneficiaria. Por isso, a

Consolidação da Política Regional é necessária para a reconstrução da economia nacional.

Os textos que abordam esta temática apresentam, de uma forma geral, um discurso coerente, pois, foi possível encontrar um fio condutor, que permitiu fazer a reconstrução semântica do discurso de modo a encontrar os temas: **Reconstrução Nacional / Economia Nacional / Consolidação da Política Regional** e relacioná-los uns com os outros, como o demonstra, a análise feita até agora.

A relação entre os temas em análise e o EEd., verifica-se nos seus pontos 5. e 13.

" 5. Entendemos a reconstrução do país através dos sectores públicos privado, cooperativo e misto, dedicando especial atenção ao empresariado."

13. Nada do que for humano nos deixará indiferentes."

(in EEd. de "Domingo")

Se confrontarmos os pontos do EEd. acima citados e a temática em análise, veremos que há uma relação. Através do discurso dos editoriais, é possível inferir que o periódico demonstra preocupação pelas actividades económicas e sociais do país.

3.14. Síntese da análise

A análise da temática abordada nos editoriais do semanário "Domingo" no período de 1994 permitiu constatar que há uma relação entre a mesma e o EEd. do semanário.

Os temas abordados têm relação com a maior parte dos pontos do EEd., à excepção do ponto 12. "Difundiremos a Arte, promoveremos o Desporto".

O periódico não deu relevo aos aspectos relacionados com o ponto acima mencionado, pelo menos em termos de destaque editorial. À parte este senão, a temática abordada nos editoriais tem uma relação com o EEd.

Atenção especial mereceu a temática **AGP** e **PP** que, como já referimos pode ser considerada a principal temática abordada no período de 1994.¹

A confirmar o que acabamos de dizer é o facto de a maioria dos temas abordados ter uma relação intrínseca com as temáticas **AGP** e **PP**.

É assim que encontramos temas como **GUN, Ingerência nos Assuntos Internos, Soberania Nacional, Reconstrução Nacional, Repúdio à Violência, Papel da Oposição, Estatuto da Oposição, Coligações Políticas, Democracia, Eleições e Assembleia da República.**

Mereceu igualmente destaque a actuação do Governo e da Renamo (principais intervenientes do **AGP** e do **PP**), surgindo, deste modo, a temática: **Críticas/Louvores à actuação do Governo; Críticas/Louvores à actuação da Renamo.**

Estes foram criticados por não observarem devidamente o preconizado pelo **AGP**, correndo-se o risco de se pôr em causa o **PP**. A Renamo e o Governo foram também acusados de violarem constantemente a *Lei de Imprensa*, a *Constituição da República*, o *Código Civil*, os *Direitos dos Cidadãos*, pondo em causa o *Estado de Direito*.

A Renamo e o Governo foram elogiadas pelo início do entendimento entre si e quando começaram a cumprir com o acordado aquando ao **AGP**.

É importante aqui referir que as acusações feitas tanto ao Governo como à Renamo, suplantaram os elogios numa proporção de doze para um, como se pode verificar pelo quadro síntese da ocorrência e frequência temática.

Como se pode verificar, há uma relação intrínseca entre a temática até agora apresentada e o EEd. do "Domingo".

Com efeito, entre outras coisas, o EEd. defende a *Constituição da República*, a *Lei de Imprensa* e um *Estado de Direito*. É possível inferir, através do EEd. que o periódico repudia o *recurso à violência* como forma de resolver conflitos e repudia a Ingerência nos Assuntos Internos.

Ora, a relação entre a temática abordada nos editoriais e o EEd., é uma evidência de que o periódico é coerente com a sua orientação ideológica.

¹ Recorde-se que 1994 foi o ano em que aconteceram as primeiras eleições multipartidárias em Moçambique e que foram precedidas de uma campanha eleitoral. E isto pode ser considerado como o culminar do **AGP** e do **PP**.

Esta coerência se manifesta através da frequência de abordagem temática, da relação entre a temática e o EEd. e da postura do jornal perante os temas abordados.

A título de exemplo, temos o tema **GUN**, em relação ao qual a postura do "Domingo" foi sempre: **não a um GUN em Moçambique**, demonstrando deste modo, uma atitude coerente. O mesmo acontece relativamente às temáticas **Críticas/Louvores à actuação do Governo**, **Críticas/Louvores à actuação da Renamo**, em que o semanário foi persistente nas críticas à actuação de ambos.

O jornal não se limitou a abordar temas directamente relacionados com os **AGP** e o **PP**. Temática como **Corrupção**, **Administração Pública**, **Datas Nacionais e Internacionais** e **Consolidação da Política Regional e Internacional**, **Reconstrução Nacional** e **Economia Nacional**, foi tratada nos editoriais, verificando-se assim, o cumprimento dos pontos 2., 4., 5., 6., 11. e 13. do EEd.

CAPÍTULO IV

Conclusões e Recomendações

4. O presente capítulo tem em vista indicar as conclusões e recomendações finais respeitantes ao nosso trabalho. À luz da análise de dados e das considerações feitas nos capítulos anteriores, procuraremos responder à questão central do trabalho: **se através do editorial o semanário "Domingo" consegue ou não manter coerência da sua orientação ideológica em conformidade com o momento histórico.**

Procuraremos responder igualmente a outra questão não menos importante, relativa ao nosso estudo, isto é, **se a temática do editorial está ou não de acordo com a realidade vigente no país.**

Foi, pois, com estes objectivos que se levou a cabo a análise de discurso dos editoriais de 1994.

4.1. Conclusões

À luz do que se disse sobre os **mecanismos de coesão e coerência textual, análise de discurso e estrutura temática**, pode-se concluir que, através do editorial o "Domingo" consegue manter coerência da sua orientação ideológica, de acordo com o momento histórico.

De modo geral, os editoriais apresentam um discurso coerente e, de certo modo coeso, apesar de mostrarem aspectos dispersos como é possível verificar pelo levantamento temático-remático e análise de cada texto editorial.

Com efeito, alguns editoriais não apresentam as características de um texto editorial clássico: *introdução*, apresentação de um facto ou situação; *desenvolvimento*, sua análise e problematização; e, por fim, a *conclusão* onde se faz uma síntese ou se fornece uma pista para reflexão, retomando-se, muitas vezes, o que se disse na introdução.

Ora, o facto de alguns editoriais não observarem as características acima mencionadas, apresentando temas e remas dispersos, contribuiu para que o discurso, nesses editoriais, se torne pouco coerente e coeso. Os editoriais 13 e 36 ilustram este facto.

Há, no entanto, outros casos de incoerência discursiva que não foram causados por uma dispersão temática e remática. No editorial 41 a incoerência é devida à apresentação de ideias contraditórias; no editorial 48 a incoerência é causada por uma incoesão.

Noutros editoriais os remas apresentam-se devidamente estruturados e têm relação com o(s) tema(s) abordado(s), graças a uma recuperação constante do tema ao longo do texto, verificando-se aquilo que Fonseca (1992) chama de *continuidade temática*.¹

É de salientar, contudo, que de uma forma geral, foi possível encontrar um fio condutor que permitiu identificar a temática abordada nos editoriais.

O levantamento temático-remático e análise de cada editorial teve em vista a noção de macroestrutura de van Dijk (1977) que considera que as macroestruturas determinam a coerência global do discurso e, por sua vez, elas são determinadas por sequências lineares coerentes, a que chama de microestruturas.²

Com efeito, foi tendo em conta este pressuposto teórico que fizemos a reconstrução do sentido dos textos, de modo a identificar os temas e os remas tratados.

O levantamento temático e remático possibilitou que se encontrasse a temática abordada no período de 1994 e se elaborasse um quadro síntese de coerência e frequência temática.³

A análise da temática encontrada e sua relação como o EEd. permitiu tirar as seguintes conclusões:

¹ J. Fonseca(1992). op cit. p. 35.

² T. A. van Dijk (1977): op. Cit., p. 95.

³ O quadro síntese foi elaborado tendo em conta o relevo que foi dado aos temas tratados nos editoriais no período histórico de 1994.

Os temas **AGP** e **PP** podem ser considerados os principais temas abordados. Estes temas foram tratados explicitamente em doze editoriais e implicitamente em vinte e quatro.

Com efeito, temáticas como **GUN, Ingerência nos Assuntos Internos, Soberania Nacional, Patriotismo, Reconciliação Nacional, Repúdio à Violência, Violação dos Direitos dos Cidadãos, Direito à Informação, Papel da Oposição, Estatuto da Oposição, Coligações Políticas, Democracia, Eleições, Assembleia da República, Críticas/Louvores à actuação do Governo e Críticas /Louvores à actuação da Renamo**, estão intrinsecamente ligadas àquilo que chamarei de temas maiores, **AGP** e **PP**.

Este é um indício de que há coerência na abordagem temática. A frequência com que esta é retomada produz uma progressão, reforçando a ideia de uma coerência.

Outras temáticas que não tendo uma relação directa com os temas maiores **AGP** e **PP** mas que pela sua natureza interessava abordar foram também alvo de atenção do jornal.

Referimo-nos a temas como **Administração Pública, Corrupção, Datas Nacionais e Internacionais e Consolidação da Política Regional e Internacional**.

A análise de dados demonstrou que os temas aqui mencionados e a forma como foram tratados pelos editoriais reflectem aquilo que o EEd. do periódico defende.

A temática abordada no período histórico delimitado no nosso trabalho está devidamente enquadrada no momento histórico que se estava a viver, assim como com a realidade vigente no país.

A incidência na abordagem de temas relacionados com o **AGP** e o **PP**, justifica-se se tivermos em conta o momento histórico que estava a decorrer.

Ficam assim respondidas as questões do nosso estudo.

4.2. Recomendações

Julgamos ter demonstrado, não obstante a modéstia do nosso trabalho, que o periódico "Domingo", através do editorial consegue manter coerência da sua orientação ideológica em conformidade com o momento histórico.

Assim sendo, até que ponto é que o trabalho deste órgão de informação contribui ou não para a formação de uma opinião pública?

Pensamos que futuramente poder-se-á fazer uma investigação que procure responder a esta questão, pois os órgãos de Comunicação Social têm igualmente uma função educativa e a formação de uma opinião pública é uma delas.

Face à conclusão do nosso estudo seria pertinente, também, proceder-se à análise de outros editoriais de outros órgãos de informação, seguindo a mesma metodologia para verificar se, de facto, a conclusão a que chegamos se pode generalizar a todos órgãos de comunicação social.

Recomendamos também a realização de outros tipos de estudo, utilizando outras metodologias de análise para verificar se há utilização de mecanismos de auto-censura, liberdade de expressão, imparcialidade, em futuros trabalhos.

BIBILOGRAFIA

AUSTIN, J. L. (1962): **How to do Things with Words**. Claredon Press: Oxford.

BROWN, G.; Yule, G. (1983): **Discourse Analysis**. Cambridge University Press.

CAMPOS, M. H. C.; XAVIER, M. F. (1991): **Sintaxe e Semântica do Português**. Universidade Aberta. Lisboa.

CHOMSKY, N. (1975): **Reflexões sobre a Linguagem**, Edições 70. Lisboa.

COULTHARD, M. (1977): **An Introduction to Discourse Analysis**. Longman Group Limited.

CRATO, N. (1973): **A comunicação Social - A IMPRENSA**. Editorial Presença Lda. Lisboa.

ECO, U. (1973): **O Signo**. Editorial Presença. Lisboa.

ECO, U. (1976): **Tratado Geral de Semiótica**. Editora Perspectiva, São Paulo.

FIRBAS, J. (1974): "Some Aspects of the Czeckoslovak approach to the problems of functional sentence perspective. Edited by F. Danes. Academia Mouton. Paris.

FONSECA, J. (1992): **Linguística e Texto/Discurso: Teoria Descrição, Aplicação**. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa: Divisão de Publicações Lisboa.

GALMICHE, M. (1975): **Semântica Generativa**. Editorial Presença. Lisboa.

GEERTS, A. (1986): "O Noticiário Popular": Manual de Comunicação nº 6. Edições Paulinas São Paulo.

GOMES, P. G. (Org.) (1994): "A Comunicação em debate" Edições Paulinas. São Paulo.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. (1976): **Cohesion in English**. Longman Group Limited. London.

HALLIDAY, M. A. K., (1978): **Language as Social Semiotic**. The social interpretation of language and meaning. Edward Arnold Ltd. London.

HALLIDAY, M. A. K., (1985): **An Introduction to Functional Grammar**. Edward Arnold. A Division of Hodder & Stoughton. London.

HOHENBERG, J. (1962): **Manual de Jornalismo**. Editora Fundo de Cultura. Rio de Janeiro.

HURFORD, J. R. ; HEASLY, B. (1983): **Semantics a Coursebook**. Cambridge University Press.

JAMES, C. (1980): **Contrastive Analysis**. Longman Group Limited London.

Lei de Imprensa, BR - 1ª Série, nº 32, 3º Suplemento.

LOPES, A. J. (1987): "The Role of Prior Language on Target Language Discourse Processing". Comunicação à Conferência da LASU (Linguistic Association for SADC Universities), Harare, Zimbabwe, 2-5 Setembro de 1987. Sumário publicado em **The Second Conference Report**.

LYONS, J. (1977): **Semântica - I** Editorial Presença. Lisboa.

MATEUS, M. H. M.; BRITO, A. M.; DUARTE, I.; FARIA, I. H. (1989): **Gramática da Língua Portuguesa**. Editorial Caminho. S. A. Lisboa.

PALMER, F. R. (1976): **A Semântica**. Edições 70. Lisboa.

PEIRCE, C. S. (1931): **Semiótica e Filosofia** Editora Cultrix Ltd. São Paulo.

RODRIGUES, A. D. (1990): **Estratégias da Comunicação**. Questão Comunicacional e formas de sociabilidade. Editorial Presença. Lisboa.

RODRIGUES, A. [S/d] "A Comunicação Social" Edições Conhecer. Lisboa.

SAUSSURE, F. de (1972) **Curso de Linguística Geral**. Cultrix/USP. S.Paulo. Ed. original 1916.

SOARES, I. O. (Org.) (1989) "Para uma leitura crítica dos jornais". Edições Paulinas. São Paulo.

van DIJK, T. A. (1977): **Text and Context: explorations in the Semantics and Pragmatics of Discourse** - Longman Group Limited. New York.

WOLF, M. (1987): **Teorias de Comunicação**. Editorial Presença, Lisboa.

LEVANTAMENTO TEMÁTICO/REMÁTICO E ANÁLISE DOS EDITORIAIS

Nº	Data	Tema	Rema	Análise
1	16.01.94	Estatuto Editorial		
2	23.01.94	Processo de Paz em Moçambique-PP/ Direito à informação.	<ul style="list-style-type: none"> Crítica ao Governo por privar o povo do direito de saber o que se passa no país, mais particularmente em relação ao acantonamento de militares do Governo. 	<p>A leitura do texto permitiu constatar que se abordam dois temas: PP (tema maior) e Direito à Informação. Estes têm relação um com outro e com os remas, o que dá uma ideia de coerência na abordagem temática.</p> <p>A coerência na abordagem temática produz por sua vez um discurso coerente daí que foi possível identificar os temas tratados e o que se diz sobre eles.</p>
3	30.01.94	PP (explícito) / Implementação do Acordo Geral de Paz AGP.	<ul style="list-style-type: none"> Condenação à Renamo pela pretensão de "renegociação" do AGP nomeadamente a criação de um Conselho Económico Social - CES e controlo da utilização dos fundos do estado; apelo ao Governo para que seja claro na utilização dos fundos do estado; apelo à Renamo e ao Governo para se preocuparem mais com os problemas mais importantes e urgentes para o processo de paz: desmobilização e acantonamento das suas forças e criação do exército único. 	<p>Neste editorial há um tema principal - PP, em torno do qual temos outros temas: Implementação do AGP. Os remas estão desenvolvidos de tal forma, que foi possível fazer uma reconstrução do sentido global do texto, de modo a inferir que o periódico não é a favor da renegociação do AGP e que faz um apelo ao Governo e à Renamo no sentido de cumprirem com o acordado aquando do AGP.</p>

4	06.02.94	PP (implicio)/ Governo de Unidade Nacional - GUN. Reconciliação Nacional	<ul style="list-style-type: none"> • Rejeição da ideia da existência de um GUN; • crítica à Renamo por secundar a ideia da criação de um GUN. 	Este texto é o desenvolvimento de um tema implícito PP e de outro explícito, GUN. Foi possível encontrar um fio condutor que nos levasse a identificar a temática tratada apesar de o editorial mostrar aspectos dispersos pois aborda várias questões em simultâneo: multipartidarismo, GUN, Reconciliação nacional e outras.
5	13.02.94	Crítica à prática indiscriminada de pedir dinheiro à Comunidade Internacional CI/ Apelo à dignidade dos moçambicanos/ Crítica aos que põem os interesses particulares acima dos interesses nacionais.	<ul style="list-style-type: none"> • Críticas ao Governo, Partidos políticos e à Comunidade em geral por estarem a desenvolver a prática de pedir dinheiro, indiscriminadamente, à C.I. Critica-se porque para além de se pôr em causa a dignidade dos moçambicanos, gasta-se mais energia a pensar como pedir dinheiro, do que como trabalhar, para se ter o dinheiro; • esta prática agrava-se pelo facto de se pôr os interesses particulares acima dos interesses da nação. 	De uma forma geral o texto é coerente, pois foi possível fazer uma reconstrução semântica de modo a descobrir que o período condena a prática de pedir dinheiro indiscriminadamente à CI e que esta prática põe em causa a dignidade dos moçambicanos. Estes temas são constantemente retomados, o que reforça a ideia de coerência.

6	20.02.94	PP (implícito) / Disputa entre o Governo e a Renamo.	<ul style="list-style-type: none"> • Crítica ao general Mateus Ngonhamo da Renamo, pelo facto de acusar, sem provas, o governo de estar a preparar militarmente 1000 homens; • crítica ao Governo e à Renamo por causa da disputa de Salamanga; a disputa é vista como uma ameaça ao AGP. 	<p>O presente editorial é o desenvolvimento do tema: Disputa entre o Governo e a Renamo, mas está implícito outro: PP. A forma como os temas são desenvolvidos produziu, no fim, um discurso coerente. Primeiro apresentam-se dois factos: 1º) acusações do General Mateus Ngonhamo de que o Governo estaria a preparar militarmente mil homens em Namputa; 2º) disputa entre o Governo e a Renamo pela localidade de Salamanga. Estes factos foram abordados de uma forma coerente, um de cada vez. Mas como conclusão dever-se-ia fazer um remate de modo a tornar o discurso mais coerente.</p>
7	27.02.94	Contestação da Reconciliação Nacional/ Crítica à ideia de existência de um GUN.	<ul style="list-style-type: none"> • Crítica ao Dr. Onofre dos Santos, jurista angolano por defender que o processo de pacificação não pode ocorrer em simultâneo com o processo de democratização. • Crítica ao Dr. Onofre dos Santos, jurista angolano, pela sua posição em relação à Reconciliação Nacional. 	<p>Neste editorial faz-se uma reflexão sobre a Reconciliação Nacional, principal tema abordado. Paralelamente a este tema, aborda-se outro - GUN. Relativamente ao primeiro, critica-se o Dr. Onofre dos Santos, jurista angolano que, considera que o processo de Reconciliação Nacional e o processo de democratização não podem ocorrer em simultâneo e que por isso deveria existir em período de transição durante o qual dever-se-ia criar um GUN. E é neste ponto que o "Domingo" não concorda porque, segundo o periódico, não há consenso sobre o que seria um GUN em Moçambique. Como conclusão retoma-se o tema principal e faz-se uma crítica à</p>

Anexo IV

			hipocrisia dos políticos, relativamente à reconciliação.
8	06.03.94	Crítica à prática de fazer justiça por próprias mãos/ Crítica ao comportamento da Polícia da República de Moçambique-PRM.	<p>• Crítica-se a polícia por demonstrar uma certa incoerência entre os princípios que deve defender e observar, e aquilo que realmente faz; ao "fazer justiça pelas próprias mãos" acaba por ilibar alguns elementos das suas forças, criando assim, uma situação de injustiça.</p> <p>O presente editorial é o desenvolvimento do tema: Crítica ao comportamento da PRM; condena-se a polícia por agir incoerentemente ao "fazer justiça por próprias mãos." É assim, que surge outra temática: Crítica à prática de fazer justiça por próprias mãos. Foi possível identificar a temática abordada devido à forma como os temas foram sendo desenvolvidos. Os temas são retomados constantemente, o que cria uma continuidade temática. Esta se construa em discurso coerente.</p>
9	13.03.94	Crítica ao Governo devido a declarações com tom belicista/Apelo ao bom senso da Renamo e do Governo, na resolução do conflito. (caso Young Pioneers).	<p>• Críticas ao Governo pela forma como tem conduzido o caso "Young Pioneers". O jornal defende que se deve evitar ao máximo declarações pouco claras, que podem levar a resoluções belicistas, em conflitos deste tipo;</p> <p>• apelo à Renamo para que colabore devidamente na resolução do conflito.</p> <p>O editorial apresenta um discurso devidamente estruturado, tanto que foi possível encontrar um fio condutor que permitiu identificar a temática abordada. Crítica ao Governo devido a declarações com tom belicista e Apelo ao bom senso da Renamo. A leitura do texto permitiu constatar que a posição do "Domingo" é de repúdio à violência.</p>

10	20.03.94	Violação da Constituição e da Lei de Imprensa/ Violação de princípios e convenções.	<ul style="list-style-type: none"> • Críticas à RENAMO pela detenção arbitrária de um jornalista, demonstrando assim uma incoerência entre aquilo que defende (democracia) e aquilo que faz. 	<p>A leitura do texto permite-nos constatar que se abordam três temas: Violação da Lei de Imprensa e da Constituição, Violação dos próprios princípios e convenções, pois a Renamo é criticada por violar aquilo que tem defendido: "respeito dos direitos humanos, respeito dos direitos e liberdades individuais". O texto apresenta um discurso coerente devido a uma progressão temática ao longo do mesmo.</p>
11	27.03.94	Crítica à ideia da formação de um GUN.	<ul style="list-style-type: none"> • Críticas à RENAMO pela sua falta de clareza em relação à ideia de criação de um possível GUN: O que seria um GUN? <ul style="list-style-type: none"> * Governo constituído pela Frelimo e pela Renamo? * Governo de todos partidos políticos registados ou não? * Governo constituído por todas as etnias existentes em Moçambique? 	<p>O tema do editorial é GUN. A forma como os temas estão desenvolvidos, permitiu identificar este tema, o que demonstra que há coerência na forma como os mesmos são abordados. A conclusão do texto - onde se retoma o que se disse no início torna o discurso mais coerente.</p>

12	03.04.94	Avaliação dos salários praticados no exercício.	<ul style="list-style-type: none"> • Crítica aos salários auferidos no exército, principalmente em relação aos quadros com formação média e superior. Considera-se que os salários são muito baixos, e isto pode provocar situações incontroláveis - fuga de homens competentes, criando-se assim, um exército de iletrados. 	<p>O desenvolvimento coerente do rema permitiu fazer uma reconstrução semântica do discurso, de modo a identificar a temática:</p> <p>Avaliação dos salários praticados no exército, e que o "Domingo" critica os salários auferidos no exército principalmente em relação aos quadros com formação média e superior. O facto de se abordar um único tema contribuiu para tornar o discurso mais coerente.</p>
13	10.04.95	Crítica à ideia de formação de um GUN/ Papel da Oposição/ Papel de outros órgãos do poder do Estado.	<ul style="list-style-type: none"> • Rejeição da ideia de formação de um GUN. Este enfraqueceria a Oposição, comprometendo-se assim, o exercício da democracia. O governo, a Oposição, os Tribunais Independentes, assim como outros órgãos do poder, são poderes existentes num Estado Democrático. 	<p>No presente editorial há um tema implícito. PP, e outros temas explícitos.</p> <p>A reconstrução semântica do discurso possibilitou a identificação dos temas GUN, Papel da Oposição e Papel de outros Órgãos do poder do Estado.</p> <p>"Domingo" é contra a ideia de formação de um GUN porque este enfraqueceria a Oposição e os outros órgãos do poder, comprometendo-se, deste modo, o exercício da democracia. O texto apresenta um discurso coerente, apesar de mostrar alguns aspectos dispersos.</p>

14	17.04.94	Crítica ao estado em que se encontra o ensino em Moçambique.	<ul style="list-style-type: none"> • Crítica e denúncia do estado em que se encontra o ensino em Moçambique; • crítica ao espírito derrotista; • proposta para que se elabore um programa de austeridade nos serviços públicos e que se faça um investimento maior no ensino. 	O texto é o desenvolvimento da temática Ensino em Moçambique . Primeiro particulariza-se a abordagem à UEM e depois estende-se para o ensino em geral. "Domingo" foi crítico quanto a esta temática, tendo sugerido que se elabore um programa de austeridade nos serviços públicos e que se faça um investimento maior no ensino. A progressão temática ao longo do texto produziu um discurso, de modo geral, coerente.
15	24.04.94	AGP (implícito)/ Defesa da soberania nacional.	<ul style="list-style-type: none"> • Chamada de atenção para o problema das violações constantes à fronteira moçambicana; • apelo para que se pense melhor no número de homens que deve constituir o novo exército; • crítica aos que defendem que 7.500 homens bastariam para compor o novo exército (Afonso Dlakama, Aldo Ajello e alguns países ocidentais) 	O tema aqui abordado é: Defesa da Soberania Nacional . A maneira como os remas são desenvolvidos, permite-nos dizer que o texto apresenta um discurso coerente: primeiro apresentam-se duas situações em que há violação da Soberania Nacional; depois retoma-se o rema, para se falar do efectivo militar necessário para a Defesa da Soberania Nacional - tema principal do texto. Finalmente, faz-se crítica aos que dizem que 7.500 homens seriam suficientes para a defesa da Soberania Nacional.

16	01.05.94	Homenagem ao trabalhador moçambicano pelo 1º de Maio, dia Internacional do Trabalhador/Crítica à tomada de posições extremas como forma de resolver conflitos.	<ul style="list-style-type: none"> • Denúncia do baixo nível de vida da maioria dos trabalhadores moçambicanos, devido aos salários por eles auferidos; • apelo às forças sindicais para que se unam em defesa dos interesses dos trabalhadores; • apelo ao diálogo como forma de resolver os conflitos entre os trabalhadores e o Governo; • não à tomada de posições extremistas. 	De uma forma geral, o texto apresenta um discurso coerente pois foi possível fazer uma reconstrução semântica de modo a encontrar os temas nele abordados. Porém, no 13º parágrafo há uma incoerência discursiva. A incoerência reside no facto de o editorialista declarar: "... não concordamos com grandes extremismos nas negociações que no caso, nem são bem extremismos". Ora, o editorialista faz esta declaração e não continua, de forma a dar uma explicação, o que quebrou um bocado o fio do discurso, criando-se, assim, uma incoerência discursiva.
17	08.05.95	PP(implicito)/ Crítica à falta de confiança entre o Governo e a Renamo.	<ul style="list-style-type: none"> • Crítica ao Governo (que deveria dar o exemplo), pela sua atitude pouco abonatória, ao suspender unilateralmente a desmobilização das suas forças. 	O tema principal deste editorial é: Desconfiança entre a Renamo e o Governo , mas está subjacente outro tema - PP . Há um desenvolvimento temático coerente graças a um retomar constante do tema abordado ao longo do texto. A leitura do texto permitiu constatar, igualmente, que se faz uma crítica ao Governo pela sua decisão de suspender unilateralmente a desmobilização das suas forças, devido, aparentemente, às desconfianças entre o Governo e a Renamo.

18	15.05.94	PP (implícito)/Críticas às atitudes que contrariam aquilo que é preconizado por um Estado de Direito.	<ul style="list-style-type: none"> • Denúncia da violação da Constituição da República, do Código Civil e da Lei de Imprensa tanto pelo Governo (neste caso a polícia), como pela Renamo; • apelo para que se pare com a detenção arbitrária de jornalistas quando investigam ou publicam algo que não seja do agrado, ou da Renamo ou do Governo. 	<p>Neste editorial faz-se uma denúncia dos desmandos praticados tanto pela Renamo como pelo Governo. O desenvolvimento temático é feito através de uma recuperação constante do tema, criando-se, assim, uma progressão temática que, por sua vez, produz um discurso coerente.</p>
19	22.05.94	Crítica e denúncia da corrupção.	<ul style="list-style-type: none"> • Crítica e denúncia da corrupção generalizada no sector público; • crítica ao Governo por não resolver com transparência e decisão questões que envolvem corrupção (caso do desfalque em biliões de meticais no BPD, caso Casadei/"Grupo Pinto"); • apelo ao governo para agir com mais decisão perante os casos que envolvam corrupção. 	<p>O presente texto apresenta um desenvolvimento temático e remático coerentes o que permite fazer uma reconstrução do tema implícito - Apatia do governo perante a corrupção. Este é retomado constantemente ao longo do texto, criando um fio condutor lógico que permite dizer que o texto apresenta um discurso coerente.</p>
20	29.05.94	Moralização da sociedade.	<ul style="list-style-type: none"> • Denúncia da corrupção sem precedentes que tem atingido quase todos os cidadãos que, de certa maneira a incentivam; • crítica ao Governo por não tomar uma atitude firme contra a corrupção. 	<p>O tema do presente editorial é: Moralização da sociedade. O desenvolvimento temático e remático permite verificar que há um fio condutor lógico, as ideias estão devidamente encadeadas, o que faz com que o texto apresente um discurso coerente. A leitura do texto permite constatar, igualmente, que grande parte da responsabilidade relativamente à corrupção cabe ao Governo.</p>

21	05.06.94	Crítica ao Governo e ao partido Frelimo.	<ul style="list-style-type: none"> • Apelo ao Governo para que trate com decisão e mais seriedade os problemas do país; • crítica ao partido Frelimo por não ser mais transparente em relação às suas actividades. 	A leitura deste editorial permite constatar que se faz uma crítica à Governação do Partido FRELIMO, e, isto é possível devido à forma como o tema, é desenvolvido. A coerência com que é apresentado permitiu fazer uma reconstrução semântica que, por sua vez, permitiu encontrar o tema.
22	12.06.94	Crítica e louvor à Renamo	<ul style="list-style-type: none"> • Felicitações à Renamo por permitir que as pessoas circulem livremente em zonas sob seu controlo; • crítica à Renamo pelo facto de só ter permitido a livre circulação em suas zonas, aparentemente, devido à pressão externa (EUA) e não por consciência própria. 	Neste editorial, para além do tema Críticas/louvores à Renamo , está subjacente o tema PP . E está também implícita uma crítica à dependência aos países ocidentais, pois critica-se a Renamo pelo facto de ter permitido a livre circulação em suas zonas, aparentemente, sob pressão dos EUA.

23	19.06.94	PP Implícito)/Celebração pelo entendimento alcançado entre o Governo e a Renamo.	<ul style="list-style-type: none"> • Felicitações à Renamo e ao Governo pelo entendimento alcançado entre ambos; • congratulações pelo seu empenhamento em cumprir com o preconizado pelo AGP, relativamente à desmobilização e à criação de um exército único. 	<p>A leitura deste texto permitiu identificar a temática PP (implícito) e Celebração pelo entendimento alcançado entre a Renamo e Governo. Há a salientar, porém, que o editorial apresenta muita dispersão temática e remática, o que quebra, de certa maneira, o fio discursivo.</p>
24	26.06.94	Evocação do 25 de Junho dia da Independência de Moçambique	<ul style="list-style-type: none"> • Retrospectiva da vida do país desde a independência nacional até ao dia 25 de Junho de 1994. 	<p>A reconstrução do sentido global do texto, para além de ter permitido descobrir a temática abordada Evocação do 25 de Junho, permitiu constatar que se faz em reflexão sobre esta data e o que ela representa para os moçambicanos. O "Domingo" considera que até ao presente momento não se pode falar de uma independência total devido às guerras que o país teve que enfrentar: guerra de Ian Smith; guerra da Renamo; guerra do "Apartheid".</p>
25	03.07.94	Crítica à administração pública.	<p>Crítica à (má) administração de sectores públicos como ministérios, hospitais; a má administração cria situações absurdas e inexplicáveis, como o corte do fornecimento de energia a hospitais;</p> <ul style="list-style-type: none"> • condenação à falta de humanismo e sensibilidade da EDM (Electricidade de Moçambique) por cortarem o fornecimento de energia a um hospital. 	<p>O presente texto apresenta um desenvolvimento temático e remático coerentes o que permitiu inferir que se faz uma crítica à administração de sectores públicos. Paralelamente a esta crítica condena-se a falta de sensibilidade da EDM, ao cortar o fornecimento de energia a um hospital, contudo, não se condena totalmente a EDM por se considerar que estava a cumprir o seu dever.</p>

26	10.07.94	Crítica à ingerência interna por parte dos países estrangeiros.	<ul style="list-style-type: none"> • Crítica à ingerência (aberta ou velada) da diplomacia estrangeira em assuntos que, em princípio, dizem respeito ao país; • crítica à pressão a que o Governo está sujeito, por parte de alguns países ocidentais, relativamente à criação de um GUN. 	O tema do editorial é Ingerência nos Assuntos Internos do país . O texto é coerente, graças a uma progressão temática constante. Há uma recuperação constante do tema o que torna o discurso mais coerente.
27	17.07.94	PP (implícito)/Crítica à tomada de atitudes drásticas como forma de resolver conflitos.	<ul style="list-style-type: none"> • Crítica à Renamo devido ao comportamento de alguns dos seus homens, ao sequestrarem mais de 500 pessoas em Dombe. 	O texto apresenta, de uma forma geral, um discurso coerente graças a uma progressão temática constante. O periódico critica não só a atitude da Renamo pelo sequestro de 500 cidadãos em Dombe, mas também o recurso à violência como forma de resolver conflitos.
28	24.07.94	Júbilo pela visita de Nelson Mandela à Moçambique/Celebração pelo reencontro histórico entre Moçambique e África do Sul.	<ul style="list-style-type: none"> • Evocação ao passado histórico que criou um fosso entre Moçambique e África do Sul; • júbilo pela nova era que inicia para ambos os países; • visita de Mandela à Moçambique. 	Este editorial apresenta um desenvolvimento temático e remático coerentes. Primeiro faz-se um historial da ocupação de ambos os países por estrangeiros e depois a luta que tiveram que travar. Mais importante, no entanto, é o re-estabelecimento das relações de amizade e económicas, na nova era que inicia.

29	31.07.94	PP (implícito)/Crítica a algumas decisões preconizadas pelo AGP/ Alerta às tentativas neocolonialistas de incitação à guerra.	<ul style="list-style-type: none"> • Crítica à forma como foi concebida a desmobilização, tanto dos homens da Renamo, como do Governo; 	A reconstrução do sentido global do texto permitiu não só identificar a temática abordada, mas também inferir que o "Domingo" considera que a desmobilização incontrolada é uma manobra neocolonialista de incitação à guerra, alegando o facto de se estar a desmobilizar homens com formação e que ainda poderiam ser úteis ao exercício. A saída destes homens torna vulnerável o sector da defesa. Além disso, critica-se também o facto não se dar a devida consideração aos desmobilizados.
30	07.08.94	PP (implícito) / Apoio à ideia de coligação de partidos políticos/Crítica à toma-da de atitudes pouco patrióticas.	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovação da ideia de coligação de partidos políticos, coligações sérias, não com o intuito de derrubar a FRELIMO, mas com o propósito de criar uma frente forte, com um programa próprio e claro; • crítica aos partidos políticos por não possuírem um programa de governação claro e específico, que os diferencie uns dos outros. • crítica a Palange vice-presidente do Palmo por assumir uma postura pouco patriótica. 	O texto em análise possui um fio condutor que permitiu identificar a temática: Coligações políticas, Crítica à tomada de atitudes pouco patrióticas e que subjacente a estes está o tema PP . A leitura do texto permitiu constatar que o periódico é a favor de coligações políticas construtivas que contribuem para resolver os problemas do país.
31	14.08.94h	Homenagem às Forças Armadas de Moçambique - FPLM.	<ul style="list-style-type: none"> • "Domingo" homenageia as FPLM pelos serviços prestados à pátria, desde a independência nacional até ao momento, exortando o seu patriotismo e coragem. 	O texto apresenta um discurso coerente daí que tenha sido possível identificar o tema: Homenagem às FPLM , "Domingo" considera que as FPLM são um exemplo de coragem e patriotismo.

32	21.08.94	Louvor à Universidade Eduardo Mondlane - UEM	<ul style="list-style-type: none"> • “Domingo” congratula UEM, pelos quadros que tem formado, tão necessários ao país; • lamenta-se, porém, o facto de o número de graduados ao fim de cada período, ser muito reduzido em relação ao número de estudantes que frequentam a UEM. 	<p>O texto apresenta um discurso coerente graças a um retomar constante do tema, Louvores à UEM ao longo do texto. O facto de se abordar um único também contribui para tornar o discurso mais coerente.</p>
33	28.08.94	Reconstrução nacional/ Economia Nacional	<ul style="list-style-type: none"> • Debilidade da economia moçambicana; • importância da realização de uma Feira Agro-Comercial e Industrial, como a FACIM, para futuros investimentos. 	<p>O editorial apresenta um discurso coerente graças a uma progressão temática conseguida através de uma recuperação constante dos temas Reconstrução Nacional e Economia Nacional. Estes não estão explícitos, mas a reconstrução do sentido global do texto permitiu identificar as temáticas acima referidas.</p>
34 e 35	04.08.94 11.09.94	PP (implícito)/Crítica à ingerência nos assuntos internos/ Crítica à ideia de formação de um GUN.	<ul style="list-style-type: none"> • Condenação às posições da CI, incluindo a ONU, em relação à criação de um possível GUN em Moçambique, o que de certo modo é incoerente, por parte da CI. • Um GUN enfraqueceria a oposição, o que poderia pôr em causa o exercício da “democracia”, que de certa forma, a CI ajudou a implantar. 	<p>O editorial possui em fio condutor que possibilitou que se fizesse a reconstrução do sentido global do texto e identificar a temática nele abordado: PP (implícito); Ingerência nos Assuntos Internos, GUN. Relativamente a estas temáticas, o “Domingo” critica a Ingerência da CI, mais particularmente em relação à criação de um GUN em Moçambique. E mais uma vez o periódico disse não a um GUN.</p>

36	18.09.94	Crítica à ideia de criação de um GUN em Moçambique/Crítica à ideia de que Oposição é sinónimo de humilhação/ Apoio à ideia de criação de cargo de "Chefe da Oposição"/Estatuto de Chefe da Oposição/ Reconciliação Nacional	<ul style="list-style-type: none"> • Domingo rejeita a ideia de criação de um GUN - este enfraqueceria a Oposição e consequentemente o exercício da "democracia"; • proposta de criação de um cargo de "Chefe de Oposição", enquadrado na estrutura do Estado; • apoio à existência de uma oposição forte que controle as actividades do Governo. 	De uma forma geral, foi possível fazer a reconstrução do sentido global do texto. No entanto, é de salientar que há uma dispersão temática e remática muito grande, o que quebra um pouco o fio discursivo. A diversidade temática é que provoca aspectos dispersivos.
37	25.09.94	PP (implicito)/Evocação do "25 de Setembro"/ Balanço da campanha eleitoral/Crítica ao recurso à violência como forma de resolver conflitos.	<ul style="list-style-type: none"> • Evocação do "25 de Setembro", dia do início da luta armada, em 1964; • crítica aos simpatizantes da FRELIMO e da Frente de Acção Patriótica por se envolverem em cenas de violência durante a campanha eleitoral; • crítica aos simpatizantes e/ou militares da Renamo por prenderem e espancarem um jornalista e outro cidadão. 	O editorial apresenta um desenvolvimento temático e remático coerentes, não obstante a diversidade temática e remática. Há um fio condutor que permite descobrir que, "Domingo" contesta o recurso à violência como forma de resolver conflitos - temática principal do editorial.

38	02.10.94	PP (implicito)/Crítica às atitudes pouco abonatórias do líder da Renamo e da "segurança" de Chissano/Crítica ao recuso ao jogo político como forma de ganhar vantagens eleitorais.	<ul style="list-style-type: none"> • Condenação da atitude do líder da RENAMO por incitamento à guerra, numa altura muito delicada - fase da campanha eleitoral; • condenação da atitude da "segurança" de Chissano, por criar pânico desnecessário devido a um falso alarme ataque bombista a Chissano, também numa altura muito delicada. 	<p>O editorial é o desenvolvimento de um tema implícito - PP e de dois temas explícitos: Críticas às atitudes pouco abonatórias do líder da Renamo e da "segurança" de Chissano; Crítica ao recuso do "jogo político" como forma de conseguir vantagens eleitorais.</p> <p>Primeiro introduz-se o tema, em seguida procede-se à análise de cada um dos temas acima mencionados em separado. O desenvolvimento de cada um dos textos é coerente, excepto o facto de não se fazer uma síntese dos temas abordados; tal síntese reforçaria a ideia de coerência.</p>
39	09.10.94	Exortação à paz, tranquilidade, civismo e bom senso.	<ul style="list-style-type: none"> • Condenação ao uso da força, durante a campanha eleitoral, por aqueles que se julgam mais fortes que os outros; • apelo para que se respeitem as regras de jogo democráticas. 	<p>O presente texto é coerente, é possível encontrar um fio condutor que permite saber qual é o tema do texto e os remas que nele são tratados. Na conclusão retoma se o que se disse na introdução e este facto contribuiu para que o discurso fosse mais coerente.</p>

40	16.10.94	PP (implicito)/Balango da campanha eleitoral/ Reflexão sobre o estatuto da oposição/ Crítica à ideia de formação de um GUN.	<ul style="list-style-type: none"> • Louvor aos moçambicanos em geral e aos políticos em particular pelo seu comportamento durante a campanha eleitoral; • apelo para que se pense num cargo de "Chefe da Oposição", com um estatuto especial - 2º candidato mais votado; • apelo para que se reflida no estatuto da Oposição e dos deputados à Assembleia da República; • rejeição da ideia de formação de um GUN. 	A reconstrução do sentido global do texto permitiu identificar três temas: PP (implicito); Reflexão sobre o Estatuto da Oposição , Crítica à ideia de formação de um GUN . Não obstante a diversidade temática, foi possível encontrar um fio condutor, o que demonstra que há coerência na abordagem temática. Foi possível constatar mais uma vez que "Domingo" é contra a ideia de formação de um GUN que apoia a ideia de criação de cargo de chefe da Oposição .
41	23.10.94	Crítica à não observância das regras do jornalismo por alguns profissionais da comunicação social.	<ul style="list-style-type: none"> • Crítica à não observância das regras básicas do jornalismo, em nome de um conceito pouco claro de imparcialidade e de um "equilíbrio" no jornalismo com o intuito de servir interesses particulares. 	De uma forma geral o texto apresenta um discurso coerente pois possui um fio condutor que permitiu fazer a sua reconstrução semântica, cujo núcleo é o tema. Porém, apresenta algumas incoerências discursivas. No 3º parágrafo " <i>Domingo não se pronuncia sobre a conveniência ou inconveniência desse equilíbrio. Condena, no entanto, a posição dos jornalistas que defendem esse tipo de tese.</i> "

				<p>No 5º e 6º parágrafo: "O jornalista deve ser o mais possível independente, mas esta independência, para que o seja na realidade, para que assuma um carácter objectivo, <i>tem de estar amarrada a factos</i>. "Quando tal acontecer o jornalista deve <i>introspeccionar-se e verificar se o catalogam...</i>"</p> <p>No 1º - excerto a incoerência reside no facto de "Domingo", por um lado dizer que "<i>não se pronuncia</i>" e, por outro, dizer que "<i>condena, no entanto, a posição dos jornalistas</i>"</p> <p>No 2º - excerto discursivo, também há incoerência, pois se o jornalista "<i>tem de estar amarrado aos factos</i>" significa ser se objectivo, o que entra em contradição com a "<i>introspecção</i>", pois esta é muito subjectiva.</p> <p>O texto apresenta um desenvolvimento coerente de ideias, produzindo assim um discurso coerente, graças a uma continuidade tema. A reconstrução do sentido permitiu encontrar os temas: <i>Crítica ao líder da Renamo; Crítica à CI por agir de forma ambígua.</i></p>
42	30.10.94	<p>Crítica ao líder da Renamo, Afonso Dlakama, por violar a Lei Eleitoral/ Crítica à CI por agir de uma forma ambígua.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Condenação da atitude do líder da Renamo por se retirar do processo eleitoral, violando a Lei Eleitoral e os princípios democráticos que ele defende; • crítica à CI por agir de forma ambígua em relação ao caso, ao não condenar vigorosamente a atitude do líder da Renamo. 	

43	06.11.94	Balanco das eleições/ Crítica à implantação de modelos democráticos Occidentais em África.	<ul style="list-style-type: none"> • Crítica aos partidos políticas e outras entidades que sempre puseram em causa os resultados eleitorais, retirando, à partida, a credibilidade ao acto eleitoral. • alerta à implantação de modelos democráticos occidentais em África, mais particularmente em Moçambique, muitas vezes bem intencionada mas que podem trazer consequências imprevisíveis. 	O texto em análise possui um fio condutor que permitiu encontrar a temática: Balanco das eleições; Críticas à implantação de modelos democráticos occidentais em África. A reconstrução semântica do texto permitiu constatar que o período crítico os partidos políticos da Oposição que, ao porem em causa os resultados eleitorais, logo à partida, tiraram toda a credibilidade ao acto eleitoral. "Domingo" lança também um alerta à implantação de modelos democráticos occidentais em África, alegando que os mesmos podem provocar consequências imprevisíveis pois os africanos não possuem uma cultura democrática ocidental.
44	13.11.94	Apelo à calma e ao civismo aquando do anúncio dos resultados eleitorais.	<ul style="list-style-type: none"> • Apelo aos vencedores para que tratem os vencidos com todo o respeito que merecem; • apelo aos vencidos para que se resignem com os resultados eleitorais. 	O texto possui um fio condutor que permite entender o seu sentido global daí que tenha sido possível reconstruí-lo semanticamente de modo a encontrar o tema, Apelo à calma e a civismo aquando do anúncio dos resultados eleitorais.

45	20.11.94	Crítica à ingerência nos assuntos internos.	<ul style="list-style-type: none"> • Crítica à ingerência interna e a atitudes pouco dignas de alguns diplomatas: Dennis Jett, embaixador dos EUA; • reafirmação de "Domingo" como órgão informativo independente que se guia por um estatuto editorial. 	<p>O texto apresenta no geral, um discurso coerente. A reconstrução do sentido global do texto permitiu identificar a temática Ingerência nos Assuntos Internos. "Domingo" critica o embaixador dos EUA pela sua ingerência em assuntos que em princípio, dizem respeito ao país. Neste editorial o periódico também se reafirma como órgão informativo independente que se guia por um estatuto editorial.</p>
46	27.11.94	Apelo ao bom senso de todos os intervenientes no processo de paz/ Não à Guerra	<ul style="list-style-type: none"> • Apelo ao bom senso dos políticos, militares e de alguns estrangeiros, para que a paz se resguarde; • apelo para que se entreguem as armas ainda em poder de algumas pessoas. 	<p>A reconstrução do sentido global do texto permitiu encontrar um fio condutor que possibilitou a identificação da temática nele abordada: Apelo ao bom senso de todos os intervenientes no processo de paz; Não à guerra. Os temas foram sendo retomados ao longo do texto e esta continuidade temática reforça a ideia de coerência discursiva. Relativamente à temática aqui tratada, é de realçar que "Domingo" considera que os moçambicanos votaram mais pela paz do que por qualquer programa de algum partido político.</p>

47	04.12.94	<p>Apelo ao presidente da República e aos deputados para que se empenhem nas tarefas para que foram indigitados.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apelo ao "novo" Presidente da República para que saiba escolher devidamente o novo executivo e que saiba actuar com decisão; • apelo aos novos deputados para que saibam julgar e fiscalizar as actividades do Governo, tendo em conta os interesses da nação e não os interesses partidários. 	<p>O texto apresenta, de uma forma geral, um discurso coerente. O facto de se abordar um único tema reforça a ideia de coerência. A reconstrução do sentido global permitiu encontrar o tema. Apelo ao presidente da República e aos deputados para se empenharem nas tarefas para as quais foram indigitados. Relativamente a esta temática, o periódico faz um apelo ao presidente da República no sentido de agir com decisão e que seja mais dinâmico. Aos deputados o apelo que se lhes faz é no sentido de fiscalizarem as actividades do Governo, ponto os interesses da nação acima dos interesses partidários.</p>
48	11.12.94	<p>Louvor às atitudes conciliatórias. Críticas às atitudes pouco conciliatórias.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Elogio a Chissano pela sua postura em relação a Dhlakama, ao apresentá-lo, pessoalmente, às entidades presentes na Ponta Vermelha, aquando da investidura do Presidente da República; • condenação da atitude da Primeira Dama, por se recusar a cumprimentar alguns líderes da Oposição e suas esposas. 	<p>A reconstrução semântica do discurso permitiu identificar as temáticas: Louvores às atitudes conciliatórias; Críticas às atitudes pouco conciliatórias. Primeiro apresentam-se dois factos ao que se segue o desenvolvimento de cada um deles. Os factos são: 1º) Elogio ao Presidente da República pela sua atitude conciliatória ao apresentar pessoalmente o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, às entidades presentes aquando da investidura do Presidente da República: 2º) Crítica à Primeira Dama por ter demonstrado</p>

				<p>uma atitude pouco conciliatória ao se recusar a cumprir algumas entidades presentes, também na mesma altura. No entanto, no 6º parágrafo há uma incoerência discursiva causada por uma incoerência de uso indevido da conjunção concessiva <i>embora</i>. "Mas, mais do que uma simples mensagem com profundo significado, <i>embora</i> é mais uma lição..." Contudo, esta incoerência não chega a pôr em causa a compreensão global do texto.</p>
49	18.12.94	Apreciação da constituição do novo governo	<ul style="list-style-type: none"> • Crítica à constituição do novo governo devido à sobreposição de ministros e de tarefas, o que pode diminuir a autonomia do Primeiro Ministro; • crítica pelo facto de cerca de 75% do novo executivo ser constituído por pessoas do governo cessante; • louvor pela representatividade do novo governo, em termos de etnia e mulheres; • apelo para que se delimite o campo de acção dos ministros (na presidência e não) e do director geral do SISE. 	<p>A leitura do presente editorial permitiu constatar que o tema abordado é Apreciação da constituição do novo Governo. A reconstrução do sentido global do texto permite inferir que o periódico demonstra algumas reservas relativamente à sobreposição de ministros (na presidência e não); louva a constituição do novo Governo pela representatividade em termos de etnia e mulheres.</p>
50	25.12.94	Apreciação da 1ª Sessão da Assembleia da República - AR.	<ul style="list-style-type: none"> • Crítica aos gastos exorbitantes praticados pela AR; • condenação à tomada de atitudes drásticas como forma de mostrar discordância abandonando da AR pelos deputados da Renamo e da União Democrática. 	<p>O texto apresenta, de uma forma geral, um discurso coerente pois foi possível fazer uma reconstrução do sentido global do texto de modo a identificar a temática nele abordada: Apreciação da 1ª Sessão da Assembleia da República - AR. Foi possível verificar que havia no texto</p>

				<p>uma progressão temática causada por um retomar constante do tema tratado e, isto reforça a ideia de coerência. O periódico foi muito crítico em relação à 1ª Sessão da Assembleia da república, sobretudo no que diz respeito aos gastos exorbitantes praticados pela AR sem resultados palpáveis, o que revela falta de consideração para com os contribuintes. "Domingo" criticou também os deputados da Oposição na AR por abandonarem a Sessão como forma de mostrar discordância. Esta atitude demonstra falta de respeito para com o eleitorado considera "Domingo".</p>
--	--	--	--	---

QUADRO SÍNTESE DA OCORRÊNCIA E FREQUÊNCIA TEMÁTICA

	Tema	Frequência
1	Processo de Paz/Acordo Geral de Paz (explícito)	12
2	Processo de Paz/Acordo Geral de Paz (implícito)	24
3	Direito à Informação/Direitos dos Cidadãos	5
4	Governo de Unidade Nacional	6
5	Ingerência nos Assuntos Internos	6
6	Soberania Nacional/Patriotismo	4
7	Reconciliação Nacional/Repúdio à Violência	5
8	Papel da Oposição/Estatuto da Oposição/Coligações políticas	5
9	Democracia/Eleições/Assembleia da República	4
10	Críticas à actuação da Renamo	12
11	Críticas à actuação do Governo	10
12	Críticas à actuação da Frelimo	2
13	Louvores à actuação da Renamo	2
14	Louvores à actuação do Governo	1
15	Administração Pública/Corrupção	4
16	Datas Nacionais e Internacionais	4
17	Críticas ao funcionamento de instituições públicas	2
18	Economia nacional/Reconstrução nacional	1
19	Consolidação da política regional	1
20	Louvor à Universidade Eduardo Mondlane - UEM	1
21	Homenagem às Força Armadas de Libertação de Moçambique/FPLM	1

Estatuto Editorial

ESTATUTO EDITORIAL

1. Somos um jornal independente, isto é, sujeito apenas à deontologia jornalística, às normas que regulam a profissão, à Lei de Imprensa, à metodologia universalmente aceite para este sector de actividade.

1.1. Não confundimos notícias, enquanto histórias dos acontecimentos ou situações, com opinião.

1.2. As notícias são o que são, incompatíveis com interferências alheias, e, quanto à opinião, somos um jornal plural.

2. Concebemos informação como acto de cultura.

3. Impomos-nos como dever, a consolidação e dinamização da democracia pluripartidária num quadro de estabilidade social.

4. Trabalhamos pela reconciliação nacional e pela paz, que para nós só se obtém no desenvolvimento integrado e harmonioso do país.

5. Entendemos a reconstrução do país através dos sectores público, privado, cooperativo e misto, dedicando especial atenção ao empresariado nacional.

6. Lutaremos pela transparência nos negócios, em particular nos negócios públicos.

7. Reprovamos a confrontação violenta como forma de resolver contenciosos.

8. A posseca é para nós o supremo valor, radicalmente igual, sujeita de direitos e obrigações.

9. Pugnaremos pela educação da população na defesa dos seus direitos e interesses, contra toda a forma de injustiças.

10. Promoveremos o Estado de Direito.

11. Denunciaremos a arbitrariedade, a discriminação e a corrupção.

12. Difundiremos a Arte, promoveremos o Desporto.

13. Nada do que for humano nos deixará indiferentes.

domingo

O direito de saber o que se passa

O processo de paz conheceu, na primeira metade do corrente mês, um desenvolvimento em nada desejável, no mínimo, e com certo perigo para a pacificação do país. É que de 1 a 16 de Janeiro, o Governo mandou para os centros de acantonamento apenas 66 homens. Pouco, pquíssimo mesmo. E não é tudo. Este facto, estranho, traz-nos à memória que o executivo devia ter já acantonado mais, se tivermos em conta que tem que acantonar 60 mil soldados. Até agora, passado que foi mês e meio desde que o processo começou, apenas mandou 9.367 militares para o acantonamento.

Se até ao momento o Governo tinha, aos olhos de muitos observadores, a imagem encorajadora e a mais limpa possível, este facto veio perturbá-la um pouco. Considerando-se o Governo interessado, de facto, esta atitude faz duvidar não só aos observadores, como também e acima de tudo o antagonista, a Renamo, dos reais objectivos a atingir. Até era um bom pretexto para a Renamo ou parar com o acantonamento ou fazê-lo a um ritmo muito lento.

As razões de fundo deste procedimento do Governo estão, quanto a nós, ainda por tornar públicas. Não nos parece convincente, nem compreensível, o argumento de que o lento ritmo

do Governo no acantonamento se deve ao facto de os centros serem pequenos e não estarem dotados de condições logísticas mínimas. Ora, nalguns centros nem foram aproveitadas 25 por cento das suas capacidades, ou seja, não existe neles número significativo de militares. Enquanto noutros nem sequer existe um militar. Sendo assim, como é que se pode falar de falta de capacidade dos centros ou de não existência de condições logísticas?

Sejam quais forem as dificuldades que existam no processo quer da parte da Renamo, quer da parte do Governo, é obrigatoriedade dos intervenientes apontar publicamente as razões concretas. Manter-se no silêncio, enquanto as coisas não andam, além de pôr em perigo o processo na sua globalidade, viola o fundamental da lei de imprensa e da Constituição: privar o povo do direito de saber o que se passa no seu país.

Mas, haja as dificuldades que houver no processo de acantonamento, em particular, e no processo de pacificação em geral, não se pode é pensar em recorrer (em retornar) à guerra. Mais especificamente, há de facto atrasos por parte do Governo no envio de militares para os centros de acantonamento, mas isso não pode nunca dar direito a que se ameace com as armas.

Chega de ameaças e de armas!

Os moçambicanos têm o direito de pensar que os seus políticos são sérios e que têm em mente o que a guerra dos 16 anos custou ao país. Transparência, perseverança e pouco excesso de nervos, é o que se exige de todos os intervenientes.

domingo

Não à renegociação do AGP

Uma questão que se julgava encerrada volta novamente à mesa de negociações. É volta de uma forma inigridica, por que ficamos por perceber as razões, os fins e os objectivos do ressurgimento. Trata-se do Conselho Económico e Social, que a Renamo preconizara em meados do ano passado, embora o que se traz de novo tenha algumas diferenças.

No Conselho Económico e Social (CES) surgido o ano passado, o partido de Afonso Dhlakama tinha como objectivo controlar a actividade económica e social do Estado, através da colocação de elementos seus em cada ministério. Não se trata de pormenores sobre quanto e qual o seu estatuto. A proposta do CES que agora surge tem como objectivo "controlar a utilização dos fundos do Estado", para "evitar que o dinheiro que entra para a reconstrução do país seja investido na campanha da Frelimo" e para "pelo menos o Partido Renamo saber o que se está a passar nos bancos de Moçambique". Do mesmo modo, a proposta não elabora mais, todavia, deixa entrever que tais membros que defende a Renamo, poderiam ser de outros partidos, deveriam estar nos bancos do país.

É um ponto que se julgava "morto e enterrado", porque no encontro de Agosto entre o Presidente Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama foi discutido e teve a solução que teve. Solução que, embora lhe desfavorável, a Renamo consentiu.

Mas nem por isso deixa de ser um assunto de extrema importância. É necessário que se saiba, de facto, se o Governo está ou não a usar os fundos do Estado (doados, é certo) para a campanha da Frelimo e de Chissano. Fundos públicos são fundos públicos e não devem ser utilizados para outros fins.

O que parece um pouco estranho é que este ponto tenha sido posto depois do período apropriado, o das conversações de Roma. Durante dois anos o Governo e a Renamo negociaram, discutiram, uma agenda que foi da concordância de ambos os lados. Este assunto não foi posto, nem proposto por alguma das partes.

Justa embora, a questão aparece extemporânea e só ajuda a alimentar especulações. Uma é que a Renamo pretende partilhar o poder, embora no discurso oficial o rejeite categoricamente. Outra é que as eleições vão ser adiantadas para Junho de 1995. Se de facto as eleições estão para Outubro do ano corrente, é incompreensível que a preocupação não seja a de se trabalhar para que tudo seja a seu tempo.

O que neste momento devia preocupar todos os intervenientes devia ser o acantonamento que se está a efectuar muito lentamente dando a entender que é um processo sem fim; devia ser a desmobilização das tropas que devia ter começado já, mas que nem sinais, e as tropas vão permanecer nos centros de acantonamento por mais de dois meses. A preocupação devia ser o início da formação do novo exército nacional, o ponto fulcral do processo; devia ser preparar e pôr a funcionar os diferentes órgãos para o funcionamento da máquina eleitoral. Isto é que é o fundamental e que, por isso mesmo, devia prender as atenções de todos neste momento, para a manutenção e preservação da paz conseguida.

A fase de negociações já está ultrapassada, a que vivemos é de implementação do que ficou acordado. E qualquer problema tem que ser visto, encarado e solucionado no âmbito do Acordo Geral de Paz. Os pontos nele não previstos, não o foram porque as mesmas partes julgaram-nos não importantes e, portanto, não podem ocupar-nos o muito pouco tempo que resta.

Nenhuma parte deve fugir do essencial: a implementação do AGP.

domingo

Democracia é democracia

QUANDO, em 1990, o Governo promoveu um debate sobre a possível introdução do multipartidarismo no país, o muito que se disse foi que era necessário introduzir o sistema. Isto é, tinha que haver mais partidos políticos, mais liberdades individuais, mais liberdade de expressão e de circulação, entre outras.

Recorde-se que praticamente todo o povo participou nos debates — membros do Governo, membros do Partido Frelimo, intelectuais, cidadãos comuns, no país e no estrangeiro (incluindo aqueles moçambicanos que viriam a pertencer a outras formações políticas).

No mesmo ano, 1990, iniciaram-se conversações entre o Governo e a Renamo. Os primeiros meses serviram apenas para discutir o que se iria discutir, ou seja, a agenda. E aquela que ficou aprovada continha muitos pontos, mas menos aquele que ultimamente vai de boca em boca, como que uma epidemia.

Quer dizer, quase todos tivemos, na altura devida, oportunidade de nos pronunciarmos sobre o futuro próximo do país. E pronunciámo-nos.

Mas, surpreendentemente, hoje aparecem muitas vozes a clamar por um tal governo de unidade nacional. Nunca se elaborou a proposta com os mais ínfimos detalhes, se tal governo de unidade nacional (GUN) tem em vista incluir membros de todos os partidos políticos ou membros de todas as etnias do país. Ou se é para incluir alguns membros de certos partidos e de certas etnias. Seria bom se os defensores da ideia elaborassem mais.

Seja como for, a ideia está lançada. O que surpreende é que mesmo a Renamo aparece a secundá-la. Aquela Renamo que afirma ter lutado pela democracia

multipartidária, aquela Renamo que até há pouco tempo era por eleições o mais breve possível; aquela Renamo que acusa a Frelimo de ser comunista antidemocrática. É que o movimento de Afonso Dhlakama em nenhum momento chegou a admitir a ideia, até chegou a preconizar, na sua proposta de constituição? a criação de tribunais para julgar os "ladroes da Frelimo". Como é que hoje já é possível um democrata aliar-se a um comunista antidemocrático?

Há que haver uma certa coerência no que se pensa, se diz e se julga, com o que a realidade é. Se somos pela democracia multipartidária, que preconiza eleições em que há vencedores e vencidos, vamos até ao fim do que defendemos. Ou então enveredemos por um outro sistema que não seja o democrático-multipartidário. O "jogo" que escolhemos não se compatibiliza com colagens, com a ideia de que "aquele que ganha não deve ganhar tudo e aquele que perde não deve perder tudo". Nas eleições multipartidárias, há uma pessoa que é eleita para Presidente da República e há um partido que ganha as legislativas; o que significa que há pessoas que não são eleitas para Presidente e outros partidos que não são votados. Isto é, há quem ganha e quem perde: é assim na América, na Europa — continentes dos quais importámos o sistema — e é assim na Ásia.

E porque é que em Moçambique tem que ser de outra maneira? Nessa ordem de ideias não devia haver eleições. Os candidatos e os partidos concorrem e, alguns deles, ganham, para depois dizer "há, em nome de uma reconciliação nacional genuína tenho que convidar os membros dos partidos políticos derrotados e o candidato à Presidência vencido para o Governo". Não, não pode ser. Não se deve trair o povo que escolheu o partido e candidato presidencial com o melhor programa. Deixe-se que sejam os autores a implementarem os seus programas.

E não se confundá partilha de poder com reconciliação nacional.

Reconciliação nacional não é conferir a pasta de vice-presidência ao meu opositor nas eleições ou incluir no meu Governo membros dos partidos de oposição ou das etnias. Reconciliação nacional é aceitar que o meu irmão, irmã, colega, companheiro, amigo, etc., tenha opiniões contrárias às minhas e vivermos juntos, em harmonia, sem violência física, com as nossas diferenças de pensamentos.

Pode haver reconciliação nacional sem partilha de poder, mas pode não haver reconciliação nacional numa situação de partilha de poder.

domingo

INTERESSES NACIONAIS ACIMA DOS PARTICULARES

TALVEZ por estarmos a viver, fazem bons anos já, uma pobreza extrema, habituámo-nos a passar a vida a pedir esmola. Só a pedir. E esmola de dinheiro. É espantoso verificar como nós, moçambicanos, um povo que sempre conseguiu auto-sustentar-se, passamos desse estado para a triste condição de hábeis pedintes. É certo que há razões objectivas que forçaram a isso, mas não vamos agora discutí-las.

Hoje, em quase todos os gabinetes do país não se faz nem se fala de mais nada do que procurar descobrir formas e fórmulas para se "conseguir dinheiro". São projectos e projectos que, dia e noite, se tentam desenhar. Alguns dos quais de difícil compreensão. O propósito é único: tentar que a "comunidade internacional", esse tal bicho, para muitos, sem pés nem cabeça, chamado comunidade internacional, dê dinheiros. Dinheiros.

Poucos ou ninguém são aqueles que pensam, dias e noites, em trabalhar mais, em ter mais um emprego ou mais um negócio para conseguir o dinheiro que falta. Quase ninguém pensa em processos mais dignos, mais honestos, mais ilícitos, para conseguir dinheiro.

Como se tal "comunidade internacional" fosse algo de tão abstracto, uma torneira ligada ao vazio, ao espaço, que não pára de jorrar dinheiro. Perdeu-se já a noção de que quando se diz "comunidade internacional", está-se a falar do Japão, da Inglaterra, dos EUA, da França, de Portugal, do Canadá, da Dinamarca, etc., etc.. Ou seja, está a falar-se de algo de concreto. Está a falar-se de países, de povos, de governos.

Nem sequer se pensa que, apesar de alguns desses países serem desenvolvidos, há cidadãos, há o povo, que são sujeitos muitas vezes a sacrifícios; que têm necessidades, algumas das

quais semelhantes às nossas.

Esqueça-se que os cidadãos desses países têm, tal como nós, obrigações de pagar impostos e que muitas vezes é desses impostos que os Estados vão buscar o bolo que têm que doar a alguns moçambicanos, a esses moçambicanos peritos em arquitectura de projectos obscuros.

É preciso que se entenda que "comunidade internacional" não é uma torneira ligada a um espaço abstracto infinito. Mas algo concreto e objectivo.

Infelizmente, os nossos políticos também não entendem isto. Os "gabineteiros" da praça também não entendem isto. Nem o Governo, nem a Renamo, nem os partidos políticos. De alguns destes talvez nem adiante falar, basta lembrar que se formaram não por comungarem princípios ideológicos, mas apenas para resolverem problemas financeiros. Os seus problemas financeiros.

Volta e meia é uma delegação do Governo que empreende uma viagem com o objectivo único de ir pedir dinheiro. Gasta-se dinheiro para se ir pedir dinheiro. Algumas delegações chegam a gastar pela viagem metade do que vão pedir. Além das viagens, são diminutos, hoje, os discursos que terminam sem "solicitar o apoio da comunidade internacional".

Na outra volta, é a Renamo que empreende outra deslocação para pedir dinheiro para as suas despesas, para a sua sobrevivência. Para adquirir viaturas, casas e material de escritório, incluindo mobílias.

É um facto que a guerra dos 30 anos, que o país conheceu, destruiu o tecido social. Mas terá destruído também a nossa dignidade como homens? Destruiu tudo o que da humanidade há? Infelizmente, parece bem que sim.

É que, ao invés de se ir à "comunidade internacional", por um objectivo mais comum a todos nós — políticos, intelectuais, cidadãos comuns, etc. — a reconstrução nacional, vai-se por interesses particulares. Chega de ir à comunidade internacional por objectivos pessoais, particulares.

Os interesses nacionais devem prevalecer diante de tudo.

domingo

AFASTAR FANTASMAS

DOIS factos políticos ocorreram nos últimos dias no nosso país, e de certo que pelo seu impacto e ressonância não passaram despercebidos à opinião pública nacional. Referimo-nos às acusações do general Mateus Ngonhamo, da Renamo, de que o Governo, através do antigo Comissário Político das FAM/FPLM, Eduardo da Silva Nihia, estaria a preparar, militarmente, mil homens em Nampula; e o outro, com uma série de novos dados em torno da disputadíssima localidade de Salamanga, distrito de Matutuíne.

Sobre o primeiro destes casos há que dizer que o país inteiro acompanhou, em toda a sua dimensão e gravidade, a situação criada pelas acusações de Mateus Ngonhamo, segundo as quais o Governo estaria a preparar, primeiro, mil homens para os lançar na desestabilização em caso de vitória eleitoral da Renamo; depois foi o emendar da mão e o mesmo general a vir de novo à praça pública para dizer que afinal não se tratava de homens armados (leia-se militares) mas sim polícia antiterrorismo, e que não seriam mil mas 350.

Todo o país ouviu. Dada a gravidade da acusação e partindo dela de quem partiu, uma nova onda de inquietação e incredulidade invadiu os corações dos moçambicanos. É que ninguém, dentre os 16 milhões, deseja ou sonha com o regresso à guerra, nesta pátria duramente martirizada e sucessivamente adiada e, nas acusações de Ngonhamo, estava implícita uma nova guerra, a vingarem as suas alegações.

Os moçambicanos passaram a acompanhar, com paixão e ansiedade, a troca de palavras entre Ngonhamo e Nihia. Seria verdade? — interrogou-se cada moçambicano. Foi de certo modo um suspiro de alívio

aquele que todos nós experimentámos, ao tomar conhecimento dos resultados da investigação levada a cabo pela Comissão de Cessar-Fogo. Contudo, tal situação não pode, de maneira nenhuma, desresponsabilizar o sr. Mateus Ngonhamo, aos olhos dos moçambicanos.

Encenações do género da que Ngonhamo acaba de protagonizar não abonam em nada a construção da paz que todos queremos estável e longe de quaisquer ameaças — nem mesmo se tratando de factos forjados por cabeças com imaginação muito fértil, como no caso vertente sobretudo porque resultam sempre mal para quem as ensaia, como neste caso. Mas o que teria acontecido de facto com Ngonhamo? Mal informado? Estaria, tal como o país e todos nós, por causa do medo que temos de uma nova guerra, a "ver fantasmas onde eles afinal não existem? Se tudo isto não passou de brincadeira, então convenhamos que foi de muito mau gosto e Ngonhamo merece ser chamado à responsabilidade.

Em relação à disputa da localidade de Salamanga, entre o Governo e a Renamo, arbitrada favoravelmente pela Comissão de Supervisão e Controlo a favor do Governo, o país não entende muito bem toda a polémica que ainda subsiste na aplicação do que foi decidido: a retirada da Renamo da região. A quem serve a manutenção do "braço de ferro" em torno de Salamanga? Afinal, o que leva a Renamo a recusar-se a implementar a decisão da CSC? Qual a importância geo-estratégica desta região, para os homens de Afonso Dhlakama? É inegável que toda a acção da Renamo, tentando irritar o Governo, não colhe apoio favorável por parte da opinião pública nacional, que não encontra razões plausíveis para a continuação deste problema.

Da sua importância para o governo, ninguém parece ter dúvidas. Mas será por causa da machamba estatal, abandonada e feita mato grosso, ou por causa da reserva natural de animais de Matutuíne, que levam o Governo a tudo fazer para recuperar a administração daquela localidade, ou algo se esconde que escapa aos olhos (desarmados) dos moçambicanos? O país agradecerá, tanto ao Governo, assim como à Renamo, que o barulho em volta de Salamanga pudesse terminar rapidamente, sem vencidos nem vencedores.

domingo

A reconciliação nacional

O Dr. Onofre dos Santos esteve, há dias, em Moçambique onde participou na conferência sobre "A promoção de uma cultura de democracia e de direitos humanos na África Austral". Ele foi director-geral das eleições em Angola e vice-presidente do Conselho Nacional de Eleições. Formado em Direito, Onofre dos Santos é uma figura interessante, não apenas pela bagagem de que é possuidor, mas pela forma viva e atractiva como comunica o seu "background".

Na conferência, proferiu uma interessante comunicação a que intitulou: "A garantia do respeito e protecção dos direitos civis e humanos durante a preparação e organização das eleições, assim como durante o período pós-eleitoral: os casos de Angola e Moçambique". Numa das entrevistas que deu aos "media" moçambicanos, à TVM, de entre vários pontos pertinentes que levantou, um que merece maior atenção e consideração, ficou-nos na memória.

Não porque o jurista angolano tenha sido original, esse ponto já foi levantado entre nós, mas não mereceu muita consideração. Mas porque se trata, a nosso ver, de uma questão que a não ser considerada pode pôr a perder todo um esforço da comunidade internacional, em primeiro lugar, e dos moçambicanos, em último. Esta ordem não é casual, quem está a ajudar o outro é obviamente a comunidade internacional.

O ponto de Onofre dos Santos é que um processo de reconciliação nacional é incompatível com a realização de eleições, num país que está a sair de uma guerra. Não disse exactamente eleições, mas campanha eleitoral, mas a nosso ver, uma campanha eleitoral está dentro das eleições, isto é campanha eleitoral visa eleições. Portanto, trata-se de eleições.

O argumento que ele trazia era que não pode haver reconciliação genuína entre pessoas que se mataram ao longo de tempos quando: ao encontrarem-se nas cerimónias oficiais, nas conversações, nos gabinetes, falam de reconciliação, de que a guerra acabou, de que são irmãos e como tal devem conviver; mas, volta e meia, chamam-se de assassinos, de ladrões, de bandidos, etc. Quer dizer, ao mesmo tempo — no período de eleições — os indivíduos que andaram tempos a matar-se têm que dizer "ah! somos irmãos" e, ao povo, nos comícios, dizer que nós somos melhores que os outros. Impossível a reconciliação neste termos!

Verdade verdadeira é impossível haver uma reconciliação nacional entre grupos que se mataram temivelmente durante dez, vinte anos, quando a um outro nível têm que competir, têm que lutar.

Porque a luta não termina quando se depõem as armas. Depõem-se as armas, mas a luta política, ideológica, continua.

Esta questão não é nova, já o PCN, há meses atrás, insistira bastante nela, embora a sua colocação fosse de uma forma um pouco diferente. O PCN insistia em que era preciso que se entendesse que em Moçambique há dois processos a ocorrer em paralelo. Um era que o país estava a sair de uma guerra, portanto em pacificação. O segundo processo é que o país está em democratização política.

De facto, são dois processos incompatíveis, mas que, infelizmente, têm estado a ocorrer em simultâneo. Foi assim em Angola e está a ser assim em Moçambique. Bom seria que cada um tivesse lugar a seu tempo: primeiro a pacificação e depois a democratização, e com um período razoável de separação dos dois. É que não se pode pedir que duas pessoas que se desejavam morte, que se queriam matar, de um momento para o outro se sentem no mesmo banco e se embrenhem em risos. Ou que se sentem no mesmo banco e, junto do povo, compitam verbalmente — e isto é o mais difícil.

O ideal seria, como defende o Dr. Onofre dos Santos, que houvesse um período de transição mais longo, tanto mais longo quanto maiores forem as desconfianças, maior for o grau de rivalidade entre as forças que se degladiavam. Mas o jurista angolano defende mais, e aqui entramos em desacordo. Considera que durante este processo de transição, longo ou curto, de acordo com os critérios apontados, deveria haver um governo de unidade nacional, em que figuras das duas forças e de outras existentes fariam parte.

Uma das questões que muito nos tem preocupado é: o que será um governo de unidade nacional no caso de Moçambique? Conheçemos mal Angola, por isso poria a questão somente no tocante ao nosso país. Será que um governo de unidade nacional é aquele que reúne políticos da Renamo, da FUMO, do MONAMO, do PCN, da FAP, do PADEMO, PAL, etc.? Será isto? Talvez. Mas então até que ponto estas formações políticas todas representam a totalidade do país? Ninguém sabe, provavelmente nem eles. Ou será que se entende por tal governo de unidade nacional aquele em que estivessem representados todas as etnias do país? Como nunca ninguém elaborou convenientemente sobre esta questão, a resposta a esta última hipótese é que é possível. A ser assim, outra pergunta seria: até que ponto um governo em que estejam representadas todas as etnias do país é de unidade nacional? Isto é, haverá unidade nacional somente por se ter um ou dois elementos de todas as etnias no governo? São perguntas e perguntas.

Mas, voltando ao tema, seria bom que se abandonasse o discurso hipócrita de se considerar reconciliação nacional quando Chissano e Dhlakama se abraçam publicamente, quando Guebuza e Ululu se abraçam e nem publicamente, enquanto volta e meia um chama assassino; bandido, ladrão, etc. ao outro. Então não haverá reconciliação? Pode-se legitimamente questionar. Não temos certezas e gostaríamos de pensar muito erradamente, mas reosíamos bem que sim; nas nossas condições é muito difícil alguma reconciliação nacional. Esperemos pelo juiz tempo.

domingo

Uma certa incoerência

DE há um tempo para cá, têm sido postas a circular notícias interessantes, mas ao mesmo tempo intrigantes. Se calhar mais intrigantes que interessantes.

A última notícia foi publicada, pelo "Notícias", esta semana. Dizia que em Sofala mais oito membros da Polícia da República de Moçambique (PRM) acabavam de ser expulsos. Mais, porque no passado outros tantos também o tinham sido. Precisamente, na primeira metade de Fevereiro outros nove polícias foram expulsos, também em Sofala.

A notícia não dava detalhes sobre o terceiro caso de expulsão de polícias da PRM.

Estes são os casos que foram tornados públicos. É de crer que existam outras situações, mas que não sejam do domínio público.

As razões que se apontam para aquela medida, aparentemente drástica, são menos claras: prática de crimes de delito comum.

Que será crime de delito comum? Concerteza que não é um crime específico. Mas sim uma classe de crimes, de determinados crimes. Portanto, quando se diz que os tais polícias expulsos são acusados de prática de crimes de delito comum, ficamos sem saber de que crime são acusados

exactamente.

Seria óptimo que soubéssemos.

Mas o ponto não é somente este. É que parece ser simplificar demasiado as coisas. O indivíduo que comete um crime seja de delito comum, seja de outra natureza, é, por força de lei, julgado e condenado; ou seja, é penalizado pelo crime cometido.

Será que um simples expulsar é condenação? Mas mais: será que, por a Polícia ser um agente que garante a Lei, ela própria pode determinar a sentença dos seus agentes.

É claro que não. Expulsar das fileiras é como que "fazer justiça pelas próprias mãos". Portanto, a Polícia não pode fazer o que o povo faz.

O que é que aconteceria se as empresas seguissem este caminho? Se cada trabalhador que comete um crime de delito comum na empresa — roubo de dinheiro ou de bens e equipamento da empresa — fosse expulso, então as empresas abriam falência, enquanto os criminosos enriqueciam ilicitamente. Roubavam milhões e eram expulsos e tudo acabava ali.

O tratamento dos polícias que cometem crimes de delito comum não pode ser bem esse, o de serem pura e simplesmente expulsos da PRM.

A PRM deve, em primeiro lugar, revelar, tal como revela a sua identidade, os crimes cometidos. Depois, levar os criminosos ao Tribunal, para responderem em Juízo. Se os criminosos têm que responder em Tribunal, também os polícias que praticam crimes de delito comum — portanto criminosos — devem responder em Juízo.

A Polícia não pode é reprimir que o povo faça justiça por próprias mãos, enquanto ela outorga-se esse direito.

É uma certa incoerência.

domingo

Evitar a guerra

AS últimas declarações aos órgãos de Informação do ministro dos Negócios Estrangeiros e, depois, fortemente secundadas pelo Presidente da República, devem merecer um máximo de consideração e constituir uma forte preocupação.

Nesta semana, Pascoal Mocumbi apareceu nos ecrãs da Televisão de Moçambique a dizer e a repetir que "não é de excluir o recurso ao uso da força" (entenda-se claramente: desencadeamento de acções militares) para desalojar os "Young Pioneers" do território nacional.

O Presidente da República fez uma ginástica linguística muito grande para não confirmar de uma forma directa e aberta as afirmações do seu ministro. Mas acabou confirmando com uma elegância notável, capaz de deixar confuso o menos atento.

Afonso Dhlakama tentou amenizar as declarações dos dirigentes governamentais. Disse o líder da Renamo que o Governo não pode desencadear acções militares porque está a acantonar todas as suas tropas e a desmobilizá-las.

Estas palavras criam muitas dúvidas: mas a serem verdadeiras, significa que Dhlakama está muito bem informado sobre os efectivos do seu ex-inimigo e das suas movimentações. O que é duvidoso. Como sabe o líder da Renamo se, efectivamente, o Governo pode ou não desencadear acções militares?

Mas as declarações não são o principal, são apenas um jogo de palavras.

O preocupante é que quando a advertência vem do Presidente da República e de um ministro dos Negócios Estrangeiros deve ser tornada muito a sério. Não se pode escamotear que o Presidente da República é comandante-em-chefe das Forças Armadas e, por conseguinte, ele é quem manda no Exército.

Somos contra qualquer acção e atitude belicista.

Todavia, há que reflectir seriamente sobre o caso. Trata-se de violação da soberania do país. Não é normal que militares, armados, de um Estado invadam outro Estado; ou, mais suavemente, que penetrem e permaneçam num Estado alheio, sem autorização ou consentimento das autoridades do Estado invadido.

A Renamo tem que colaborar positivamente neste delicado problema, caso se encontrem nas suas bases elementos dos "Young Pioneers", tudo devendo fazer para que os malawianos regressem ao seu país.

Com efeito, o problema fica mais complicado quando Afonso Dhlakama diz que nas suas bases não há malawiano nenhum. Mas o Governo diz insistentemente que há. É difícil saber ao certo se há ou não. Contudo, já é positivo que o presidente da Renamo diga estarem as suas bases abertas a qualquer expedição que queira investigar o assunto.

Esta predisposição abre algum caminho para a solução do problema. Ao invés de uma intervenção militar, o Governo moçambicano devia solicitar uma missão independente para investigar o caso.

É uma questão de soberania.

Não se pode deitar fora deliberadamente todo um esforço e sacrifício que foi trazer a paz aos moçambicanos.

domingo

Moçambicanos merecem mais respeito

HÁ várias evidências para se chegar à triste conclusão de que estamos a enganar-nos uns aos outros e, por conseguinte, a enganar o povo.

Uma das últimas evidências veio ao de cima precisamente na última semana, embora se tenha dado há duas. Veio da província de Sofala.

A notícia é: elementos de segurança da Renamo entregaram, em Inhaminga, um jornalista. Fortunato Vicente, repórter-fotográfico do jornal "Notícias", na delegação da Beira.

O assunto toma maior gravidade quando se sabe que o jornalista em causa encontrava-se em serviço: viajava em missão de reportagem para o distrito de Caia.

Por princípios, somos contra a detenção de jornalistas.

Mas não se trata apenas dos nossos princípios que foram violados. Houve violação da Lei de Imprensa. Houve violação da Constituição.

A Lei de Imprensa é muito clara neste aspecto: "no exercício da sua função o jornalista goza do direito de não ser detido, afastado ou por qualquer forma impedido de desempenhar a respectiva missão no local onde seja necessária a sua presença como profissional da informação, nos limites

previstos na lei.

A Constituição é igualmente clara neste aspecto: "todos os cidadãos são livres de circular no interior e para o exterior do território nacional, excepto os judicialmente privados desse direito".

Não consta que Fortunato Vicente estivesse "judicialmente privado" do direito de circular. Mas, mesmo que o estivesse, não eram os "elementos de segurança da Renamo" a impedir que Vicente gozasse do seu direito.

Houve violações destas disposições porque a Renamo se comprometeu a "respeitar a ordem jurídica estabelecida". Reconheceu e assumiu assim a Lei de Imprensa; reconheceu e assumiu a Constituição da República.

Só isto basta para que o movimento de Afonso Dhlakama não tivesse agido como agiu.

Mas há mais.

A Renamo não se farta de repetir que é pela democracia; que é pelo respeito dos direitos humanos; que é pelo respeito dos direitos e liberdades individuais.

Ainda bem que assim seja. Pelo menos consola saber que há quem zele pelos nossos direitos.

Todavia, parece haver alguma incoerência entre aquilo que se diz — o discurso — e aquilo que se faz na prática — a realidade. A detenção de um jornalista é um dos exemplos. A democracia pressupõe, entre outros aspectos, a liberdade de circulação, a liberdade de trabalhar em qualquer que seja o canto do país a que se pertence. A detenção, por princípio, é um acto que viola a democracia, retira ao detido a sua liberdade e os seus direitos.

Portanto, não se está, somente, perante violação da ordem jurídica interna estabelecida. Mas de incongruência entre o discurso pronunciado e o que se faz na prática. Ou seja, a Renamo está a violar os seus próprios princípios.

Há que ter um mínimo de respeito para com os moçambicanos.

domingo

Governo de Unidade Nacional o que é

O Presidente da Renamo assumiu, pela primeira vez de uma forma clara e inequívoca, publicamente a ideia de um Governo de Unidade Nacional. Notícias e pormenores podem ser vistos na página cinco da presente edição.

Já o ano passado, em entrevista ao nosso Jornal, Afonso Dhlakama tinha abordado a questão. Mas não foi nos termos em que apresenta desta vez.

No ano passado, pôs a questão do Governo de Unidade Nacional partindo de uma premissa: a de que ele, como candidato à Presidência da República, iria ganhar e a de que o seu partido arrecadaria uma maioria nas legislativas. A partir dessas vitórias, formaria, então o referido Governo de Unidade Nacional.

Hoje, a questão é posta de uma forma diferente pelo líder da Renamo. Das suas declarações, as eleições aparecem não sendo o mais importante, nem o essencial. Melhor dizendo, surgem quase sem estatuto.

Dhlakama é inequívoco: quer um Governo de Unidade Nacional; já pôs a ideia ao corpo diplomático; já pôs a ideia ao Presidente da República.

Há que encarar esta nova abordagem do problema de uma forma mais séria. Está em jogo todo um

processo que dura fazem quatro anos — as conversações entre o Governo e a Renamo; está em jogo o destino de milhões de pessoas — os moçambicanos.

Em primeiro lugar, há que reconhecer que estamos, muito claramente, diante de uma renegociação do Acordo Geral de Paz e seria útil explicar aos moçambicanos as razões desse facto.

Em segundo lugar, é imperioso que se explicité a ideia, até os pormenores mais ínfimos: o que é que se entende por um Governo de Unidade Nacional.

Governo de Unidade Nacional será aquele que engloba elementos do Governo/Frelimo e elementos da Renamo; isto é, será aquele em que há partilha de poder entre a Frelimo e a Renamo?

Ou será aquele que reúne membros dos partidos políticos existentes no país; ou seja, temos Governo de Unidade Nacional quando todos os partidos existentes no país — registados ou não (entenda-se com representatividade ou não no seio do povo) — têm um membro no Governo?

Ou ainda, Governo de Unidade Nacional será aquele que for constituído por membros de todas as etnias do país; quer dizer, a distribuição de pastas estar de acordo com as etnias do país. Se por exemplo tivermos 20 etnias, então teremos vinte ministros de diferentes etnias no Governo — e isto será o tal Governo de Unidade Nacional.

Muitas outras hipóteses/questiones poderão pôr-se, em volta deste dado novo posto como o foi. Mas, para nós, estas são algumas das mais importantes.

Como nós, certamente que há mais moçambicanos interessados em saber mais sobre a ideia: as questões que pusémos acima, e outras, como: porquê a coincidência deste dado novo com a exigência do Ocidente de um Governo de Unidade Nacional em Moçambique. Seria bom que Afonso Dhlakama explicasse mais.

domingo

NAS FADM

Que salários para os formados?

A Comissão de Supervisão e Controlo (CSC) aprovou recentemente por consenso o leque salarial das futuras Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), depois dos já habituais braços de ferro entre o Governo e Renamo. Muito embora a economia do país não permita muitas flores (leia-se salários chorudos e principescos, como muitos gostariam) mesmo assim é caso para comentar e questionar o seguinte: aonde é que, com aqueles salários, se irão encaixar os oficiais com formação média e/ou superior?

É que uma primeira leitura do leque salarial aprovado não nos permitiu vislumbrar quais serão os vencimentos a praticar para os oficiais, sobretudo os subalternos, com formação média e superior. Será que se não conta com eles? É que se assim acontecer não se imagina que tipo de Exército teremos, com todas as consequências (desastrosas, adiantamos já) daí decorrentes. Caso tenham pensado neles, então como explicar que um técnico médio com a patente de alferes venha a ganhar somente 250 contos? Como conceber que um médico com a patente, por exemplo, de tenente ganhe pouco mais de 340/350 contos, que um piloto, um engenheiro, um economista, um jurista, etc., etc., se situem abaixo da 500 contos?

MUITO provavelmente a estrutura do novo Exército moçambicano não conta com quadros com formação média e, ou superior. É que

deveria constituir preocupação de todos e não apenas de alguns não cometer novamente o erro de se conceber um Exército que será o mais iletrado do mundo. Aliás, alguém o disse e com inteira justificação, que os exércitos sempre foram uma elite dentro da sociedade. Esse elitismo espelha-se nos salários. É assim em todo o mundo. Ora, o leque aprovado e anunciado está longe de constituir a elite dos salários do aparelho do Estado.

TEMOS todos a consciência plena do estado da economia moçambicana. Sabemos que o país não se pode permitir a muitos e grandes luxos. Certamente que ninguém no seu perfeito juízo pode querer mundos e fundos de uma economia que atingiu a bancarrota. Também não é essa a nossa pretensão. O nosso desejo é que se vamos construir um Exército novo aproveitemos a oportunidade que se nos oferece para corrigir erros gritantes herdados de um passado ainda recente em que tanto entre os homens armados do Governo e os da Renamo eram poucos os que para além de dar tiros podiam dar também outra coisa.

Moçambique precisa de um Exército composto de homens com um gabarito científico à altura das exigências tecnológicas que o armamento, a tática e a estratégia modernas exigem. Mas esses homens deverão ser pagos como tal.

QUANDO em 1986 o Governo introduziu o subsídio de qualificação científica, visando estimular os quadros do Exército com qualificação média e superior, parecia estar claro que havia entendido que um Exército não se esgota no homem que apenas sabe atirar ao alvo, que na vida castrense tem algum valor ter passado um dia pelos bancos da escola.

É caso, por isso, para perguntar se no âmbito do leque já aprovado estarão previstos os subsídios de qualificação científica ou não? Porque ao jeito que as coisas estão, os quadros formados continuarão a "desertar" das fileiras da tropa em Moçambique.

domingo

Quem é que acredita na importância da oposição?

O Domingo realizou uma mesa-redonda sobre o problema do "Governo de Unidade Nacional", tendo-se verificado da parte das oposições uma unanimidade de opiniões sobre a questão: depois das eleições há que fazer um Governo de unidade nacional. Razão fundamental: a continuação da paz. O Cardeal D. Alexandre Maria dos Santos já desenvolveu a mesma tese, a que chamou a necessidade da partilha do poder, para que ninguém sinta a humilhação da derrota.

PRIMEIRO que tudo, é necessário que nos entendamos em relação aos conceitos: Governo de unidade nacional é aquele em que participam, pelo menos, todos os partidos. Não confundir com Governo de coligação que é aquele em que o partido mais votado se alia a outro ou outros, concordando com eles um programa de governo. A melhor parte das vezes isto acontece com partidos mais votados, mas sem maioria absoluta. Coligam-se para que o seu programa passe no Parlamento.

Importa sublinhar que os governos, no actual ordenamento constitucional, assentam nos partidos.

Governo de unidade nacional significa, por conseguinte, que todos os partidos, independentemente do seu programa, fazem parte do Executivo.

SE fazem parte do Executivo mediante um programa concordado previamente, significa que todos eles se vão empenhar para que o acordo seja posto em prática, já que aquilo que se pede a um Governo é que governe. Por outras palavras, o Governo de unidade nacional corre o risco de se transformar em Frente Nacional, com o desaparecimento da oposição, já que todos devem apoiar o Executivo. Na realidade, o que tem acontecido, em todo o mundo, é que os governos de unidade nacional acabam por se transformar num saco de gatos, em que os ministros se arranham uns aos outros, acabando por paralisar as iniciativas de cada qual.

Por outro lado, quais os partidos que devem entrar neste acordo antes das eleições, uma vez que o único critério para avaliar do ser ou não ser partido é o veredicto eleitoral?

SUBJACENTE aos raciocínios que defendem os governos de unidade nacional, existe uma convicção de que o poder está apenas no Governo. Acontece, porém, que a oposição é poder, e como ta é consignada na Constituição da República. Um estado que se pretende democrático, sem uma oposição forte e bem organizada, acaba por perder essa apreçoada democraticidade.

O poder está também no Parlamento, que chamará o Governo a contas, sempre que o entender necessário e pertinente, opondo-lhe moções de censura ou provocando a sua queda. Um Parlamento vigilante, com deputados bem preparados e pagos, para exercerem a sua função. Ainda não descontinúamos, entre nós, nenhum debate em torno da dignidade e força de um Parlamento, a funcionar em moldes eficientes e condignos. Um Parlamento que se reúne, apenas, meia dúzia de vezes por ano, não pode cumprir, cabalmente, a sua missão.

O poder está, também, nos tribunais independentes do executivo e em todas as outras instâncias de governação.

UM Estado democrático é uma pirâmide de poderes que se controlam uns aos outros. Mas o Estado democrático tem de ser eficiente. O Governo tem de governar, tem de pôr em prática o seu programa e a oposição tem de convencer o eleitorado que é melhor que o Governo e, para isso, se candidata a ser Executivo.

Curiosamente, os partidos ainda não foram capazes de apresentar ao eleitorado um programa global de Governo. O debate, até agora, tem-se notabilizado pela ausência contrangedora de linhas de governação futura.

Há quem diga que Moçambique é um país singular. Mas acontece que todos os países são singulares e as regras do pluripartidarismo vêm - se aplicando a todos eles, com ligeiras alterações.

Dizia Winston Churchill que o regime pluripartidário é muito mau, mas que não encontrou nenhum outro melhor.

A democracia é um ideal que nunca se atinge plenamente, mas para o qual se vai caminhando, encontrando -se cada país que a pratica num determinado estágio de evolução, seguindo, porém, todos eles mais ou menos as mesmas regras.

MUITOS comentadores e dirigentes partidários ameaçam com o espectro da guerra se não houver um Governo de unidade nacional. Quer dizer, por outras palavras, que não se lutou pela democracia mas por um posto no Governo. Afonso Dhlakama, que é, por enquanto, o oposicionista mais credenciado, já disse, várias vezes, que não pegará em armas se perder as eleições. Que irá para a oposição. Será que se trata apenas de palavras e que o que ele quer é um lugar de ministro? Sinceramente não acreditamos.

Joaquim Chissano também já afirmou que, se o seu partido perder as eleições, vai para a oposição. Nada nos autoriza a pensar que Chissano não fale verdade.

O que, neste momento, pode causar maiores danos ao funcionamento da democracia é a convicção mais ou menos generalizada de que ser oposição representa uma humilhação. Certo é, porém, que a oposição se integra no Estado como estrutura de organização em função do Governo do país. Por isso todos os partidos têm direito e necessitam de meios para se desenvolverem e estruturarem, devendo o partido no poder compreender isto mesmo, e criar condições para tal, já que, neste momento, lhe incumbe levar o país até às eleições gerais.

domingo

Tal Universidade tal povo ou tal povo tal Universidade?

PARECE que é a mesma coisa, mas não é. O povo é filho da universidade ou a universidade é filha do povo? Evidentemente que há em tudo isto um jogo de causalidade recíproca, que, no entanto, não esgota a raiz do problema.

O dilema pode formular-se de outra maneira: a universidade é motor ou é carruagem? Por outras palavras: o filho torna o pai ou o pai torna o filho?

O "Domingo" vem publicando um conjunto de reportagens que radiografam as nossas faculdades. O panorama não é brilhante: ensino sem qualidade e fraudes na obtenção de diplomas, de matrículas, e de passagem de ano, já chega para nos amedrontar se outras mazelas não existissem... Dizem responsáveis académicos que a universidade espalha o panorama geral moçambicano, feito de deficiências e tecido de habilidades para as colmatar. Dizem-no para se consolar, como se o mal dos outros aliviasse as nossas dores, embora no caso, possa contribuir para as explicar até certo ponto.

A universidade, porém, reflectindo o povo, não é filha do povo: É a grande formadora ou educadora desse mesmo povo. É motor de desenvolvimento e não carruagem que uma vez a deslizar também empurra o motor. Diz-me que escola tens e dir-te-ei o grau do desenvolvimento do teu povo. Daí que a universidade e a escola em geral devam constituir para qualquer poder preocupado com o bem comum a prioridade das prioridades.

AS reportagens que temos vindo a publicar revelam um mal profundo e deixam antever, sem sombra de dúvida, que quando estes futuros doutores exercerem a sua profissão, vai avolumar-se a desgraça. Já pensou, amigo leitor, que vai ser dos doentes aconselhados pelo médico que comprou o diploma? Pode até acontecer que esse médico seja seu filho a medicar os seus familiares. Já pensou o que vai ser da ponte calculada pelo engenheiro que passou na universidade à base de favores? Pode acontecer que seja você a atravessar a ponte no preciso momento em que desmorona. Vale a pena continuar a comprar diplomas, a meter empenhos para que os filhos vençam o ano escolar?

REVELAM também as reportagens que os alunos entram na universidade com uma preparação extremamente deficiente. Neste aspecto o ensino secundário consegue levar em pobreza de qualidade a dianteira à Universidade. E também em fraudes de todo o género. Dotados de uma cultura geral miserável, sem autonomia de raciocínio, sem uma visão global do universo, a universidade aparece-lhes como fonte de um diploma que lhe permite ganhar a vida com mais facilidade

É tempo de tocar o sino a rebate. É tempo de fazer uma revisão geral do ensino secundário, da capacidade dos professores, das verbas necessárias para o funcionamento das escolas, de harmonia com as possibilidades do país, tendo em conta que é preferível subsidiar livros a subsidiar metralhadoras, subsidiar equipamentos indispensáveis ao ensino a subsidiar Mercedes para os dirigentes se locomoverem, subsidiar meios de comunicação social a pagar bilhetes de primeira classe aos dirigentes que necessitam de se deslocar em serviço, etc.

PORQUE não lançar um programa de austeridade nos serviços públicos e canalizar essa poupança para a escola?

É que é a escola quem faz o povo.

domingo

Não nos ajudem a ficar mais frágeis

DUAS situações ocorridas mais ou menos no espaço de um mês, aparentemente de menor relevo, vieram, quanto a nós, pôr em causa a tese defendida por Afonso Dhlakama e apoiada por Aldo Ajello e alguns países ocidentais, sobre os efectivos das futuras Forças Armadas.

PRIMEIRA situação. Um régulo sul-africano, na companhia de criadores daquele país atravessou, deliberadamente, a fronteira para o nosso país, alegadamente em busca de cabeças de gado que moçambicanos teriam roubado. Relatos ao "Domingo" (ver reportagem nas páginas 2/3) dizem que a atitude não é a primeira; de quando em quando, criadores sul-africanos têm invadido o território nacional, em busca de gado alegadamente roubado. Isto é extremamente preocupante, por quanto se trata de grossa violação da fronteira moçambicana e, mais do que isso, de violação da soberania do país. Não há provas de que, de facto, moçambicanos roubaram gado sul-africano, pelo menos o régulo não as apresentou. Mas, mesmo que houvesse provas disso, o assunto não se poderia resolver em termos de os sul-africanos atravessarem a fronteira e virem "buscar" o que se lhes teria sido roubado. A vizinhança de Estado não é vizinhança de famílias. Há canais apropriados para tratamento de questões de cada Estado.

A segunda situação. Alegadamente para travar o êxodo de moçambicanos para aquele país e para travar a avalanche de traficantes de

diversos produtos, militares sul-africanos tomaram unilateralmente uma atitude deliberada: atiraram panfletos para o território moçambicano, ameaçando electrificar a fronteira. Uma vez mais, trata-se de uma situação extremamente preocupante. É muito provável que haja êxodo de moçambicanos para a África do Sul — provável, porque não temos dados que nos permitam afirmar — e é também muito provável a avalanche de traficantes. Mas, tratando-se de uma fronteira comum entre dois Estados há procedimentos a observar. As autoridades — militares, políticas, ou outras — sul-africanas não podem tomar decisões unilaterais. Os providenciamentos a tomar têm que ser concertados pelos dois Estados, pois assim mandam as normas internacionais.

VOLTANDO ao ponto inicial. Moçambique tem uma extensão de fronteira muito grande com diferentes países: África do Sul, Swazilândia, Zimbabwe, Zâmbia, Malawi e Tanzânia. Não é de afastar, completamente, a hipótese de no futuro, mais um destes Estados tomar atitudes como estas, ou de maior gravidade. Lembremos de que o caso dos "Young Pioneers" ainda não teve desfecho. Entre outros casos...

CONSIDERAR que 7.500 homens são suficientes para defender Moçambique é, no mínimo, algo imperceptível. É difícil entender as bases em que se fundamenta a proposta. O mesmo comentário se vive quando se duplica o número. 15.000 homens não chegam para defender um terço do território nacional. Até os 30.000 que se fala, só servem para tornar frágil e muito vulnerável o Estado moçambicano.

O facto de se ser pobre, ou o mais pobre do mundo, não pode, de maneira nenhuma, significar que o país não deva ter uma capacidade mínima de poder defender-se.

SE há vontade de ajudar o país, que a ajuda não seja no sentido de tornar o país frágil e sem capacidade de se defender.

domingo

Um abraço ao trabalhador

HOJE é dia 1 de Maio, Dia Internacional do Trabalhador. Por isso mesmo, vão, da nossa parte, algumas palavras especialmente dedicadas ao trabalhador moçambicano.

A primeira é de saudação, de carinho e de regozijo pelo dia que se assinala. Não são todos os dias que são nossos dias.

No essencial, naquilo que constituem os princípios básicos universais, somos solidários com os trabalhadores, na luta que travam. É nossa luta também. Somos por melhores condições do trabalhador; somos pela justiça para com o trabalhador; somos por uma melhor e aceitável remuneração ao trabalhador.

É nossa opinião que o grosso dos trabalhadores moçambicanos não está a ser remunerado devidamente; quer dizer, os salários que a maior parte dos trabalhadores moçambicanos auferem são dos mais baixos do mundo, o que não compensa os seus esforços e sacrifícios.

Por isso mesmo pensamos que o Governo devia rever a problemática, não apenas dos salários, mas de toda a economia do país.

Saudamos o recente acordo a que chegaram o Governo e algumas organizações de massas, sobre os preços de alguns produtos básicos. Pensamos que é este o caminho a seguir.

O diálogo deve continuar, pesem os impasses e as divergências de pontos de vista que são próprios de um processo negocial.

Não estamos de acordo com determinados aspectos e posições.

Causa-nos enorme preocupação o estágio actual do sindicalismo no país. Por um lado, há os sindicalistas que se proclamam livres e independentes, em oposição a outros que "não são nem livres nem independentes". Será assim? É possível...

Independentemente das razões que estejam por detrás desta divisão, o que parece ser mais importante é saber a quem é que beneficia. Ao trabalhador, naturalmente que não. O trabalhador precisa é de ser uma frente única, unida, coesa, que aja em bloco.

Beneficia, sim, o "adversário", a contraparte: o Governo, que nos momentos em que há contradições dentro da sua contraparte, vai ganhando tempo e mais tempo para a tomada de decisões, em questões extremamente importantes para a vida do trabalhador comum.

Aproxima-se o congresso da OTM. Por que não encontrar uma fórmula para se ultrapassarem os problemas, as diferenças? Ganharia o trabalhador, que jamais precisaria de pensar sobre a que orientações aderir: se às traçadas pela OTM - Central Sindical - ou se às dos Sindicatos Independentes.

Em segundo lugar, não concordamos com grandes extremismos nas negociações que, no caso, nem são bem extremismos. Exigir que o ministro das Finanças e o primeiro-ministro sejam demitidos jamais serão posições de negociação. Num jogo, uma equipa nunca pode exigir que o treinador e o capitão da equipa adversária sejam demitidos ou substituídos para ela poder jogar.

O que se deve é negociar. Se há impasses nas negociações encontrem-se alternativas; até que se avance.

domingo

Desconfianças que nunca acabam

A PESAR de ser cada vez mais longo o tempo em que a Renamo e o Governo estão, forçosamente, juntos, lado a lado, e, diga-se

mesmo, a conviverem, o que parece certo é que é como se estivéssemos em 1990 ou em 1991.

Apesar da presença de tantos e demasiados membros da comunidade internacional como observadores neutros atentos, quando chegam alguns momentos, tudo leva a pensar que ainda estamos há três, quatro anos.

E apesar de todas e muitas garantias políticas e militares que o Governo deu à Renamo e esta ao Governo e apesar da evolução da situação na região — que aparenta ter por encerrado o ciclo de violência, determinadas atitudes fazem-nos acordar para a triste realidade que vivemos.

As desconfianças entre o Governo e a Renamo estão longe de terem chegado ao fim.

O último sinal de subsistência de desconfianças veio ao de cima em meados desta semana, proveniente precisamente de Tete, onde o Presidente da República se encontrava de visita. A informação de Tete foi a confirmação do que pelos corredores de Maputo já circulava.

O Governo suspendeu, unilateralmente, a desmobilização. Ora, isto é extremamente preocupante. Quando o nível de diferenças chega

ao ponto de até se tomarem atitudes unilaterais, é que, de facto, muita coisa, que não se sabe muito bem o que é, anda muito mal, dentro dos envolvidos no processo.

Conforme se explicou o Governo, é que há desequilíbrios no processo, a Renamo está a desmobilizar menos. Isso pode ser verdade.

Mas, se bem que é verdade e o Governo julga-se na posse de elementos suficientes que provem o que afirma, há mecanismos próprios estabelecidos de acção. Temos órgãos previstos nos acordos destinados a procurar resolver queixas, problemas ou dificuldades de qualquer das partes.

CONDENÁVEL é a figura do Executivo.

Não se pode, de forma alguma, num processo tão complexo como este e num nível em que se encontra, tomar-se atitudes unilaterais.

E se a Renamo resolver também tomar atitudes unilaterais?, voltamos, sem dúvida, à situação de há cinco, seis anos.

Igualmente preocupante e revelador de que as desconfianças ainda não estão ultrapassadas, é o facto de não só se estar a acantonar, mas estar-se a acantonar a um ritmo mais do que de camaleão, chegar-se a acantonar um homem por dia!...

É que se as desconfianças já não existissem, como é que não se procura ultrapassar o mais rápido possível esta fase? Porque será que alguma das partes — ou ambas — procuram arrastar a posse de homens armados e do próprio armamento o mais possível?

Se há problemas que uma parte acha que existe na outra, há mecanismos previstos para se ultrapassar tais problemas. É que, às tantas, a Comissão de Supervisão e Controlo e outras ficam quase sem papel no processo, enquanto, na verdade, o seu papel é fulcral.

Basta de desconfianças.

domingo

Ministério do Interior deve dar explicações

A semana que terminou trouxe ao de cima mais uma atitude que nos faz pensar seriamente, uma vez que contraria frontalmente o discurso dos políticos, dos governantes.

Um jornalista, detido durante cinco dias, foi finalmente posto em liberdade, em Nampula. A única culpa de Inácio do Rosário Sweleke foi ter tornado públicas opiniões de alguns cidadãos, através dos microfones da Rádio Moçambique. Única e exclusivamente.

Mas o pretexto para a sua detenção foi que "difamou" a Polícia em Nampula. Quer dizer, os cidadãos entenderam que alguns agentes da Polícia agiam mal na estação ferroviária de Nampula, o jornalista publicou e a Polícia prendeu-o.

Não há dúvidas nenhuma de que se trata de flagrante violação de tudo: da Lei de Imprensa, do Código Civil, da Constituição da República.

Contudo, não se tratou de meras violações. Segundo o jornalista detido, um dos polícias, dirigindo-se ao detido, disse mais: "todos vocês (jornalistas) acabarão entrando por aqui; vão passar por aqui".

Haverá dúvidas de que se trata de uma atitude de prepotência crassa? A nós não parece sobrar um pinguinto de dúvida.

Quer dizer, enquanto se declara, nos discursos, que se é por um estado de direito, que se é pelo respeito das leis, que se é isto mais aquilo, atitudes demonstrando o contrário vêm ao de cima.

MAS a gravidade do problema não termina aqui. O jornalista é detido numa esquadra e depois é transferido para o Comando Provincial. Este procedimento não dá a entender que se trata apenas de casos de abuso do poder de força, por parte de certos polícias. Revela que se tratou de uma atitude concertada, até ao nível do Comandante Provincial da Polícia em Nampula. Portanto, o já gasto argumento de que se tratou de "polícias desonestos" não pode ser considerado.

Exigimos que o Ministério do Interior esclareça o que se passou efectivamente. Não podemos continuar a pensar que aqueles que, por definição e obrigação, devem proteger a justiça e ajudar os que estão na mesma luta, estão nas suas obrigações e atribuições, enquanto já não estão.

Exigimos também que a Procuradoria-Geral da República intervenha para o esclarecimento da situação: nomeadamente, quem mandou deter o jornalista e quais eram as suas reais intenções.

É que a não acontecer isto, ficamos na triste situação de; por um lado, a RENAMO deter-nos (lembre-se do caso recente de Inhaminga) e a oposição, na sua globalidade, acusar-nos de estar ao serviço do governo; e, por outro lado, o Governo deter-nos, eventualmente acusando-nos de estar ao serviço do "inimigo". E como o "inimigo" já parece não existir há de inventar: será a oposição.

Pare-se com a detenção dos jornalistas — seja o Governo, Renamo, etc...

domingo

O cabrito dorme onde está amarrado

DIZ um provérbio, provavelmente africano, que "o cabrito come onde está amarrado".

De facto, entre nós, os exemplos são aos milhares.

São os professores que comem onde estão amarrados, são os enfermeiros que comem onde estão amarrados, são os instrutores das escolas de condução que comem onde estão amarrados, são os funcionários de repartições públicas que comem onde estão amarrados. Ninguém fica atrás.

Só que, ao que parece, ninguém mesmo fica para trás — incluindo aqueles que, por definição, deviam fazer que as instituições funcionassem, que as leis se aplicassem e se cumprissem. O Governo.

Parece que o Governo também está a comer onde está amarrado; ou, se não está a comer, pelo menos está a dormir onde está amarrado. Afinal também se dorme onde se está amarrado! O que não se pode adivinhar é se dorme porque comeu muito e já não pode mais, ou se não lhe apetece comer...

Como é possível que os fundos do erário público sejam desfalcados em biliões e o Governo trate o caso como se de um caso vulgar se tratasse? O BPD queixou-se de desfalque em biliões de meticais; o caso, depois de tanta morosidade, foi julgado e os arguidos foram

condenados. Mas recorreram. E não se sabe bem se a pena foi suspensa ou não. E agora está-se nesta, de se não saber em que ponto a coisa está. Será que quatro biliões de meticais não significa nada para a economia de Moçambique, para que o Governo se preocupe um pouco?

O Governo precisaria de tanto argumento para nos convencer que não. Então, porque a apatia? É o tribunal que continua, lá vão meses, a preparar o julgamento; são os implicados que continuam em liberdade e a comportarem-se como se nada tivesse acontecido... mas que Governo tão apático?

Estamos numa situação em que se rouba, se mata, se viola e ninguém diz seja o que for: mesmo quando se denuncia, nada se diz.

O mais gritante caso é o do próprio Casadei nomeado gestor pelo tribunal para os estabelecimentos do "Grupo Pinto", um dos considerados maiores implicados.

Umberto Casadei é baleado e baleado e ninguém diz nada e, o que é gravíssimo, ninguém faz nada; nem sequer vão visitá-lo no hospital os que o nomearam.

Casadei queixa-se e queixa-se de que as autoridades — ele não especificou, mas especificamos nós — Governo e tribunais, estão a ser morosos, estão a ser lentos demais: Mas ninguém responde e ninguém faz nada.

E ele foi muito mais longe, ao dizer que foi essa lentidão que fez com que colegas seus acabassem por ser assassinados e enumerou os nomes: mas nada, ninguém faz nada, ninguém diz nada. Sorte a de Casadei, porque ainda não morreu, se tivesse morrido, o que se estaria a dizer era que "ah... mas o velho dizia..."

O Governo tem que agir, num sentido ou noutro; dormir é que não pode.

domingo

Moralização da sociedade

— precisa-se

QUANDO, na nossa edição da passada semana, dissémos que o Governo dorme onde está

amarrado, dissémo-lo com total convicção.

Na verdade, o nosso dia-a-dia leva a essa conclusão.

Nas escolas, ou tem de se pagar ao professor para se passar de ano, ou até mesmo se compram os diplomas.

Nos hospitais, onde o cidadão tem os seus direitos adquiridos, se não se untam as mãos ao servente e, ao enfermeiro e, nalguns casos, até mesmo ao médico, nada feito. Esperam-se horas a fio, com as consequências que bem se podem advinhar, num aberto desrespeito pelo ser humano.

Em relação à Polícia, as manobras são já bem conhecidas. Ou se largam umas notas, ou está-se sujeito a um sem número de prepotências como, por exemplo, no caso dos automobilistas, à apreensão indevida da carta de condução, à apreensão indevida do veículo, etc., etc., etc.

Quem nunca ouviu falar dos indiciados a roubos, mesmo a mão armada, que volvidas poucas horas, depois da sua detenção (?), se passeiam novamente e impunemente pelas cidades, desafiando tudo e todos?

Quantos de nós não são obrigados a pagar qualquer coisa nas esquadras, para que, indivíduos considerados de "muito perigosos", permaneçam fechados algum tempo nas cadeias.

Mas há mais. Nas repartições do Estado, a nota preta também fala e de que maneira! O bom

atendimento ou o atendimento rápido depende muito do que se dá por debaixo da mesa...

PARA o cidadão ver aceite o seu documento em qualquer repartição, tem que avançar com "qualquer coisa" para o servente, para o funcionário. Depois se não promete nada a quem tem por tarefa decidir sobre o tal documento, o mais natural é ter esse documento indeferido.

Esta prática até já invadiu as próprias instituições bancárias. Quem está para contrair um empréstimo, sabe que, se quiser ter sucesso, há que contar com "algum" para o funcionário bancário que representa a instituição.

Nas empresas, é o que se tem visto. São desvios aos montes, sem que os infractores sejam molestados. Promovem-se inquéritos de que, geralmente, nunca se chegam a saber os resultados. É uma impunidade total e completa.

E agora até nos tribunais esta onda de lesa-sociedade se implantou. O caso dos biliões sacados ao BPD, por exemplo, parece estar emperrado, por interesse de alguém que não quer ver o assunto caminhar para o seu verdadeiro e justo terminus. Isto estará a acontecer com o Tribunal Supremo.

Para onde vamos assim? Será que o Governo não tem poderes para agir em conformidade? Não deveria ser o seu objectivo primeiro a moralização da sociedade?

Os cidadãos já se aperceberam que o Governo está demissionário das suas responsabilidades; da fraqueza (ou ineficácia, inexistência mesmo) das nossas instituições; da ausência do poder (ou do quão na rua ele deve estar) e cada um passou a tratar de si da forma como muito bem entenda.

Só que há que parar com a história. Cortar o mal antes que ele se alastre. Sente-se essa necessidade. Sentimo-la todos. O Governo, porque está no exercício do poder, devia ser o primeiro a empunhar o martelo, para moralizar a sociedade. Basta de fingimentos!

domingo

Não esperar pela vitória para corrigir erros

O país acompanhou, com grande expectativa, a reunião de quadros do Partido Frelimo que em Maputo, reuniu mais de 900 pessoas. E expectativa não pelo número — quase um milhar — mas pela diversidade que tal número representa.

Tratou-se de um encontro de pessoas de diferentes proveniências, de diferentes estratos sociais, de diferentes profissões, de diferentes responsabilidades. Foi um lugar onde intelectuais, operários, camponeses e outros profissionais, todos eles se reuniram, animados certamente por uma vontade comum: a de mudar algo no seio do partido que dirige a sociedade moçambicana desde a independência do país.

Ninguém sabe o que eles discutiram — a não ser eles próprios —, tudo esteve vedado à informação. Mas acredita-se, acredita a sociedade, acreditamos nós, que aquelas 900 cabeças tenham discutido, frontal e directamente, os problemas que nos affigem, que affigem o país. Que, no mínimo, tenham detectado os problemas que estão na origem do contínuo adiamento da construção de uma nação onde reine o bem-estar senão para nós, pelo menos para os nossos filhos.

E não é sem razão que a expectativa era/é grande: trata-se, como se disse, do partido que tem os destinos de todos nós nas mãos. Tanto a sociedade civil como a política e outra têm

denunciado inúmeras vezes erros de vária natureza cometidos por este partido. Têm denunciado erros de governação que muitos quadros do partido no poder continuam a cometer no desempenho das suas actividades.

TEM-SE falado muito da inércia que atacou o Governo; do espírito do deixa andar que atingiu responsáveis e responsáveis a diversos níveis; dos desmandos que se observam em diversas escalões da sociedade.

É por tudo isto que a expectativa é grande. E o que permanece ou permanecerá incógnito é que significado terá, em termos concretos, esta reunião de quadros da Frelimo. Embora, com alguma tristeza, não deixe de vir à memória a experiência do passado em que se reunia e as decisões sempre ficavam por implementar.

É um facto que a reunião tinha uma natureza eleitoralista. O que não é sem razão, estamos a cinco meses das eleições.

Mas não temos que esperar pelas eleições para ver corrigidos erros grossos de caminhada.

Não temos que esperar pelas eleições de Outubro para ver substituídos ministros que, segundo se diz, de ministros apenas têm o nome. Para se substituir ministros que, segundo se diz, levam meses e meses sem pôr os pés nos ministérios; para ver substituídos ministros que, segundo se diz, são demissionários há mais de dois anos; para ver substituídos ministros que, pura e simplesmente, desaparecem da circulação pública, a despeito de serem detentores de importantíssimas responsabilidades no presente processo: implementação dos Acordos de Paz.

São estas situações todas e outras que não podem esperar que a Frelimo ganhe as eleições para serem corrigidas; que não podem esperar que os dirigentes máximos ganhem eleições para corrigi-las.

domingo

Afinal está a avançar-se

As notícias que esta semana apareceram na Imprensa foram, de certa forma, tranquilizadoras e parecem constituir um indicativo de que, embora a passo de camaleão, afinal está a avançar-se nalguma coisa.

Diziam as notícias que o recenseamento eleitoral já se está a efectuar nas zonas controladas pela Renamo. Não é, ainda e infelizmente, em todas as zonas, mas já é tranquilizador que esteja a decorrer em algumas, por mais que sejam reduzidas.

Outras notícias que foram postas a circular, também na semana que finda, davam ainda mais confiança ao processo. Noticiou-se da Beira que o Ministro da Administração Estatal visitou ontem alguns distritos controlados pela Renamo, na província de Sofala. Significa isto que o processo está caminhando, embora lentamente, repita-se, se tivermos em conta o barulho que deu — e continua a dar — a problemática das zonas controladas pelo movimento de Afonso Dhlakama.

SE de facto estes passos, muito pequenos, diga-se de verdade, constituem factores encorajadores e algo apreciáveis, não deve, contudo, deixar de se dizer que apenas constituem o ponto de partida, e que a Renamo deve ir mais para a frente.

O desejável não é que algumas, pequenas, brigadas do recenseamento eleitoral possam

deslocar-se às zonas da Renamo. O desejável não é apenas que este e aquele ministro possam deslocar-se às zonas do movimento de Afonso Dhlakama. Porque estes são, até, os que menos devem precisar de lá ir.

O desejável é que o povo, a grande maioria do povo, que não faz parte das brigadas de recenseamento eleitoral, possa ir às zonas da Renamo sempre que isso constituir sua necessidade, sem ter que "avisar" ou, claramente, sem ter que solicitar autorização de quem quer que seja.

O desejável é que as populações que se encontram nessas zonas da Renamo possam, sempre que o desejarem, deslocar-se para outras zonas quaisquer, sem que tenham que pedir guias de marcha. É que as populações, no interior dessas zonas, possam movimentar-se livremente.

É tudo isto o que se quer.

E não apenas que brigadas constituídas por pequenos grupos de pessoas, que até estão em serviço, possam deslocar-se para todo o território. E não que apenas um ministro ou outro dirigente possam deslocar-se às zonas da Renamo.

O que há é de agradecer, talvez, aos americanos, por haverem transmitido ao líder da Renamo a sua preocupação pelo facto de, em Moçambique, veja-se só, uma terra totalmente alheia, não haver liberdade de circulação.

Porque de outro modo não se explica. Tanto barulho se fez para que o território moçambicano estivesse disponível para os moçambicanos; tantos apelos se fizeram a Dhlakama para que abrisse as zonas ao povo moçambicano. Nada se conseguiu.

E, muito curiosamente, quando o chefe do movimento visita os Estados Unidos, as zonas que controla começam a ficar disponíveis.

Infelizmente vivemos muito disto.

domingo

Uma semana feliz

Feliz semana esta que terminou.

Talvez nunca tanta coisa tenha andado aceleradamente em tão pouco tempo — em apenas sete dias. Pena é que só se começou a andar a este passo, quando faltam apenas quatro meses.

Mas vejamos o muito que da bem — bem no sentido de se acelerar o processo — se fez esta semana.

O primeiro grande acontecimento que vale a pena referir é o entendimento a que chegaram, finalmente, o Governo e a Renamo quanto ao número de tropas do Executivo a acantonar e a desmobilizar. É muito positivo que se tenha alcançado um entendimento nesta matéria, pois este é um ponto muito sensível, é a base de desconfiança sobretudo da Renamo para com o Governo.

O que desejamos é que, como diz Aldo Ajello, as declarações das partes não sejam somente para o "inglês ver". Desejamos é que cada parte comece a acreditar efectivamente noutra e que dêem passos mais largos e positivos para o bem dos outros moçambicanos que nada têm que ver com interesses e interesses.

O segundo grande acontecimento a merecer registo é o facto de o Governo ter recommençado com a desmobilização. Este é mais um passo importante que se dá em torno do processo, determina um grande modice que se ultrapassam desconfianças.

Mas o que consideramos importante também é que o recomeço não seja, de novo, um intervalo entre duas paragens. Não deve haver mais interregnos na desmobilização, de parte a parte, sejam quais forem

os problemas e dificuldades. Chega de se encontrarem pretextos e argumentos para retardar todo um processo que já é demasiado longo, que se vá até ao fim.

MAIS estimulante e agradável é que se tenha chegado também esta semana, a consenso sobre a data-limite — 15 de Agosto — da desmobilização. O problema não é que se trate de uma data próxima, distante ou consentânea com as condições no terreno. Mais importante é que o Governo e a Renamo tenham chegado a consenso sobre a matéria. É de consensos que o processo precisa; é com base em consensos que se avança; é de consensos que o país precisa. Que haja mais consensos em outras matérias.

Outro facto que não merece registo subalterno é o estabelecimento, pela Comissão do Cessar-Fogo, do calendário das suas actividades até às eleições, em Outubro. Este é, quanto a nós, um gesto que parece querer demonstrar interesse em que se avance de facto. Pena é, como dissemos acima, que este interesse, esta vontade, não tenham sido demonstrado no início do processo. Talvez hoje estivéssemos a respirar outros ares que não de desconfianças, de vai que não vai.

E mais uma vez, o que desejamos é que estes entendimentos, estes consensos não sejam aparentes, não fiquem na massa; não sejam apenas para garantir mais financiamentos, mais "fundos consignados", como dizia Sérgio Viera.

DOIS outros factos que nos apraz registar igualmente é que 80 oficiais para o comando superior das Forças Armadas de Defesa de Moçambique tenham tomado posse. É claramente um gesto que demonstra que afinal o caminho que se segue é para frente. É mais um passo dado, os problemas, as dificuldades, que vierem resolver-se-ão pela frente.

Finalmente, é de congratular que Portugal tenha aceite ministrar mais dois cursos de liderança a oficiais moçambicanos. É de formação adequada que as FADM precisam.

Feliz semana, de facto, esta que terminou.

domingo

Um 25 de Junho com a região calma

Dezanove anos é tempo de vida suficiente para que, nas nossas condições, um menino conclua o ensino secundário geral e esteja para entrar na universidade. É mais ou menos a idade em que se começa a olhar para a vida com um certo realismo, embora ainda com muito entusiasmo e muitos sonhos.

Mas, quando se trata da vida de uma nação, dezanove anos não chegam a ser tempo de muito grandes realizações, um tempo em que se tenham resolvido muitos problemas do país. Sobretudo quando as condições em que tal nação se torna independente são peculiares, específicas. E sobretudo quando se trata de uma determinada independência, infelizmente. Trata-se de independência política e não total. Depois, trata-se de uma nação em que vários e variados interesses se cruzam e por isso mesmo chegaram a friccionar a autonomia e soberania conseguidas.

Pelo que acaba de ser dito, talvez não seja exagerado considerar que apesar de termos conquistado a independência em 1975, tivemos uma independência que sempre foi adiada. Nunca, desde 1975, o país conheceu independência no sentido pleno e verdadeiro da palavra.

Logo em 1975, quando proclamámos a Nação, uma guerra não menos criminosa, não menos devastadora, não menos desgastante, de novo se abateu sobre nós: era a guerra de Ian Smith. Quando esta terminou, em 1981, uma outra, por sinal das mais hediondas que se conhecem na

História universal, abateu-se sobre nós. Uma guerra que viria a ser mais prolongada e mais cruel que as outras.

Por causa disto mesmo e por causa de todas as consequências que qualquer guerra traz, os moçambicanos não puderam conhecer o sabor daquilo que tão duramente conquistaram: a independência.

Hoje, dezanove anos depois, parece que o cenário é algo diferente e tudo aponta para que os moçambicanos vão conhecer finalmente alguma independência. Estão agora criadas condições para que no país e na região se viva um clima de não confrontação, de paz, de sossego.

Se é certo que este é o segundo 25 de Junho que o país assinala sem o assobio de uma única bala, não é menos certo que este se reveste de características bem particulares. É que se trata de um 25 de Junho sem o "apartheid". Poderíamos dizer que se trata do primeiro 25 de Junho que o país conhece sem grandes ameaças de guerra, sem ameaças de agressão.

Um sinal de que, de facto, mudaram-se os tempos.

Internamente, parece que as coisas são bem contrárias.

Este é o último 25 de Junho que se assinala numa altura em que ainda não houve eleições gerais multipartidárias no país. Em Outubro há eleições; uma fase histórica fecha, o que vem depois serão vinte e cinco de Junhos numa outra fase da História do país. E isto é importante.

Mas, o mais importante é que dentro do quadro que se vive no país, de ideias diversificadas, de pluralismo de pensamento, haja consenso sobre a importância da data, sobre o valor da data. É que a História não é aquilo que gostaríamos que fosse, a História foi como foi, independentemente daquilo que nós pensamos que devia ter sido.

Um 25 de Junho com a região calma.

domingo

EDM: meio certo meio errado

Vamos primeiro aos factos.

Há sensivelmente um mês, noticiámos que, no Hospital Rural de Chicumbane, na província de Gaza, mais de trezentos litros de sangue se haviam deteriorado, devido ao facto de a empresa Electricidade de Moçambique ter cortado o fornecimento de energia àquele centro hospitalar, por dívida deste.

Há semanas, semelhante coisa quase acontecia aos Hospitais Gerais de Mavalane e de Chamanculo. Não se sabe ao certo o que se passou. O facto é que, um dos directores da empresa Electricidade de Moçambique (EDM), apareceu na "Onda Matinal" a dizer que a empresa não iria cortar o fornecimento de energia.

O mais interessante caso é o que se passou com o Ministério da Educação, em que, depois de vários avisos não correspondidos, foi retirar, sem comunicar, o quadro geral que garantia a entrada de energia eléctrica ao Ministério.

Agora vamos às leituras e interpretações.

No mínimo, o que se pode dizer é que alguma coisa vai, se não muito mal, pelo menos mal. É que não se compreende e nenhuma explicação pode ser válida, que determinado director ordene, de consciência sã, o corte de energia a um hospital. Não é preciso tanta inteligência para saber que um determinado hospital, por mais pequeno que seja,

há vários e variado equipamento cujo funcionamento, manutenção e conservação depende da energia eléctrica. Para saber que há medicamentos que se devem conservar em determinada temperatura e que tal temperatura só é garantida por máquinas frigoríficas que funcionam a energia eléctrica. E além disso, que há fornos, há géneros alimentícios para os doentes. E muita coisa mais.

Talvez até não seja exagerado pensar que, quem manda cortar a energia eléctrica a um hospital, não seja diferente daquele que é capaz de matar uma criança de tenra idade.

Interessante do interessante, é que não consta que tenha acontecido alguma coisa ao director da EDM em Xai-Xai. Se calhar hoje está na Praia do Xai-Xai, a ver o sol.

Talvez seja menos grave tirar energia a um Ministério. Mas não deixa de ser grave. É que um Ministério da Educação, como um Ministério da Saúde, tem um papel importantíssimo na vida de um país. Se bem que não tem equipamentos como os que um hospital tem, possui um conjunto de outro equipamento — computadores, máquinas de escrever, de processamento, etc. — que ajuda na formação do país.

Mas, que se diga, para este caso, o funcionário da EDM que mandou cortar não merece castigo...

Com efeito, o que carece de explicação é como é que se chega a este estado de coisas. Como é que hospitais, ministérios e outras instituições chegam a dever somas e somas à EDM, quando despesas como energia, água, telefone, estão previstas no orçamento que lhes é destinado, dentro do Orçamento Geral do Estado.

Como não é prática a prestação pública de contas dos ministérios — só se anunciam reduções de telefones directos, cortes de subsídios disto e daquilo — ficamos nesta: sem saber se devemos ou não condenar a Electricidade de Moçambique.

domingo

Pressionar em voz alta

O Embaixador dos Estados Unidos da América em Moçambique resolveu-se, finalmente, a dizer em público aquilo que já lhe conheciam a intenção em privado, e que encerra, afinal, a sua principal preocupação (ou tarefa) entre nós, que é dizer alto e em boa voz o que ele e o Governo que representa querem que o Executivo moçambicano faça.

Nunca um embaixador deve ter ido tão longe nos seus conselhos a um Governo estrangeiro como o foi o diplomata norte-americano na recepção que ofereceu por ocasião do Dia Nacional dos EUA. Alicerçado numa vida democrática insuspeita do seu país de mais de 200 anos de experiência, o embaixador norte-americano distribuiu aulas aos governantes moçambicanos, não se coibindo de lhes dizer o que deviam fazer, como fazer e mesmo quando.

Estaria o diplomata norte-americano a citar passagens do livro do mestre Dale Carnegie "Como Fazer Política em África(?)", no seu discurso? Se estava esqueceu-se do elementar: "como passar a mensagem sem ofender o parceiro, ou o visado". É que Carnegie tem tanto de escritor como de diplomata. E mesmo uma ingerência não devia ser tão grosseira.

A intervenção do embaixador norte-americano caiu como mosca num prato de sopa, pelo seu quê de inesperado, e em que não se sabe o que mais admirar, se a franqueza das intenções ou a ousadia da grosseira intromissão nos assuntos moçambicanos.

A resposta do Governo através do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Pascoal Mocumbi, foi oportuna, renovando o empenhamento do Executivo moçambicano

na aplicação no espírito e na letra dos Acordos de Roma até às suas últimas consequências. O Governo, através de Mocumbi, garantiu uma vez mais que em Outubro haverá eleições gerais, para escolher o governo e o Presidente da República. São garantias que todos os moçambicanos partilham porque anseiam pela chegada do dia em que serão eles a escolher quem os vai governar.

O mérito da intervenção do diplomata norte-americano, quanto a nós, reside no facto de publicamente e pela primeira vez alguém assumir-se no papel de "pressionador" do Governo moçambicano para que este aceda na formação de um Governo de unidade nacional, na partilha do poder com a Renamo. Mérito, porque alguns dos seus colegas aqui em Maputo, embora pensando da mesma maneira, nunca o expuseram publicamente, fazendo-o antes nos corredores da diplomacia.

Devem ser os mesmos que junto do Conselho de Segurança tentam influenciar uma possível condenação do Governo por aquilo que consideram de "perigosos atrasos" na aplicação do calendário do AGP, indiferentes a um conjunto de circunstâncias finalmente, elas próprias filhas naturais do próprio processo, que é extremamente delicado.

Sabe-se que algumas chancelarias em Maputo veriam com bons olhos o adiamento das eleições de Outubro. Para tal inventam tenebrosos cenários que serviriam de base ao hipotético adiamento.

E pressionam neste sentido o Governo. A tese é dar mais tempo ao aparecimento de uma oposição forte e credível para disputar com a Frelimo a primeira posição no escrutínio.

Outros defendem já um pré-acordo para a formação do GUN depois das eleições, independentemente de quem saia vencedor. Sustentam que só com um executivo saído dessa fórmula se pode evitar uma nova guerra.

Só que parecem cada vez mais reduzidos aqueles que se mostram dispostos a deixar que sejam os moçambicanos, e só eles, a decidir sobre o que querem fazer e como fazer. Por que será que alguns teimam em continuar a pensar por nós?

Será esta a democracia que teimam em nos ensinar? Pelos vistos...

domingo

A história do gato que servia à mesa

AS últimas notícias chegadas de Dombe apanharam o país completamente desprevenido e incrédulo, também. Quando se pensava que a pacificação de Moçambique era já um facto consumado e quando estamos a poucos meses das eleições gerais no país, eis que a Renamo, demonstrando não ter esquecido uma velha prática do tempo da guerra, sequestra mais de quinhentas pessoas, entre velhos, senhoras, crianças e cidadãos estrangeiros.

Os cidadãos já se tinham habituado ao facto de ser necessário perdoar, ser necessário atirar para trás das costas o sofrimento de uma guerra cruel e destruidora. Que era necessário sarar as feridas de um passado de horror, de atrocidades das mais hediondas.

Mas toda a gente sabe que perdoar não é esquecer. Com os acontecimentos de Dombe, o país voltou a olhar com desconfiança para os homens de Afonso Dhlakama, que quase deitaram por terra os esforços de muita gente, incluindo da própria comunidade internacional.

Muitos pensaram mesmo que afinal a Renamo não abandonou os seus velhos métodos, já que, sem que nada o fizesse prever, voltou a eles.

ESTA situação faz-nos lembrar a história do gato que servia à mesa de um restaurante. Com efeito, era um gato admirável, pelo seu

jeito de movimentar-se, carregado de bandejas de comida e bebida; era vê-lo serpentear entre mesas e cadeiras, com uma habilidade de fazer inveja, facto que enchia de espanto toda a clientela que o gato servia.

Só que gato é gato. Na primeira vez que este mesmo gato viu passar perto um rato, largou de imediato a bandeja e, precipitando-se, correu disparado em perseguição do roedor, esquecendo-se dos seus afazeres, esquecendo-se do seu trabalho diário, tão admirado por todos.

Isto é, na hora de se assumir, veio ao de cima a sua condição de gato igual a qualquer outro.

É verdade que a memória de uma pessoa não é, não se assemelha a um qualquer armazém de relém, mas ainda assim, muitos de nós não nos esquecemos que o rapto, o sequestro, a pilhagem — apesar da actual postura e discurso de alguns dos seus dirigentes — foram num passado recente (e talvez ainda sejam), a característica de actuação da Renamo, um pouco por todo este país.

POR muito justas que sejam as reivindicações dos amotinados da Renamo, não há nada, mas absolutamente nada, que justifique o caminho tomado pelos homens de Afonso Dhlakama, sequestrando mais de meio milhar de pessoas, privando-as de comida, assistência médica, etc. para além da pilhagem dos seus bens.

Os factos aí estão bem à vista e falam por si. Temos para nós que a Renamo voltou ao passado. Um passado que foi tenebroso, mas que todos nós pretendíamos esquecer. Infelizmente, com situações como a de Dombe, isso não está a ser possível.

domingo

O reencontro histórico

A QUILO que era um sonho de anos, acabou acontecendo: a reaproximação de dois povos irmãos. Mas não foi fácil.

Tudo começa com a ocupação dos territórios dos dois povos por forasteiros: os holandeses, primeiros; os alemães, depois e mais tarde os ingleses. Anos e anos permaneceram em território sul-africano. Durante anos e anos impuseram as suas vontades sobre povos com vontades próprias obviamente.

Do outro lado, do lado de cá, foram os portugueses que durante muitos longos anos, impuseram as suas vontades às dos moçambicanos.

Algo em comum nos dois lados: os ocupantes mantiveram divididos, separados os dois povos entre e entre si.

A conquista da independência política na África do Sul era um ponto de partida para a reaproximação dos dois povos. Mas, ao contrário do que se esperava, um período indesejável, negro, começou: o "apartheid". Um regime que só viria a terminar, há apenas quatro, cinco anos.

A conquista do poder por Nelson Mandela e pelo ANC representaram como que uma correcção de um erro histórico, como que a reposição da

verdade histórica.

Do lado de cá, a independência política significou, de facto, um grande ponto de partida para o reatamento da história dos povos separados pela invasão estrangeira. Foi uma ousadia enorme que custou um preço bastante alto. Um preço que ainda hoje se pode verificar, quer do lado de cá, quer do de lá.

E a vinda de Nelson Mandela, o Presidente da República África do Sul, mais não pode significar um acto que formaliza, que simboliza, o reencontro histórico de duas nações: a sul-africana e a moçambicana.

Foi, na verdade, um momento ímpar, importante na História dos dois povos. O que importa é que se intensifique a convivência entre os povos, é que trabalhem mais juntos, é que juntos enfrentem os desafios do futuro. Desafios que não são poucos, nem minúsculos. Há ainda que enfrentar a batalha económica, principal "handicap" para a autonomia plena das nações. E é como diz Nyerere, a união faz a força.

É de saudar e louvar a coragem de Nelson Mandela: com avião e hotel para seguir para Londres, preferiu vir a Maputo. Não é por acaso esta escolha. É um gesto que demonstra que Mandela e o ANC — e o povo sul-africano que confiou nos dois — privilegiam efectivamente o relacionamento com o povo moçambicano. É a manifestação de uma predisposição de corrigir um erro histórico.

A recepção que Mandela teve parece igualmente indicar esta predisposição. Não se pode dizer que tenha sido óptima, não podia ser melhor num momento de grande agitação política que o país vive, mas foi uma recepção boa, elucidativa da vontade que afinal existe e sempre existiu.

Espera-se que o passado tenha, de facto, passado.

domingo

Quem semeia ventos colhe tempestades

Quem semeia ventos colhe tempestades! Ninguém que semeia grãos de milho vai colher arroz! Por outras palavras, o futuro será tudo aquilo que preparamos, que estamos a semear hoje.

O ditado não é extemporâneo, os motins dos militares do Governo confirmam que tudo o que foi conseguido, que foi estabelecido a partir do Acordo Geral de Paz, assinado em Roma, não confirma as expectativas dos moçambicanos para o alcance de uma paz duradoura e, como se queira, eterna!

A paridade com que foi colocada a posição do exército governamental ao lado dos guerrilheiros da Renamo resulta, logo à partida absurda. Foi a repetição da visão estrábica de governação atribuída à Frelimo em 1975, na qual, o escangalhamento total e completo do aparelho estatal colonial e fascista, resultou na destruição de vias úteis e necessárias para qualquer aparelho de Estado se posicionar perante os cidadãos, e exigir deles direitos e deveres.

Os militares amotinados exigiram desmobilização imediata. Tarefa fácil para os homens da ONUMOZ, que correram para Machava de autocarros para evacuar os soldados.

Era preciso ter em conta que os militares agrupados nas hostes do Governo, não eram de modo nenhum homens que envergavam farda das FAM/FPLM por identificação ideológica, eram homens que assumiram, independentemente das circunstâncias, a missão de serem defensores da Pátria, do Estado independente e soberano que é Moçambique.

São homens que passaram anos a fio nos frios da

Sibéria, nas condições delicadas dos exércitos da OTAN em Portugal e Grã-Bretanha. São homens que consentiram tudo isso com o único anseio e única responsabilidade de defender a Pátria.

MAIS do que isso, são homens que abraçaram a carreira militar com amor, que acreditaram que era possível ter uma realização espiritual, não material, envergando a farda militar moçambicana.

Os motins dos militares da 6ª Brigada de Tanque vêm a confirmar que as pressões internacionais sobre a paz em Moçambique, em muitas coisas, estão erradas. E quais coisas?

Primeiro: os homens tecnicamente formados na Infantaria, Marinha e Aviação, ainda são necessários e úteis para o país.

Segundo: esses homens são moçambicanos.

Terceiro: inutilizar essa capacidade técnica, só beneficia os interesses estranhos.

Mais grave ainda é, que tentar esquecer esse grupo de artistas militares, equivale a ter a pátria desguarnecida, não só em proveito da RENAMO, principal opositor do Governo, mas de forças estrangeiras, ávidas de dominar Moçambique.

Recordar que a intervenção dos americanos na Somália não foi em proveito dos somalis, que a intervenção dos franceses na Ruanda visou fundamentalmente estancar e inviabilizar qualquer tentativa de influência britânica. Basta ver o mapa e observar as tendências actuais das grandes potências coloniais.

Tal como há dois anos atrás, quando se discutia o Acordo Geral de Paz em Roma: queremos a paz, mas a que preço!

O ditado da primeira linha fecha este raciocínio, não teremos amanhã frutos de árvores que não plantarmos hoje.

Se semearmos ventos, vamos colher tempestades. A quem interessa o dilúvio?! Aos moçambicanos da Renamo e do Governo? Acreditamos que não.

É preciso contornar as expectativas neocolonialistas e de incitação à guerra que as potências ocidentais trazem à África para manter e justificar o seu presente de estabilidade e de sucesso económico. É tudo.

domingo

As coligações

TRÊS meses, sensivelmente, é o tempo que nos falta para chegarmos a um momento sem paralelo na história do país: as eleições multipartidárias, por um sufrágio directo e secreto.

A semana que passou deu a entender algumas das agitações que se vivem nos bastidores, alguns dos frenesins, diríamos melhor. Normalmente, em qualquer processo democrático multipartidário, quando se aproxima o período do escrutínio, tanta agitação, tanto nervosismo, tanta conspiração nos bastidores tem lugar.

Os últimos dias confirmaram este facto.

Aí está: temos como certa a coligação de três partidos, o PALMO, o PANADE e o PANAMO, e daí nasceu a União Democrática.

Pensando sem a cabeça da Frelimo, nem da Renamo, os principais favoritos, segundo algumas sondagens, dir-se-ia que a ideia não é de todo má.

Lá diz o velho ditado que a união faz a força. De facto, estes partidos que se coligaram e mais outros que se vierem a juntar, só têm a ganhar com a ideia. É que os simpatizantes do PALMO sozinhos são como que uma gota num oceano, os simpatizantes do PANADE serão, talvez, meia gota um oceano e idem para os simpatizantes do PANAMO — e aqui diga-se em verdade que pouquíssimas pessoas sabem da existência do tal PANAMO.

E três gotas no oceano não chegam, efectivamente, a ser grande coisa, mas chegam a ser alguma coisa que tenta atralhar uma pequena onda.

Mas, mais do que simples coligações, o que importa é que se reflecta, com frieza, no significado destas

coligações. Escrevia muito recentemente um jornal europeu que é pouco claro o que diferencia os partidos políticos moçambicanos. E ia muito mais longe dizendo que mesmo o que diferencia a Frelimo e a Renamo era obscuro, pelo menos ao nível do discurso oficial. Todos os partidos dizem defender a democracia, os direitos humanos, as liberdades individuais e a economia de mercado.

O que importa é que, ao invés de se coligarem apenas para derrubar a Frelimo no poder, é que se coliguem, para, de facto, resolverem os problemas reais do povo. É que se coliguem para que a democracia que bateu à porta dos moçambicanos seja uma democracia genuína, que tenha como base um mínimo de sentido patriótico.

UMA PALAVRA A PALANGE

NA tomada de posse do secretariado-geral da força de coligação, o vice-presidente do Palmo, Dr. António Palange, proferiu um discurso que, no mínimo, nada tinha de patriótico.

Disse ele — esperemos que com o coração do que com a cabeça — que a situação que vivemos agora resulta da falta de capacidade de nos governarmos nós os moçambicanos. Foi muito mais longe ao dizer que quando Portugal esteve prestes a entregar o poder dizia que os moçambicanos não eram capazes de se governarem e que vivemos é o que é a confirmação dessa convicção.

Que triste!

Como é que um moçambicano que não acredita nas suas próprias capacidades de governação se pretende um líder político? Ademais, é um dos que estão de malas aviadas para a Ponta Vermelha!... Não são dirigentes desta estirpe que interessam ao país. Como é que pode ser um líder político um indivíduo que pensa que devíamos importar pessoas para nos dirigir porque somos incapazes de nos dirigirmos?

Que fazer? São as virtudes da nossa oposição!

domingo

Homenagem do domingo

A cerimónia de desmobilização, ou passagem à disponibilidade, de altos oficiais das Forças Armadas de Moçambique, FPLM, encerra um capítulo não apenas das Forças Armadas, mas da História política do país. No Estado-Maior General das Forças Armadas, com o Supremo Magistrado da nação, à frente, compareceu, no dia 12, um conjunto de homens que se confundem com a História de Moçambique, que a carregam dentro, que a escreveram e a compartilharam. Homens que lutaram pela libertação do nosso país, numa altura em que poucos acreditariam na sua vitória, homens que se sacrificaram por um ideal de liberdade, só conseguível através da independência total e completa. Homens que suportaram sacrifícios, por vezes acima do que pareceria humanamente consentido, com uma ideia fixa: devolver a dignidade ao homem moçambicano.

domingo quer prestar-lhes homenagem e quer exprimir-lhes o sentimento de gratidão da maioria dos nossos compatriotas por tudo aquilo que eles protagonizaram. Trata-se de uma geração que edificou os alicerces para a construção da obra comum: transformar Moçambique num país desenvolvido, em que os

seus filhos vivam a tranquilidade na paz, inserindo-se no concerto dos povos que lutam pela dignidade humana.

E STES homens que, certamente, cometeram muitos erros, não são deuses, demonstraram, mais uma vez, o seu apego a Moçambique, que vivem acima de tudo. Na hora em que a Pátria, dilacerada por guerras intestinas, que matou muitos dos seus filhos, que destruiu bens e haveres, que semeou a fome e a desgraça, lhes pediu, em nome da paz, para se retirarem dos postos que, por direito próprio, haviam conquistado, já que arautos da última hora os reclamavam como condição para a paz, vestiram-se de gala, bateram continência e disseram: "O lugar é vosso, a Pátria é de todos. O importante é viver em harmonia".

N ÃO se trata de uma retirada. Trata-se, isso sim, de captar os ventos da História, com a mesma acutilância que os sentiram quando se lançaram na gesta da independência. Partem para outras missões, alguns para a reforma merecida, a gozarem a felicidade de verem filhos e netos a viver num país livre.

H AVERÁ por aí muita má língua a badalar suspeitas e a tentar alimentar ódios e maquereças. São línguas medíocres, cobras rastejantes, incapazes de olhar para o sol.

C OMEÇAMOS a construir um novo capítulo da nossa História, com umas Forças Armadas submetidas ao poder civil e às leis emanadas da Assembleia da República; como acontece nos países do mundo que adoptam o nosso sistema político. Umas Forças Armadas que se querem prestigiadas, porque elas são não apenas o garante da soberania mas, também, o pano de fundo em que assenta a tranquilidade nacional.

domingo

Parabéns UEM!

A UNIVERSIDADE Eduardo Mondlane graduou, no ano lectivo 1993/1994, perto de cento e cinquenta estudantes. Sem dúvida nenhuma que se trata de uma alegria para o país, para todos os moçambicanos. Trata-se de quadros para o país, formados no país, dentro das dificuldades astronómicas que todos nós sabemos, que o país enfrenta. E naturalmente são problemas que a própria Universidade enfrenta:

São mais quadros de que o país passa a dispor. São 34 médicos que o país passou a ter; são mais 46 engenheiros que o país passa a ter; são mais oito economistas que o país passa a ter; são mais juristas que o país passa a ter. Uma grande alegria, um grande orgulho, sobretudo quando sabemos que de mais médicos é o que o país precisa; de mais engenheiros é o que o país precisa; de mais economistas e juristas é o que o país precisa. E muito.

Constitui tamanha satisfação ainda quando trouxermos à memória notícias bem recentes sobre a vida daquela instituição. Pelas nossas páginas passaram notícias tristes indicando que algumas faculdades da UEM poderiam fechar por falta de fundos para funcionamento. Outras iam mais longe ao indicar que faculdades como a de Economia — escusado será dizer que de capital importância para o país — estavam na iminência de fechar as portas em consequência da tal crise.

E de repente aparece a boa nova: UEM gradua 148 estudantes!

Nem de tristezas vive a Universidade. Nem de tristezas vive o nosso ensino. Nem de tristezas vive o nosso povo.

Por isso, dizemos: está de parabéns a Universidade Eduardo Mondlane, está de parabéns o nosso ensino; estão de parabéns, como não deixaria de ser, todos os graduados.

TODAVIA, o facto de estarmos de parabéns todos nós — povo moçambicano — não quer dizer que deixemos de reflectir um pouco sobre as nossas vitórias.

É que, de facto e infelizmente, o número de 148, sendo um número considerável, não parece ser condigno ou proporcional ao número de estudantes que a instituição comporta. Para um efectivo de mais de quatro mil estudantes, é um pouco incompreensível que apareça, ao fim de tantos anos, apenas centena e meia de graduados.

O que se sugere é que, ao mesmo tempo que comemoramos as nossas vitórias — pequenas mas saborosas — tentemos ver se é possível fazer um pouco mais; que se tente ver as causas de tamanha disparidade, se bem que efectivamente o seja.

A formação de um estudante superior é muito cara. Sendo assim, não é certamente desejável que se perca tanto dinheiro para no fim o resultado ser se não mau, mas medíocre.

Mas este pequeno facto não retira a alegria que sentimos em ter mais técnicos superiores ao dispor do país. Quanto mais não seja que a guerra que se iniciou em Roma com a assinatura do Acordo de Paz não é muito menos dura e exigente que aquela de armas que lá terminou. Agora a guerra chama-se reconstrução do país. E um país não se reconstrói com soldados armados, nem com um exército. Mas com engenheiros, com médicos, com cientistas de quase todo o campo do saber.

Está de parabéns Universidade Eduardo Mondlane!

domingo

Uma feira oportuna

A capital moçambicana acolhe, desde ontem, um acontecimento extremamente importante para a vida do país. Trata-se da feira internacional de, que este ano coincide com a sua trigésima edição.

É um acontecimento de extrema importância para o país por razões mais do que óbvias: o país acaba de sair de uma guerra devastadora que o levou para o deprimente lugar de mais pobre do mundo. Por outras palavras, a economia do país é da mais débeis que se conhecem no mundo.

Extremamente importante porque o país se encontra, agora, numa tarefa gigantesca: reconstrução nacional; reconstrução da sua economia, das suas infra-estruturas e reconstrução social.

Sendo o país incapaz financeiramente para por si próprio levantar-se, nada mais importante e apropriado que uma feira onde perfilam as potencialidades do país, onde investidores de diferentes quadrantes fazem representar-se, à procura de áreas de interesse para mais negócios.

A nossa esperança, é que, de facto, nesta feira se consiga mais investidores, tanto estrangeiros como nacionais, que ajudem verdadeiramente

nesta grandiosa tarefa que é a reconstrução do país. A nossa esperança é que a realização deste evento tenha como efeitos a catapultação da nossa economia que, segundo economistas, está a crescer consideravelmente.

Mas este evento reveste-se de mais importância ainda quando tomarmos em consideração que se realiza em paralelo com a quinta edição da feira dos países membros da Área de Comércio Preferencial (PTA). Trata-se da última feira desta organização, pois a próxima, daqui a dois anos, provavelmente venha a ser feira da COMESA.

São 19 países que participam nesta exposição. São 75 empresas que marcaram presença na mostra. São números que, não sendo grandes, encorajam; pode esperar-se que num futuro próximo investidores respondam ao convite.

Nota de realce particular é o facto de esta instituição estar a assinalar 30 anos de existência. Trinta anos, na vida de um indivíduo pode não significar muito; mas quando se trata da vida de uma empresa, é algo que merece menção particular. Quanto mais não seja que esse tempo foi dedicado à economia do país.

É precisamente por esta razão que a Feira Agro-Comercial e Industrial, merece uma saudação especial e um voto de confiança para que continue com esta tarefa de atrair investidores para Moçambique.

Bem haja FACIMI!

domingo

Boutros Ghali: onde está a prudência?

PARECE que o Secretário-Geral das Nações Unidas, o Sr. Boutros Ghali, está a tomar partido sobre a formação do Governo moçambicano a sair das eleições de Outubro. Evidentemente que o Sr. Secretário-Geral não conhece em profundidade o xadrez político moçambicano. Segue, sem dúvida, as opiniões dos seus conselheiros mais próximos que, neste particular, são os altos dirigentes da ONUMOZ, facto que não o iliba de responsabilidades.

CLARAMENTE devemos dizer que Boutros Ghali exorbita das suas competências que se afasta da prudência requerida a quem desempenha um tão alto cargo. Não há dúvida que a Renamo se tem batido por um Governo de unidade nacional, ou seja, um Governo em que entrem todos os partidos. Para que não fiquem, como diz Afonso Dhlakama, os vencedores para um lado e os vencidos para o outro.

ESTRANHAMENTE, a comunidade internacional mais representativa no caso de Moçambique vem apoiando a posição da Renamo, de querer estar no Governo, com ou sem eleições.

Trata-se de uma comunidade internacional que se bateu para que em

Moçambique fosse instituído um regime pluripartidário à semelhança do que acontece nos seus países e, agora, contra o que acontece nos seus países, faz todos os esforços para ver todos os partidos, sobretudo a Renamo, no Governo.

Vigilância que, para ser eficaz, tem de ser exercida por uma oposição forte e atenta.

OS representantes desta comunidade, já que continuam com o vício de intervir na vida política moçambicana melhor fariam

se fizessem a pedagogia da oposição, ou seja, o que a oposição representa num Estado democrático e a sua necessidade imprescindível para a construção desse Estado. Em vez disso, a comunidade internacional acha, como Afonso Dhlakama, que ser oposição, ainda que forte e digna, é humilhação para quem a exerce.

domingo desejaria ver em Moçambique um Governo forte encarregado de cumprir e executar as leis saídas de um parlamento, onde a oposição se manifeste com vigor. Um Governo a cumprir o programa traçado, convenientemente vigiado pela oposição. Um Governo que não pode dormir sobre os louros da vitória alcançada nas eleições, porque sabe que tem holofotes a clarearem para a praça pública as suas atitudes.

SE entrarmos no Governo de unidade nacional, do agrado de Boutros Ghali e companhia, a crítica tão necessária nas sociedades democráticas vai, mais uma vez, ser abafada. Vai inviabilizar-se também a possibilidade de alternância no poder.

Acontece até que os programas dos partidos, daqueles que já os elaboraram, são muito semelhantes. Não há contradições de fundo. O que é necessário é aplicá-los com a vigilância que se impõe.

N.R. Este editorial está a ser repetido porque na semana passada saiu sem algumas linhas. Pela falha técnica, as nossas desculpas

domingo

O cargo de chefe da oposição

TEM-SE falado muito, entre nós, em Governo de unidade nacional: são alguns partidos da oposição, com destaque para o Renamo, são dirigentes de alguns países da comunidade internacional e até Boutros Ghali já foi levado a dar a sua opinião, metendo, claramente, a mão em sears alheia. Não se tem posto em relevo bastante a função que desempenha a oposição na construção de um Estado democrático. Estado democrático que tem como finalidade criar condições públicas para que o cidadão possa desenvolver-se de acordo com as exigências do tempo em que vive e do espaço que habita.

Não se tem feito a pedagogia da oposição, enaltecendo a sua importância. Desde o Cardinal D. Alexandre a Alfonso Dhlakama, passando pelos mentores internacionais mais directamente ligados ao processo, fazem entender que a não entrada para o Governo envolve humilhação e vencido.

domingo nunca teve este entendimento, nem nunca favoreceu semelhante maneira de pensar. É, por isso, que, depois de reunidos os seus quadros dirigentes e haver discutido o tema de como prestigiar em concreto a oposição, resolveu lançar para o debate a criação do cargo de "Chefe da Oposição", com funções e privilégios inerentes. Enquadrado na estrutura do Estado, poderia ser colocado, em termos de representatividade nacional, logo a seguir ao primeiro-ministro.

A criação deste cargo seria um sinal visível da vontade democrática de quem preside ao regime. Seria a demonstração clara, feita em termos institucionais tangíveis, da necessidade da oposição em Moçambique e da importância que se lhe concede. Seria contributo decisivo para acabar com as mentalidades daqueles que pensam que o prestígio resulta apenas de se pertencer ao Governo. O presidente da República é o símbolo e garante da unidade nacional. O chefe da oposição seria o símbolo e, até certo ponto, garante do direito à diferença, pertencendo-lhe, como tarefa prioritária, insistir à vigilância e focalização dos actos do Governo, vetando, mais directamente, pela preparação de um governo alternativo que possa convencer, mais tarde, o eleitorado, a sufragá-lo, participando, com destaque, em todos os factos do ceremonial nacional significativo.

O cargo de chefe ou líder da oposição pertenceria ao presidente do partido mais votado.

A nossa História não nos habituou a considerar a oposição, já que se tem desenvolvido em instituições politicamente monocoloras. Não se pode construir um Estado democrático sem oposição representativa das diferenças e interesses diversificados no conjunto da sociedade. Só assim tem sentido falar em reconciliação nacional. Reconciliação de todos um todos não é colocá-los todos na mesma mansão. Opais tem muitas mansões que necessitam de ser geridas. Reconciliação é encontrar a forma de conciliar interesses, sem fingir que não há diferenças profundas, porque as há. Dá impressão, por vezes, que temos da natureza humana um conceito, até certo ponto angélico: todos somos bons e para isso temos que nos sentar à mesma mesa, que é, como quem diz, entrar todos para o Governo.

Acontece, porém, que a natureza humana não é angélica, que somos carregados de defeitos, fundamentalmente egoístas, mais preocupados com os nossos interesses que com os dos restantes companheiros de viagem. É por isso mesmo que a oposição deve existir, digna, actuante e vigilante, dotada de meios para exercer com eficiência o seu papel

Que é de primeiro plano.

domingo

Evitar violência

HOJE é 25 de Setembro de 1994. Todos os moçambicanos sabem o que é que significa a data. O início da luta de libertação nacional.

Lamentavelmente, este ano — esperamos que seja apenas por este ano — não está a ser devidamente assinalado. É que aquilo que aconteceu a 25 de Setembro de 1964 situa-se acima de todos os interesses e de todas as ideologias de qualquer moçambicano. É um acto patriótico aquele que teve lugar em Chai.

Bem vistas as coisas, até se poderia ter feito algum arranjo no calendário, por forma a que uma data tão importante para a história do país não coincidissem com o início de uma agitação política à escala nacional. Mas, paciência!... as coisas estão como estão.

HOJE é o quarto dia da campanha eleitoral. Uma apreciação "à priori" permite dizer que, no cômputo geral, o comportamento dos concorrentes é positivo. Esperamos é que assim se mantenha até ao fim.

Nota negativa vai, indubitavelmente, para os simpatizantes ou militantes do Partido Frelimo e da Frente da Acção Patriótica que, pelas suas próprias mãos, tentaram resolver aquilo que lhes pareceu uma provocação.

Foi relatado na Imprensa que, nalgum dos bairros da capital do país, elementos daquelas duas formações políticas se envolveram numa xicha, num local onde decorria

uma reunião de simpatizantes ou membros da Frelimo.

Era uma situação perfeitamente evitável, a cidade tem demasiado espaço por onde se podem colar tantos cartazes quantos se quiserem. Apelamos que se evitem situações desta natureza; se uma formação política ou candidato ocupou determinado local da urbe, outros que encontrem outros que há em demasia.

COM efeito, este procedimento não pode, de forma alguma, justificar a atitude dos simpatizantes ou membros da Frelimo. Se há falhas no sistema, há mecanismos apropriados montados para saná-los; que sejam usados.

Imagine-se que, à escala nacional cada simpatizante de cada partido existente na praça resolvesse solucionar com as suas próprias mãos dificuldades ou problemas que apreessem!... seria um autêntico caos.

NOTA negativa merece igualmente a atitude protagonizada por simpatizantes e/ou militantes da Renamo na Zambézia, de prenderem e espancarem um jornalista e um responsável. Não por se tratar de um jornalista e de um responsável, mas por se tratar de cidadãos.

Somos contra a violência, seja qual for a sua origem, sobretudo quando se está numa situação em que se pode evitar com muita facilidade.

É preciso que os nossos políticos pensem que o compromisso que publicamente assumem merece o devido respeito, não é mera declaração que se pode ignorar quando cai o apetite. Causa indignação e perplexidade diante deste povo que se assine um compromisso de não à violência e de não à promoção de actos que levem à violência e volta e meia constatar-se exactamente tais actos.

Eleições em paz, sim. Não à violência.

domingo

Dois alarmes vindos da Zambézia

ZAMBÉZIA. Dois factos políticos de inegável importância emergiram esta semana a partir da província da Zambézia, como que a recordar-nos da importância inequívoca que aquela província assume no xadrez geo-político nacional. Não foi por acaso que isso aconteceu. Os deuses não se juntaram a uma mesa e decidiram que os dois factos mais importantes politicamente haveriam de ter como palco a Zambézia. E os protagonistas, a Renamo e a Frelimo. Demasiada coincidência. Mas vamos por partes.

O PAÍS e os moçambicanos viveram na passada quarta-feira momentos de grande ansiedade e sobressaltos com as declarações do presidente da Renamo, Afonso Dhlakama, de que os seus generais poderiam recolher a Maríngué, em sinal de protesto pela ausência de condições para uma vida militar condigna no Hotel Turismo onde a maioria se encontra hospedada.

Não foi a denúncia ela própria, ou o seu conteúdo, nem a verdade que ela encerra que espantaram o país, mas sim o momento escolhido, em plena campanha eleitoral; foi a forma considerando os oficiais não pertença das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, mais parecendo reivindicá-los antes para a Renamo, como sua propriedade e desse modo tornando mais frágil o já fragilizado cordão que une os dois corpos que antes se repeliam.

Foi um mau serviço para o país. O próprio Dhlakama sabe-o bem: Se, de facto, o que pretendia era testar a pulsação dos moçambicanos, então sabe, agora, que a nossa tensão aumentou assustadoramente com aquela intervenção. É que todos nós, moçambicanos, já não

aguentamos ouvir falar de um retorno à guerra. E aquela intervenção a partir da Zambézia mais do que visionar uma manobra oculta da Frelimo, que terá metido os generais da Renamo em hotéis sem armas de defesa pessoal e sem qualquer protecção para, a exemplo do que Dhlakama diz do que ocorreu em Angola, mais facilmente os aniquilar, muito mais do que isso — dizíamos — Dhlakama como que, levantou de novo o espectro de um retorno à mata de um regresso à guerra. Para quê?

Por acaso a reivindicação em questão até tem a sua razão de ser. Um hotel não é (e não será nunca) o melhor sítio para albergar militares. Só que as coisas demoram o seu tempo e, em Moçambique, já é uma cultura o que noutros países demora uma semana no nosso caso pode levar uma eternidade. As casas que os oficiais superiores que eram da Renamo exigem há muito que estão na "ordem do dia" para a sua solução. Eles próprios sabem-no bem. Mas então o porquê do alarido vindo da Zambézia? Simples desejo de "agitar" as massas? Outra forma de pressionar? Trunfo político em momento de campanha? Talvez tudo isto um pouco. Só que é mau!

O OUTRO acontecimento de vulto que teve como epicentro a província da Zambézia foi o da falsa bomba na residência oficial do Presidente da República.

Foi um outro momento de desespero nacional. Até ao desmentido oficial de que a suposta bomba encontrada nos aposentos do Presidente da República não passava de material de gravação e reprodução de fitas áudio, o país permaneceu suspenso com a ideia de que houvera um atentado à vida de Chissano, o que até levou o líder da Renamo a produzir uma interessante declaração sobre o assunto. Mas tudo isto traz água no bico.

Será que antes de gritar bomba na casa do Chissano a segurança não podia ela mesmo ter efectuado uma melhor busca em torno do objecto em causa sem alarmar as hostes? Mesmo recorrendo aos homens da ONUMOZ e/ou especialistas da PIC em engenhos explosivos visando poupar-nos esta situação, tudo isso teria valido a pena. Esta (mais esta) inventona é uma dura provação aos nervos (de aço) do bom do moçambicano.

Mas não há dúvida que a história parece mal contada. Até dá a sensação de que houve de facto bomba e que não há é o interesse de dar prosseguimento ao problema. É que ninguém pode conceber que a segurança de um Chefe do Estado não consiga distinguir mesmo à primeira vista uma bomba de um simples aparelho de xerocopiar documentos, mas enfim.

domingo

Por uma melhor postura cívica

DE todos os quadrantes chovem apelos e exortações para que o povo se mantenha calmo. Quietos. Não adira a provocações. Não alinhe em loucuras nem se deixe embriagar pela "quentura" dos ânimos exaltados dos políticos. Todo o mundo se foi aguentando como pôde. Até que chegou o dia...

Felizmente que se contam pelos dedos de uma só mão as vezes em que alguns quantos não foram capazes de conter os nervos, e, saltaram para cima de outros. O que se lamenta.

Democracia é tolerância, é o viver lado a lado com os que não possuem das coisas a mesma opinião que nós; é o direito à diferença.

Não passa pela cabeça de ninguém admitir, por hipótese absurda, que toda aquela imensa massa de gente que frequenta os estádios de futebol sejam todos do Costa do Sol. Há-os do Maxaquene. Do Ferroviário. Do Desportivo. Do Muahivire. Do Chingale. Do Nova Aliança da Maxixe. Do Munhuanense Azar. E outros. É um direito. Um direito consagrado na Constituição. O direito à diferença.

Se todos nós pertencéssemos a um e ao mesmo clube, o futebol não teria o impacto que tem. Não seria o desporto-rei que é em todo o mundo. O futebol ganha a sua raiz, a sua génese na adversidade, na confrontação salutar, na luta para se encontrar um vencido e um vencedor de uma partida, em suma, o melhor.

EXPERIMENTE, você leitor, substituir aqueles clubes pelos partidos políticos. No lugar do Costa do Sol ponha por exemplo o PCN. Do Maxaquene o PIMO. Do Ferroviário o Partido Trabalhista. Do Desportivo a Aliança Patriótica. Do Chingale a Frelimo. Do Nova Aliança da Maxixe a Renamo. Veja, agora, se teria alguma piada que todos nós fôssemos adeptos do PT. Claro que não teria.

A democracia é o regime das leis. Diferentemente da ditadura, que é o regime dos homens. Naquela os homens devem cultivar certos predicados, adoptar outros valores como sejam a tolerância, o poder de encaixe, a habitação de conviver com os que têm opinião contrária à nossa, etc, etc.

Atirar pedras aos simpatizantes de outros partidos será tudo menos tolerância. Vaiar, apupar, rasgar cartazes de outras formações políticas, recorrer-se a outras formas de violência será, igualmente, uma forma pouco democrática de um democrata se manifestar.

Num processo incipiente, onde todos nos achamos no patamar da aprendizagem democrática, terá cabimento um apelo no sentido de todos adoptarem uma postura mais compatível com um povo que, até há pouco tempo, era justamente reconhecido como um povo pacífico, tolerante e com grande maturidade política.

CADA um dos moçambicanos, individualmente, deverá saber que a manutenção da paz no país passa, entre muitos aspectos, pela sua própria actuação. Uma actuação que se pretende consciente, como forma de evitar a guerra. Uma campanha eleitoral não é propriamente uma guerra. Por isso, os fortes (ou aqueles que assim se julgam) devem respeitar os fracos. Na democracia a força reside essencialmente no voto. Se alguém pensa e acredita que é forte deve, então, esperar por melhor oportunidade para o demonstrar.

Haja bom senso. Única forma de assegurarmos uma correcta entrada no seio das nações democráticas. Se todos estivermos determinados, podemos ganhar mais esta batalha: a batalha da transição para a democracia. Sem guerras.

domingo

Estatuto da oposição

A campanha eleitoral está prestes a chegar ao fim e, diga-se, em abono da verdade, que se compararmos o seu desenrolar com acontecimentos do género acontecidos noutros países rodados em semelhantes andanças, até que estamos de parabéns. Falou-se duro, fizeram-se denúncias, pronunciaram-se acusações mais ou alguns menos carregadas de emotividade, verificaram-se exageros verbais, tudo normal neste tipo de torneios, onde faltam árbitros para mostrarem, atempadamente, o cartão amarelo ou vermelho.

Os moçambicanos começam a habituar-se a ver os políticos a implorar votos e a prometer realizações concretas para o caso de votarem neles. O político começa a aparecer como um funcionário ao serviço do povo do qual depende. Começa a aparecer já não protegido pelas paredes espessas de um palácio guardado por sentinelas adequadamente armadas, mas a habitar um palácio com paredes de vidro com toda a gente a olhar lá para dentro para ver o que está a fazer. Além, do mais, o povo vota em personalidades a quem confere a missão expressa de vigilância e crítica. É a oposição que num Estado democrático, faz parte integrante das suas estruturas, sem a qual não pode funcionar.

O Presidente Chissano já afirmou ser favorável à criação de um lugar especial para o chefe da oposição, ou seja para o segundo candidato mais votado. Em diversos países de regime pluripartidário, o chefe da oposição ocupa o terceiro lugar na hierarquia do Estado, com salário igual ao do Primeiro-Ministro e

consequentes benesses.

NO entanto, entre nós, ainda não foi abordado o estatuto da oposição com representação parlamentar. Evidentemente que esta oposição vai desenvolver a sua acção sobretudo no quadro da Assembleia da República. Necessita, porém, de meios materiais para poder desempenhar a sua função com eficiência.

A nova Assembleia vai ter composição e papel muito diferentes das anteriores vai reunir com muito mais frequência, vai colaborar mais activamente na feitura das leis e na vigilância dos actos do Executivo e tem por obrigação trazer os problemas dos seus representados até à sala parlamentar.

Em termos, muito terra-a-terra, é de perguntar: já se estudou o salário do deputado? Quanto é que ele precisa para viver decentemente em Maputo e poder desempenhar capazmente a sua missão? Quais os seus direitos e deveres?

POR outro lado, qual a percentagem do Orçamento Geral do Estado que vai contemplar os partidos, sejam eles do Governo ou da oposição? Evidentemente que esta percentagem deve ser proporcional ao número de aderentes que é, como quem diz, à sua implantação real no terreno. Assim se evitariam, inclusivamente, muitos dos aventureirismos a que estamos cansados de assistir com candidatos ineptos para não dizer risíveis. O estatuto da oposição está directamente ligado à manutenção da paz em clima democrático. A oposição ou oposições necessita de sentir que tem condições de segurança e tranquilidade.

domingo, que já se bateu contra o governo de unidade nacional, muito antes da discussão haver atingido as ribaltas da política, que defendeu a criação de um lugar especial para o chefe da oposição, antes de Joaquim Chissano haver reconhecido a importância de tal gesto, entende que é chegada a ocasião de propor aos políticos demasiado embrenhados na campanha eleitoral, que pensem, a sério, em estruturar condições que permitam no futuro, uma oposição digna e não mendigante, com estatuto negociado e claro.

domingo

Os equilíbrios no jornalismo

CAMPEIA por aí, uma ideia, segundo a qual o jornalista deve preocupar-se nas suas reportagens ou notícias, em equilibrar as estórias que conta. Por exemplo: Se a Frelimo faz 20 comícios em Gaza e a Renamo apenas um, o jornalista deve relatar apenas um comício da Frelimo e outro da Renamo. Por uma questão de equilíbrio ou imparcialidade.

Esta teoria tem vindo a ser ensinada em alguns seminários realizados em Moçambique por jornalistas preocupados com a actuação de uma determinada linha política definida em algumas chancelarias, que entendem que para o bem da paz, em Moçambique, seria desejável que houvesse equilíbrio entre a Renamo e a Frelimo.

domingo não se pronuncia sobre a conveniência ou inconveniência desse equilíbrio. Condena, no entanto, a posição dos jornalistas que defendem esse tipo de tese.

Ojornalista é uma profissional, com uma finalidade específica: é um contador de estórias, servindo-se de metodologia adequada, universalmente admitida nas melhores escolas, que, felizmente, já são muitas. O

jornalista não é um político na acepção técnico-profissional da palavra. É um homem que carrega consigo as preocupações e anseios da Humanidade, que os radiografa, que os descreve, que conta os factos e episódios que se vão desenrolando por esse mundo fora. Se a realidade se apresenta desequilibrada, é sua missão traduzir o desequilíbrio naquilo que escreve e escrever que há, também, quem não deseje esse equilíbrio.

teoria do equilíbrio mina os fundamentos

Ado jornalismo. Pretende transformar os jornalistas em porta-vozes dos políticos profissionais, espécie de canais impermeáveis ao que se passa debaixo dos seus olhos. Altifalantes de um qualquer poder. O jornalista deve ser o mais possível independente, mas esta independência, para que o seja na realidade, para que assuma um carácter objectivo, tem de estar amarrada aos factos. De contrário, perde-se no subjectivismo com aparência de imparcialidade.

Neste ponto, o jornalista tem de ser muito firme, porque vai ouvir, com certeza, da boca dos corifeus do equilibrismo, que ele está alinhado com as estórias que relata, quando estas estórias não convêm ao desígnio dos políticos.

Quando tal acontecer o jornalista deve introspeccionar-se e verificar se o catalogam porque deu relevo a um acontecimento relevante, ou porque reduz os acontecimentos relevantes a meros episódios sem interesse, só porque isso vai inserir-se nas suas convicções ideológicas.

domingo

Não somos República das Bananas

MOÇAMBIQUE, apesar de país pobre, não é propriamente uma "república das bananas" em que cada qual pode agir a seu bel-prazer. Há leis em vigor que devem ser respeitadas e há um ordenamento jurídico para resolver conflitos.

Alonso Dhlakama, que ainda não foi capaz de perceber o que é a democracia, ele intitula-se seu pai, como se o criador da democracia não fosse o povo, começou por agir fora da lei ao estar-se nas tintas para toda a legislação que enquadra o acto eleitoral.

Segundo a lei, compete à Comissão Nacional de Eleições superintender no acto eleitoral, devendo conformar-se com a Lei Eleitoral para cuja elaboração concorreu, também, a Renamo. Toda e qualquer queixa deve ser atempadamente apresentada a esta Comissão, podendo, em caso de discordância, recorrer-se para o Supremo Tribunal Eleitoral, composto de juizes nacionais e internacionais, todos eles pessoas de reputada ciência e credibilidade nos seus países, homens probos e íntegros.

Quanto à CNE, deve sublinhar-se que as suas decisões são tomadas por consenso, e que do seu elenco faz parte a própria Renamo que, inclusive, ali tem um vice-presidente, o senhor Francisco Xavier, mais conhecido por José de Castro. O Dr. Manuel Frank, que é da CNE e também da Renamo, disse, em conferência de imprensa, que a CNE não havia recebido qualquer tipo de queixa, desmentindo, assim, implicitamente, as afirmações de Alfonso Dhlakama, quando acusa a Comissão Nacional de Eleições, na pessoa de Brazão Mazula, de não haver ligado às suas instâncias.

Dhlakama, em vez de recorrer à Comissão para solucionar eventuais irregularidades, Comissão onde, repita-se, tem os seus homens, colocou-se fora da lei, ameaçou e começou por retirar-se das eleições, encenando todo um drama para envolver a comunidade internacional, a qual imediatamente se pôs em acção. Sentiu-se uma espécie de menino mimado na mão das bruxas, a suplicarem-lhe para quebrar o seu amuo.

DE facto quebrou o amuo e ameaças que, diga-se em abono da verdade, o povo não ligou, continuando a votar tranquilamente.

Entretanto, em todo este drama, trágico e cómico ao mesmo tempo, intervieram os membros internacionais da Comissão de Supervisão e Controlo. Como não podiam falar em nome da CSC, emitiram comunicado em tanto que "membros internacionais" e apareceram na conferência de imprensa a rodear o principal actor da lita. Muitos jornalistas e público em geral começaram a escrever e falar, confundindo os membros internacionais da CSC com a própria Comissão. Diz um ditado antigo que não basta à mulher de César ser nonesta, é também necessário que o pareça ser. Ora, estes senhores embaixadores, com todo o respeito que por eles temos, jogaram na ambiguidade, usaram o nome da Comissão a que pertencem, lançando, deste jeito, poeira que esconde a essência e composição da instituição. A nosso ver, usaram tal nome abusivamente.

Alonso Dhlakama diz que lhe foram dadas garantias. Não sabemos qual a sua extensão. Aquela garantia de que fala Alfonso Dhlakama, ou seja, o não sancionamento das eleições pela comunidade internacional no caso de fraude comprovada, é de tal maneira óbvia, e subentendida em todo este processo, que, só por si, não chega para explicar a satisfação de Alfonso Dhlakama, a não ser que o líder da Renamo, que confessou aos jornalistas ser muito inteligente, faça parvos de nós todos.

Talvez assim se explique, neste contexto da parvoíce, o facto de Alfonso Dhlakama se apresentar como salvador da democracia depois de ter quebrado todas as regras em que assenta esta mesma democracia, não seguindo os caminhos estabelecidos na lei, para cujo consenso de aprovação ele próprio concorreu.

Em todo este drama Alfonso Dhlakama assemelhou-se a um macaco num armário de fina loiça de porcelana, a pedir os amens da comunidade internacional e respectivas ajudas a fim de concertar a dita loiça que ele próprio havia partido.

EDITORIAL

Moçambique e a democracia

EM MOÇAMBIQUE está a passar-se um «remake» do que aconteceu em Angola.

Com uma diferença importante: a UNITA, em Angola, começou a falar de fraude depois de serem conhecidos os resultados; em Moçambique as acusações surgiram antes mesmo de os eleitores terem ido às urnas.

Essa diferença teve uma consequência óbvia: retirou antecipadamente credibilidade ao acto eleitoral.

Quaisquer que sejam os resultados, eles ficarão sob suspeita.

E, desse modo, o caminho para uma democracia formal em Moçambique fica outra vez em suspenso.

O QUE está a passar-se em Moçambique, o que se passou em Angola lança novas dúvidas sobre a possibilidade de implantar em África modelos democráticos semelhan-

tes aos que funcionam no Ocidente.

Aliás, há uma reflexão básica a fazer: se a democracia em Portugal só foi restabelecida em 1974, há vinte anos, como pretender que povos muito primitivos a adotem já sem problemas?

Como esperar que populações que em muitos casos ainda têm uma organização tribal — e que, além disso, se combatem há duas décadas — possam respeitar de um dia para o outro as regras de funcionamento de um sistema «não-natural», ou seja, que contraria os impulsos básicos do ser humano?

O que é natural, instintivo, é a luta pelo poder.

É a não aceitação da derrota.

Como explicar a populações indígenas que se devem submeter ao resultado eleitoral?

Como convencê-las de que não estão a ser enganadas?

Como impedir que, na sequência desse sentimento, se revoltem?

OS GRANDES desequilíbrios no continente africano foram provocados pelos brancos — que, com a colonização, para lá levaram culturas e formas de organização inteiramente estranhas aos nativos.

Resta saber se o modelo democrático que o Ocidente procura agora implantar em Moçambique não é mais uma ingerência, bem intencionada mas porventura de consequências negativas.

Se, na civilizada Europa, os deputados chegam a envolver-se em cenas de pugilato — como aconteceu há dias em Itália — como pretender que em África os negros respeitem civilizadamente regras que não compreendem?

Como pretender que, de um dia para o outro — por força de uma coisa tão estranha chamada «eleições» —, aceitem passar a ser governados pelos próprios adversários que ontem combatiam de armas na mão?

domingo

Vamos dar mais uma lição ao mundo

ESTA semana vão ser anunciados os resultados oficiais finais das eleições gerais multipartidárias de 27, 28 e 29 de Outubro passado. Por conseguinte, esta semana vamos conhecer aqueles a quem a maioria do nosso povo depositou o seu voto: o Presidente da República e os deputados à Assembleia da República.

Costumam dizer os comentaristas desportivos que há jogos impróprios a cardíacos. Exactamente, este é um jogo impróprio para os cardíacos. É que compreensivelmente o estado de espírito dos moçambicanos é de absoluto suspense: de tamanha ansiedade.

E, tal como acontece num jogo de futebol, é de prever que aqueles a quem a sorte lhes saiu ao contrário não consigam conter os seus ânimos. De igual modo, é de prever que aqueles que a sorte lhes sorriu, no momento do anúncio dos resultados, não consigam caber em si de contente. É de prever também que haja aqueles que não festejem a vitória, não pela alegria de terem triunfado; mas que festejam somente para irritar os que não triunfaram.

O nosso apelo vai para todos. Aqueles que foram, desta vez, bafejados pela sorte. Aqueles com o sonho adiado. Aqueles que, por uma ou por outra razão, não confiaram o seu voto em ninguém. Tal como recebemos, a 4 de

Outubro de 1992, a paz, de uma forma ordeira e sem emoções; tal como vivemos o período de campanha eleitoral, ordeiramente, sem muitas emoções, sem violência — houve aqui e acolá, infelizmente, atitudes condenáveis de violência — mas no cômputo geral, sem muitas animosidades; tal como nos dias 27, 28 e 29 nos comportámos — civilizadamente (exemplarmente, diga-se mesmo). Que saibamos, uma vez mais, comportarmo-nos como gente civilizada que nós somos, no momento da divulgação dos resultados. Que, uma vez mais, saibamos dar uma lição ao mundo: recebendo, ordeira e pacificamente, os resultados da votação.

A OS que perderam, especificamente. Apelamos que recebam os resultados com naturalidade, sem emoções, sem violência. Que se lembrem de que o terem perdido desta vez não significa o fim do processo, muito menos significa o seu próprio fim. O sistema que conduziu às presentes eleições mal começou, muito ainda dará. Que se lembrem do dito popular de que os últimos a rir, riem melhor. Até porque, mesmo não tendo conseguido assento parlamentar, continuarão a ser uma instituição no cenário político nacional, com voz e expressão.

A QUELES a quem a maioria do povo moçambicano depositou a sua confiança. Que tenham sempre em mente que o facto de a maioria do povo lhes ter confiado o poder não lhes dá o direito de se sentirem os "todo-poderosos", os donos de tudo e de todos. Que saibam dar um tratamento condigno, sério e aceitável aos que hoje não foram eleitos, que serão os preferidos de amanhã, por ventura. Que saibam valorizar os seus adversários políticos, que não são nem inferiores, nem estúpidos: simplesmente o povo não os preferiu, desta vez.

VAMOS, pois, povo moçambicano; dar mais uma lição ao mundo.

domingo

A propósito de Dennis Jett

O *domingo* publicou um texto com base num plano escrito da Renamo, cujo conteúdo divulgou, como era seu dever.

Nesse plano, não do *domingo*, mas da Renamo, incluía-se o nome de Dennis Jett, que é embaixador dos Estados Unidos da América em Moçambique. O senhor embaixador, sem curar de saber da autenticidade do texto, afirmou perante a Comunicação Social reunida que o *domingo* merecia "o Prémio Nobel da estupidez".

Não se trata de argumentação, como é óbvio. Trata-se de má educação, o que não o dignifica.

O senhor embaixador ofende-se com o *domingo* porque este semanário, no âmbito da independência que lhe é própria, critica as ingerências de Dennis Jett em política interna do nosso país. Ingerências que se revestem, por vezes, de forma grosseira, atendendo ao respeito que deve existir nas

relações entre governos de países diferentes.

BEM sabemos que os Estados Unidos têm ajudado Moçambique, o que não é de agora. Já Samora Machel teve ocasião de exprimir publicamente, perante Jornalistas nacionais e estrangeiros, que o então Presidente Reagan era aliado e amigo de Moçambique na luta contra o "apartheid": E toda a gente sabia da excelente relação entre os dois estadistas. A ajuda que os Estados Unidos vêm prestando a Moçambique, apreciável e meritória, não dá direito ao seu embaixador de se ingerir nos negócios internos deste país, como o faz constantemente o sr. Dennis Jett. Aliás, nenhum dos seus antecessores o fazia, sinal evidente de que Dennis Jett não usa o cargo, mas abusa do cargo.

DESEJAMOS sublinhar, também, que o *domingo* é um jornal livre, que não recebe orientações de nenhum poder, mas se regula unicamente pelo seu estatuto editorial, em que se consigna a independência relativamente ao poder político e ao poder económico.

É livre, como livres são os jornais nos Estados Unidos da América.

Só abusiva e malevolamente é que se podem confundir as posições de *domingo* com as posições do Governo moçambicano.

domingo

Queremos paz!

M OÇAMBIQUE e os moçambicanos vivem, no momento que passa, um dos raros períodos de tranquilidade espiritual de que há memória nos últimos anos. O anúncio dos resultados eleitorais, a semana passada — ainda que confirmando o que muitos já anteviam — como que trouxe a descompressão que todos precisavam depois de uma longa e angustiante espera.

Serenamente todos aguardamos a tomada de posse do Presidente-eleito, a entrada em funcionamento da nova Assembleia da República, a escolha e empossamento do novo Governo.

Sabe, cada um dos moçambicanos, para onde foi o seu voto e os efeitos que produziu. A democracia é o regime das maiorias, mas onde as minorias devem ser ouvidas.

A O anunciar os resultados, o Presidente da CNE como que transferiu a decisão das nossas vidas, do nosso futuro, para as mãos dos políticos. Alto e em boa voz ele disse: O povo escolheu. Têm aí os resultados. Agora, entendam-se e façam o melhor possível. Estamos todos à espera. Pela primeira vez não estamos numa espera-dormida-e-sofrida. Estamos numa espera-vivida-alegre, por vermos que as condições para a desejada arrancada para a reconstrução deste país sucessivamente adiado estão finalmente criadas.

Mas para encetar a reconstrução do país os

moçambicanos precisam de Paz, da tranquilidade. As pessoas sabem que enquanto não forem recolhidas todas as armas escondidas um pouco por toda a parte deste imenso Moçambique, a paz estará sempre sob ameaça. Sabem que enquanto não for desminado o campo a aposta no desenvolvimento da agricultura permanecerá sempre um sonho, um projecto. E de sonhos estamos todos fartos. Queremos começar a viver para sonhar depois.

O S moçambicanos sabem que a chave para afastar para bem longe o fantasma da guerra repousa nas mãos de alguns dos nossos líderes políticos e também, infelizmente, nas de alguns (poucos) estrangeiros que teimam em querer decidir por nós.

Os moçambicanos votaram sobretudo na paz e pouco mas muito pouco mesmo nos programas políticos dos partidos. A paz transformou-se para os moçambicanos na sua maior e principal aspiração. É preciso entender as questões também por aqui. Foi, de facto, uma clara rejeição da guerra. Saberão os políticos interpretar essa vontade genuína dos cidadãos desta martirizada pátria?

A OS políticos depara-se agora a melhor oportunidade de dar uma esperança a todos nós, renunciando à guerra, ajudando a remover todos os artefactos escondidos no terreno, colocando de lado os sonhos militaristas alimentados por alguns espíritos egoístas dos homens.

Não podemos desperdiçar esta ocasião única e soberana de resgatar o país da pobreza, da miséria absoluta. A História e as gerações vindouras não nos perdoariam. Haja bom-senso!

domingo

Senhor Presidente, Senhores Deputados,

QUANDO a semana que amanhã começa terminar, já o Presidente da República eleito democraticamente, em Outubro passado, terá tomado posse. Igualmente, terão sido investidos todos os deputados da Assembleia da República, eles também eleitos democraticamente, na mesma data.

Isto é a primeira vez que acontece na História de Moçambique. Por isso mesmo é que se reveste de tamanha expectativa e de grande solenidade.

Mas não é apenas expectativa que reina nos moçambicanos. É um pouco mais.

Nos moçambicanos, existe a esperança. A esperança de que a sua vida seja melhor neste "novo" Moçambique — razão por que se fizeram às urnas e escolheram os seus representantes.

É certo que o "novo" Presidente da República é o velho Presidente da República: Joaquim Alberto Chissano.

Mas o que o povo espera não é de

Joaquim Chissano o velho Presidente da República. É de um Joaquim Chissano que saiba, de facto, ser o novo Presidente. De um Joaquim Chissano mais dinâmico. Que ajude os moçambicanos a terem uma vida melhor.

Para isto espera-se que Chissano saiba encontrar a pessoa certa para o lugar certo. Que saiba exigir contas. Em suma — e é isto que o povo lhe deu — que Chissano tenha punho suficiente para pôr o Governo a funcionar efectivamente, o que quer dizer três coisas, nomear a pessoa certa; exigir que funcione a contento; e demiti-lo caso não responda às necessidades.

É isto que se espera de Joaquim Chissano.

Quanto aos deputados. Deles o povo não espera menos.

É que se o Governo é o responsável pela execução de tarefas que levem a uma vida melhor dos moçambicanos, a Assembleia é uma tribuna que, por definição, julga àquele.

O povo espera que julgue, de facto. Mas deve ser um julgamento do ponto de vista dos interesses do povo moçambicano e não do ponto de vista dos interesses de cada um ou de cada partido. Estes interesses devem estar abaixo dos interesses do povo.

Espera-se também que estes novos deputados durmam menos nas sessões da Assembleia.

domingo

Dois gestos

Duas atitudes no dia da tomada de posse do Presidente da República eleito, sexta-feira, merecem a nossa especial consideração. Referimo-nos concretamente àquilo que aconteceu na Ponta Vermelha, quando destacados convidados — nacionais e estrangeiros — foram cumprimentar Joaquim Chissano.

A primeira é aquela que merece louvor, porquanto eleva o seu protagonista. Joaquim Chissano, para a categoria universal de Grande Homem. Quando a recepção ia a meio, Joaquim Chissano, numa atitude surpreendente inesperável, levantou-se da sua cadeira, dirigiu-se à mesa onde de encontrava o seu maior opositor político, Afonso Dhlakama, e convidou-o a segui-lo.

Chissano, abraçado a Dhlakama, percorreu quase todas as mesas dos convidados estrangeiros. A primeira mesa em que escalou foi aquela em que se encontravam chefes de Estado. Apresentou o presidente da Renamo a todos eles. Depois foi para outras mesas, também apresentando aquele dirigente do maior partido da oposição.

Não há dúvidas nenhuma que se trata de um grande gesto, que só é possível em grandes homens. Ao proceder daquela maneira, Joaquim Chissano deu mais uma mensagem ao mundo: a predisposição dos moçambicanos de, junto, em harmonia, em paz, viverem, a despeito das suas diferenças.

Mas, mais do que uma simples mensagem com profundo significado, embora é mais uma lição que os moçambicanos deram ao mundo: que são capazes de viverem, de conviverem, de juntos trabalharem, depois de longos anos de confrontação armada.

O que esperamos é que esta mensagem encontre eco e a devida interpretação de todos os moçambicanos.

Belo o gesto do chefe do Estado.

A segunda, diz respeito à Primeira Dama, a Sr^a Marcelina Chissano. Esta atitude teve lugar quando os convidados, nacionais e estrangeiros, cumprimentaram o chefe do Estado eleito, que acabava de tomar posse.

A Primeira-Dama, posicionada no seu lugar de direito, ao lado do Presidente da República. Os convidados, depois de cumprimentarem Joaquim Chissano, cumprimentavam a Primeira Dama. E os convidados foram perfilando.

O inesperado deu-se quando foi a vez da oposição cumprimentar os inquilinos da Ponta Vermelha com contrato renovado. Afonso Dhlakama depois de saudar o seu adversário, estendeu a mão à Sr^a Marcelina Chissano. Esta, como se não estivesse a ver ninguém, continuou sem se mexer.

É uma atitude pouco digna de uma Primeira Dama, sobretudo quando tem lugar em praça pública. É que se trata de Primeira Dama de Moçambique incluindo os moçambicanos pertencentes a partidos políticos que não sejam a Frelimo. É que se trata de Primeira Dama, e não de Marcelina Chissano. É à Primeira Dama que cabe dar o exemplo daquilo que a mulher moçambicana deve fazer. É aquilo que uma mulher moçambicana deve fazer não é não estender a mão. Pelo contrário, é apertar a mão a outra, apesar das diferenças de opinião. Mas, mais do que isso, o que é preciso que se tenha em mente é que as diferenças de opinião não desaparecem quando deixamos de apertar a mão daquele que tem a opinião contrária. É uma atitude contrária ao espírito de reconciliação.

domingo

O novo Governo

FINALMENTE, o novo Governo foi anunciado. Um primeiro-ministro, vinte ministérios, dos quais três vão funcionar na Presidência da República. Trata-se dos ministérios para Assuntos Económicos e Sociais, para Assuntos Parlamentares e para Assuntos de Defesa e Segurança. Além disso, há um Fórum Presidencial de Consulta.

Apesar de ser constituído por gente relativamente jovem, não se pode dizer, com efectividade, que houve uma renovação. São jovens em idade, mas caras que afinal já conhecíamos. Tratou-se, em certos casos, de rodar e, em outros, de manter. Reconheça-se que há caras novas, mas poucas. Aliás, cerca de 75 por cento são pessoas que já estavam no Governo.

Portanto, estamos perante uma situação de maior expectativa.

Explicando melhor: se 75 por cento são pessoas que já estavam no governo, há que assumir que não houve grande renovação. Mas, mais do que isso, a pergunta que cria maior expectativa é: que esperar deles, se já conhecemos alguma coisa do seu trabalho? Qualquer que seja a resposta é prematura e perigosa, dado que há uma diferença essencial das condições e do contexto. O contexto de governação alterou.

Por conseguinte, há que dar tempo ao tempo. Esperar, durante um período razoável, para ver se, de facto, este é o governo que serve aos moçambicanos ou não.

Mas que é representativo das regiões do país, um elemento extremamente sensível, é inquestionável. Encontramos ministros do Niassa, de Tete, de Nampula, de Sofala, de Manica, de Inhambane, de Gaza e de Maputo e, como nunca, a mulher passou a ter mais representatividade.

TIRANDO o factor renovação, que pode ser menos importante se estes membros se revelarem mais dinâmicos, mais aplicados e se dedicarem mais à causa, há alguns elementos que parecem não estar muito claros e que pode levar a pensar que se está diante de uma confusão de ministros.

Existe um primeiro ministro, que, ao que tudo indica, será uma reedição de Mário Machungo. Uma figura com funções ambíguas, menos claras. Mas existem também ministros na Presidência, num total de três. O ministro para os Assuntos Parlamentares parece estar isento de dúvidas já que está clara a sua área de acção e não choca, quase, com ninguém.

Uma leitura é que o primeiro ministro ficou com menos três poderes, ou melhor, com menos dois poderes, já que se exclui o ministro para os Assuntos Parlamentares. Ficou com poderes menos diminuídos no que toca a assuntos económicos e sociais e no que toca à defesa e segurança. Nestas áreas, há dois ministros, na Presidência da República. O que pode significar que dois ministros que prestam contas directamente ao Presidente da República. Mais claro ainda: estando junto ao Presidente da República — e, obviamente, dele recebendo instruções —, como é que o primeiro ministro se atreverá a pedir contas, se também é nomeado pelo mesmo Presidente da República.

Há que deixar muitíssimo bem claras as funções de cada um.

NÃO só. Há também que delimitar muitíssimo bem as fronteiras de acção dos ministros na Presidência e da dos outros ministros não na Presidência. Concretamente: as esferas de acção do ministro do Plano e Finanças e do ministro na Presidência para Assuntos Parlamentares. As esferas de acção do ministro da Defesa, do ministro na Presidência para Assuntos de Defesa e Segurança; e também das acções do director-geral do SISE.

Para que o próprio Presidente da República possa controlar com efectividade, tem que definir claramente as acções de cada ministro e demonstrar, com clareza, que não há sobreposição de poderes.

É preciso evitar que haja dois ministros para uma mesma área.

domingo

Um Natal ensombrado

CONSIDERANDO que a Assembleia da República foi convocada no dia 8 de Dezembro corrente e que, desde então todos, quase, os deputados encontram-se em Maputo; e considerando também que os trabalhos deste órgão foram encerrados na quarta-feira, 21, então temos que contabilizar os gastos de 13 dias.

70 milhões por dia é o que foi revelado como sendo o que os deputados gastavam, no mínimo. E os 70 milhões não incluem as despesas de transportes, as ajudas de custo e outras despesas.

Mas vamos trabalhar com os 70 milhões dia. Ao fim de 13 dias, temos 910 milhões de meticais que foram gastos pelos deputados.

A não ser que os economistas demonstrem o contrário, trata-se de uma factura demasiado pesada. Demasiado pesada para o cidadão/contribuinte anónimo. Mais pesada se torna se considerarmos o resultado de treze dias de trabalho: quase nada!

Elegeram-se o Presidente da Assembleia da República, a Comissão Permanente e adiou-se a discussão e a aprovação do Orçamento Geral do Estado para o ano que dentro de dias vai começar.

Para a escolha do seu Presidente, da Comissão Permanente e para chegar a consenso sobre o adiamento da discussão e aprovação do orçamento de 1995, não eram precisos 13 dias.

Por outras palavras, reuniu-se durante muito tempo, gastou-se muito dinheiro e os resultados: muito poucos.

Esta situação é mais triste para o cidadão/contribuinte anónimo, como dizíamos, sobretudo se tivermos em conta o momento em que ela ocorre: a quadra festiva. E todos nós sabemos o que é que acontece quando se está em quadra festiva, no mercado. Quem é que não sabe, por

exemplo, que um frango está a 50 mil meticais? É que se sabe que aquilo foi descontado do salário do cidadão, 30%, é o que foi cobrir as despesas dos deputados que nada fizeram. E depois fica a revolta ao sabermos que o nosso sacrifício, o nosso contributo não tem o devido aproveitamento.

Mas todos nós sabemos o porquê destes treze dias em vão. O porquê desses 910 milhões em vão. É que os deputados da Renamo e da UD, mais os primeiros do que os segundos, exorbitaram na manifestação da sua discordância dos métodos de trabalho da Assembleia da República. Consideraram anti-democrática a eleição do Presidente. Certo: cada cidadão, deputado ou não, com ou sem razão tem o direito de discordar de qualquer coisa.

O estranho aqui é que, sendo eles deputados, a maneira mais legítima de discordar de determinado procedimento não é saindo para a rua, é estar na sala de sessões da Assembleia e lá manifestar discordâncias ou discordâncias.

Mas, mais do que isso: a nossa discordância não pode ser em prejuízo daqueles que nos elegeram para deputados, para os representar. Ao esticar-se o período de sessões da Assembleia, ao se gastar 910 milhões, quem ficou penalizado, não é a Frelimo que, sendo a maioria, escolheu certa metodologia de trabalho e com ela escolheu o Presidente da Assembleia da República.

Os deputados, sobretudo os da Renamo e os da UD têm que ter a consciência disto. Têm que saber que quem sofre as consequências de uma tal atitude não são apenas os membros da Frelimo. São, sobretudo, os cidadãos anónimos, de Tete, de Nampula, de Maqueze, que nem sequer sabem que é uma Assembleia da República.

Esta é, sem dúvida, uma mancha, uma nota negativa a um processo que decorreu normalmente. Uma mancha que vai afectar gradualmente o cidadão que esperava que decantadas que foram, por ora, as convulsões, as tensões, esperava passar um Natal sem razões de preocupação.